



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ
Mandato 2021-2025

Handwritten signature and initials

Ata n.º 12/2023

Sessão Extraordinária Temática 09 de OUTUBRO de 2023

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, deu-se início à Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo quadragésimo segundo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----**Lista de Presenças:**-----

20 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta Ecatarina Necker (2ª Secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Adriano Costa Cabrita (em substituição de Maria João Carapeto Tavares), Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

8 Deputados Municipais do PSD - Hélder Faisca Guerreiro, João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Deodato Martins João (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União de Freguesias Querença/Tôr/Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - António José Vairinhos Martins (em substituição de Carla Sofia Osório Gomes); -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, o Vice-Presidente David Pimentel e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, Cláudio Lima (em substituição de Rui Cristina), João Paulo Sousa e Fernando Santos. -----

Não estiveram presentes nem se fizeram representar os Deputados **Vítor Cristiano da Piedade Ferreira** e **José Fernando Florinda Carrusca** (**Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial**), ambos do GM do PS. -----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

----- **Ordem de Trabalhos:** -----

1- Período da Ordem do Dia;

- a) Breve Apresentação da AMAL e suas competências;**
- b) Projetos Estruturantes da AMAL com impacto no Concelho de Loulé;**
 - **Projetos previstos no âmbito da escassez de água;**
 - **Mobilidade – Metrobus;**
- c) Execução dos Fundos Comunitários do ponto de vista da AMAL;**
- d) Qualidade de Serviço no Algarve em termos de:**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- Tratamento de águas residuais;
- Recolha de resíduos sólidos;
- Iluminação pública;
- Transportes – a Ferrovia e a Rodoviária “Vamus”;

e) Políticas Sociais no Algarve.

O **Presidente da AML** iniciou a abertura desta sessão desejando uma boa noite a todos e a todas os presentes e aos que nos acompanham via Youtube. Referiu que o preço da descentralização, é este, as condições para tanta gente, nem sempre são as mais adequadas, de qualquer maneira, este é o espaço mais adequado que encontramos para fazer a nossa Sessão, e desde já queria agradecer à Direção da Escola, todo o apoio que foi dado para que esta sessão fosse possível. Caros Deputados, caro Presidente Vítor Aleixo e Executivo, cidadãos aqui presentes e que nos acompanham pelas redes sociais, equipas de apoio à realização desta Assembleia, de Língua Gestual Portuguesa, Audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia. -----

Tendo sido solicitado à senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Almancil, Professora Maria Rosário Militão, que transmitisse aos diversos representantes da Comunidade Escolar o convite para estarem presentes nesta nossa Assembleia, um cumprimento muito especial para o senhor Presidente do Conselho Geral, Professor Inácio Santos, para a senhora Diretora, Professora Maria Rosário Militão, para o senhor Subdiretor, Professor Cesário Loureiro, para a senhora Coordenadora da Estratégia de Educação para a Cidadania no Agrupamento, Professora Manuela Coelho, para a Encarregada de Educação, Ana Pais em representação da Associação de Pais e Encarregados de Educação e para Diana Necker, em representação da DOINA Algarve, Associação de Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve; mais uma vez uma boa noite a todos e a todas! -----

Como do antecedente para a sessão de hoje, e para além de mim e do 1º Secretário em exercício, **Fernando Marques**, convidei para integrar a Mesa, como 2ª Secretária em substituição, a Deputada **Elisabeta Necker**, perguntando se alguém se opõe? ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Deu-se Início ao Assuntos do Período da Ordem do Dia. -----

O **Presidente da AML** disse: Assim sendo, vamos dar início à nossa Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal de Loulé, com a participação do Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Algarve, a AMAL, nos termos da alínea a), n.º 5 do artigo 25.º da Lei 75/2013. Temos entre nós, o Secretário Executivo da AMAL, Joaquim Brandão Pires, que se faz acompanhar dos Diretores de Departamento da AMAL, Noélia Ramos, Sérgio Inácio, João Graça, a quem mais uma vez agradecemos.-----

Da nossa Ordem de Trabalhos consta apenas Período da Ordem do Dia, uma vez que se trata de uma Sessão Temática, nos termos do artigo 42.º do nosso Regimento e, como tal, não tem nem Período de Intervenção do Público, nem Período de Antes da Ordem do Dia. O público poderá intervir sem necessidade de inscrição prévia, declarando apenas que autoriza a recolha de som e imagem para efeito de proteção de dados, mas apenas no âmbito do esclarecimento de questões relacionadas com a apresentação que irá ser feita pelo Secretário Executivo da AMAL. -----

Mas antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia, e tal como consta nos E-mails que vos foram enviados sobre as três propostas de Declaração de Inequívoco Interesse Público, relativo à instalação de infraestruturas de suporte e acessórios de antenas móveis de telecomunicações, considerando a máxima urgência e importância desta matéria para as populações do interior, no início da sessão de hoje, irei pôr à consideração do plenário, apesar de se tratar de uma Sessão Temática, a aceitação e votação das mesmas nesta sessão. -----

Alguém pretende usar da palavra sobre a aceitação ou não das referidas Propostas, considerando o seu carácter de urgência e importância nesta matéria para as populações do interior? Assim sendo, vou colocar à votação a aceitação ou não das referidas Propostas. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? -----

Foi, portanto, aprovada por unanimidade a aceitação da inclusão das **Propostas de Declaração de inequívoco interesse público relativo à instalação de infraestruturas de suporte e acessórios de antenas móveis de telecomunicações.** -----

Antes de passar à votação da proposta, daria a palavra ao Presidente Vítor Aleixo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

para uma apresentação muito breve destas três Propostas relativas às antenas e ao interesse público das mesmas:-----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2079-2023 [DMADS] - Programa Digital para o interior - Declaração de “Inequívoco Interesse Público”, relativo à instalação de infraestrutura de suporte e acessórios de antenas móveis de Telecomunicações no sítio do Monte Ruivo, Freguesia de Alte; para deliberação; -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2080-2023 [DMADS] - Programa Digital para o interior - Declaração de “Inequívoco Interesse Público”, relativo à instalação de infraestrutura de suporte e acessórios de antenas móveis de Telecomunicações no sítio dos Montes Santiago, Freguesia de Salir; para deliberação; -----

Proposta da Câmara Municipal n.º 2081-2023 [DMADS] - Programa Digital para o interior - Declaração de “Inequívoco Interesse Público”, relativo à instalação de infraestrutura de suporte e acessórios de antenas móveis de Telecomunicações no sítio dos Vermelhos, Freguesia do Ameixial; para deliberação; -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Boa noite a todos e a todas. Senhores Deputados, público presente. Na verdade, não era previsto eu apresentar as propostas, mas trata-se de propostas muito simples. De acordo com o Projeto da Câmara que é conhecido pela digitalização do interior, ou seja, resolver um problema que dura há décadas de falta de cobertura móvel no interior do Concelho de Loulé e, portanto, proporcionar a todos os habitantes do Concelho de Loulé, estejam eles no litoral ou no interior, o acesso igual à rede de comunicações, que é um direito básico na necessidade que todos reconhecemos, importantíssima, nós desenvolvemos um projeto que já dura há muito tempo, infelizmente, porque teve contestação, teve oposição, teve recursos em tribunais e, finalmente, estamos numa fase já muito próxima do fim. E então, a Proposta que vem aqui é declarar o interesse público daqueles lugares que são espaço de características rurais e que, de acordo com o PDM, não podem ser colocadas lá sapatas para levantarem acima dessas sapatas as antenas retransmissoras do sinal do telemóvel, portanto, para essas áreas só especificamente, a proposta que é feita à Assembleia Municipal, é que seja declarado o Inequívoco Interesse Público de ocupação dessas pequenas parcelas de terreno. Basicamente é isto e espero que a proposta mereça,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tenho a certeza que sim, é a minha convicção, a aprovação dos senhores Deputados.

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Presidente, vou perguntar se algum dos senhores Deputados, quer usar da palavra? Peço que sucintamente e se a pedirem dar-lha-ei. Senhor Deputado Carlos Martins GM do BE, tem a palavra. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente, em seu nome cumprimento a todos os presentes e os que estão a ver em casa. O que nós queríamos aqui perguntar era porque motivo é que se levou tanto tempo entre a adjudicação da obra e para terem noção que agora era necessário a declaração de utilidade pública. Portanto, esta obra está adjudicada há mais de dois anos, julgo eu, e só agora é que foi solicitada à Assembleia Municipal esta Declaração de Utilidade Pública. Por outro lado, certamente serão mais antenas que vão ser colocadas e a questão que eu pergunto, é se está prevista a possibilidade de obrigatoriedade da instalação de antenas camufladas em forma de árvores para quebrar o impacto visual negativo destas infraestruturas? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado, tem a palavra o senhor Deputado Helder Faísca do GM do PSD. -----

O Deputado **Helder Faísca (PSD)** tomou a palavra e disse: Boa noite senhor Presidente. Permita-me que na sua pessoa, cumprimente todos. Não tem nada a ver com o sentido de voto, é apenas uma simples curiosidade minha e como já tenho idade para tentar esclarecer todas as curiosidades. Há tempos atrás, eu recorde-me de ter vindo a esta Assembleia, alguém do interior que questionava sobre a colocação de uma determinada antena, não sei se recordam disso, e a Câmara disse que não tinha que legalizar antena nenhuma, porque a ANACOM estava previamente legalizada e que não tinha que se legalizar nada. A minha pergunta agora é, porquê nós termos que votar. Não tem nada a ver com o sentido de voto, é só curiosidade. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Presidente da CML** tomou a palavra e disse: Eu começo por dar a resposta à última



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

questão, levantada pelo Deputado Hélder Faísca. Presumo que estamos a falar de coisas diferentes. A antena que suscitou aquela polémica em Benafim, portanto, era uma antena que já lá estava e que as operadoras de telemóveis quando se instalam no interior, eles próprios instalam as antenas. E, portanto, mereceu contestação, julgo que o problema acabou por ser resolvido, eu não tenho aqui a pessoa que tem gerido esse dossier ao dia, que é a pessoa que tem mais informação, lamento, não está aqui, está lá atrás, é o Diretor Municipal, Júlio de Sousa. Se for caso disso, se o Senhor Presidente da Assembleia autorizar, ele pode até dar informação com todo o detalhe, mas julgo que será isso. Neste caso, o pedido de Declaração de Interesse Público à Assembleia, para estes casos concretos, tem a ver com localizações novas para podermos ter uma cobertura acima dos 95%, que é isso que se pretende. Portanto, uma coisa não tem nada que ver com a outra. A questão dos dois anos, para o senhor Deputado Carlos Martins, tem a ver com o facto que este, foi um processo que se arrastou muito tempo no Tribunal, houve até mais do que um recurso e só depois de nós termos a certeza de que o vencedor era quem foi, julgo eu que a empresa NOS, a empresa NOS foi quem ganhou o concurso, a partir daí é que eles foram para o terreno, identificaram os locais e a partir daí é que se desencadeou todo o processo de dizer é aqui, é acolá, aqui faz falta, ali não, e portanto, essa situação que explica porque é que tendo a obra sido adjudicada, só agora é que estamos aqui com esta proposta na Assembleia Municipal. Sobre a questão da camuflagem, não conheço, não sei, não sei se vão ser camufladas ou não. Isso é uma coisa que nós podemos pedir. Se isso não está previsto, não sei se está previsto no caderno de encargos, mas é qualquer coisa que nós podemos pedir à operadora. Aliás, isso é normal que aconteça, o que nós temos mais por aí, no espaço rural e temos no Concelho de Loulé, algumas antenas retransmissoras da rede de telemóveis, de sinal de telemóvel, camufladas, portanto, parecem à distância árvores araucárias.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado senhor Deputado. Senhora Deputada Ana Poeta do GM PAN, tem a palavra.-----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** disse: Boa noite senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e ao público que nos assiste lá em casa. Uma vez que este processo já se arrasta há alguns anos, eu gostava que nos desse uma data concreta para o início de utilização destas antenas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O **Presidente da CML** respondeu: Senhora Deputada eu já que ando aqui e ali há anos suficientes para saber que a coisa mais traiçoeira que há para um autarca é comprometer-se com uma data. Sabe porquê? Nós já todos sabemos que as variáveis que intervêm entre o momento em que tomamos uma decisão até ao dia em que colocamos à disposição do cidadão um determinado projeto ou serviço, podem acontecer dezenas, centenas de situações que, ao princípio não contávamos com elas, como é o caso, com este contencioso em Tribunal e, portanto, é sempre muito difícil dizer-lhe quando, qual é a data. Não posso dizer se será 2023 ou 2024, mas o que lhe posso garantir é que a Câmara Municipal de Loulé tem um compromisso muito forte com as populações do interior, porque isto, é dos principais objetivos que nós temos neste mandato, é exatamente a cobertura com rede sinal de telemóveis, de telecomunicações no interior. E, portanto, eu dizer-lhe que é ainda até ao final deste ano, presumo eu que durante o próximo ano isso estará operacional, presumo eu, mas não tenho a certeza absoluta. -----

O **Presidente da AML** disse: Eu atrever-me-ia a recentrar o debate: os senhores Deputados devem estar recordados da intervenção na última Assembleia do senhor Deputado António Martins, simultaneamente Presidente da Junta de Freguesia de Alte, sobre situações em concreto, em que a cobertura deficiente da rede e a falta de comunicação das populações, já levou a situações de falta de socorro e, eventualmente, de pessoas que partiram sem ter tido a assistência que deveriam ter tido, e daí, como Presidente da Assembleia, independentemente dos atrasos que estão no histórico, no que depender de mim, isto não fica a aguardar mais um mês, que será a data da próxima Assembleia, onde isto viria a Sessão Extraordinária. Daí ter falado com a Conferência de Representantes e trazemos isto aqui e o apelo que eu faço é, há questões políticas que se podem levantar, há questões pertinentes sobre timings, sobre calendarizações, que serão oportunas em qualquer Assembleia no Período Antes da Ordem do Dia, e que eu convidarei os Grupos Municipais a fazê-lo. Aqui, apelando ao interesse das populações do interior, e até pelo historial que estas propostas têm, que é de aprovação por unanimidade em reunião de Câmara, eu proporia que se passasse desde já à votação. Alguém se opõe? -----
Assim sendo, passaria de imediato à votação das 3 Propostas. -----

Proposta 2079/2023 - Declaração de Inequívoco Interesse Público relativo à instalação de infraestruturas de suporte e acessórios e antenas móveis de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

telecomunicações no sítio de Monte Ruivo, freguesia de Alte. -----
Quem vota contra? Quem se abstém? Foi **aprovada por unanimidade**, com 34 votos dos Deputados presentes. -----

Passou-se à Proposta seguinte; -----

Proposta 2080/2023 - Declaração de Inequívoco Interesse Público relativo à instalação de infraestruturas de suporte e acessórios e antenas móveis de telecomunicações no sítio dos Montes Santiago, freguesia de Salir. -----
Quem vota contra? Quem se abstém? Foi **aprovada por unanimidade**, com 34 votos dos Deputados presentes. -----

Passou-se à Proposta seguinte; -----

Proposta 2081/2023 - Declaração de Inequívoco Interesse Público relativo à instalação de infraestruturas de suporte e acessórios e antenas móveis de telecomunicações no sítio dos Vermelhos, freguesia do Ameixial. -----
Quem vota contra? Quem se abstém? Foi **aprovada por unanimidade**, com 34 votos dos Deputados presentes. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhores Deputados. Penso que com esta nossa abertura da exceção à Sessão Temática estamos, efetivamente, a servir as populações do interior. -----

E, agora sim, vamos passar à Ordem do Dia. Deste Período da Ordem do Dia consta uma breve apresentação da AMAL e suas competências; projetos estruturantes da AMAL com impacto no Concelho de Loulé; projetos previstos no âmbito da escassez de água e mobilidade “Metrobus”; execução dos fundos comunitários, do ponto de vista da AMAL; qualidade de serviço no Algarve em termos de tratamento de águas residuais, recolha de resíduos sólidos, iluminação pública, transportes, Ferrovia e Rodoviário “Vamus”; e por último, políticas sociais no Algarve. -----

A seguir à apresentação do Secretariado Executivo da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), como já foi dito, haverá um período de intervenção para o público, para apresentação de questões e esclarecimento de dúvidas para os quais há apenas a necessidade de preencher um formulário com autorização da recolha de imagem. Portanto, após a apresentação, quem quiser usar da palavra, pede o impresso, assina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

em como autoriza a recolha de som e imagem e ser-lhe-á concedida a palavra. -----
A organização da sessão está prevista da seguinte forma: após a abertura da sessão, Intervenção do Secretário Executivo da AMAL, Joaquim Brandão Pires, intervenções e questões do público, esclarecimento pelo Secretariado Executivo da AMAL, intervenções dos Deputados Municipais por ordem inversa de representatividade, esclarecimentos do Secretariado Executivo da AMAL, intervenção do Presidente da Câmara, intervenções dos Deputados Municipais por ordem de inscrição, esclarecimentos pelo Secretariado Executivo da AMAL, intervenção do Presidente da Câmara e encerramento pelo Presidente da Assembleia. Serão atribuídos ao Secretariado Executivo 30 minutos para a intervenção inicial, 40 minutos para intervenções do público e esclarecimentos pelo Secretariado Executivo, 15 minutos para esclarecimento das questões levantadas pelos Deputados, em cada um dos períodos de intervenção. Os restantes tempos são os constantes no nosso Regimento. Uma vez que se pretende o melhor esclarecimento possível sobre as matérias em discussão, poderá ser concedido tempo extra ao Secretariado Executivo para melhor clarificação de questões colocadas. -----

Em meu nome e em nome da Assembleia Municipal de Loulé, os agradecimentos pela pronta disponibilidade manifestada, mais uma vez, certo de que a vossa participação em muito contribuirá para o esclarecimento, do ponto de vista da situação na nossa região, no que respeita a estas matérias tão importantes para a qualidade de vida dos nossos cidadãos, no presente e cada vez mais no futuro. -----

Caro Joaquim Brandão Pires, tem a palavra. -----

a) Breve Apresentação da AMAL e suas competências; -----

Foi dada a palavra ao **Secretário Executivo, Joaquim Brandão Pires**, que tomou a palavra e disse: Boa noite a todos, cumprimentar e agradecer o convite para participar nesta Assembleia Municipal. Desde logo cumprimentar o Presidente Carlos Silva Gomes, o Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, todos os membros da Assembleia Municipal, entre eles os Presidentes das Juntas de Freguesia, os senhores Vereadores e os outros convidados. É com muito gosto que estamos a participar nesta sessão da Assembleia Municipal, não é bem um convite, é uma convocatória, como bem referiu o Presidente da Assembleia Municipal, decorre da lei e tem sempre essa possibilidade, essa faculdade de pedir ao Primeiro Secretário, esta e qualquer uma Assembleia Municipal, de vir prestar esclarecimentos das várias matérias em que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

AMAL está envolvida, e é nessa qualidade que aqui estou. De resto, é um gosto, eu prezo muito o que vocês fazem nas Assembleias Municipais, a minha experiência autárquica foi apenas em Assembleias Municipais e, enfim, foi relativamente longa. Particpei, desde logo, na primeira Assembleia Municipal democrática, no Barreiro, fui membro da Assembleia Municipal do Barreiro, na força maioritária do Barreiro de então, e que se manteve durante muitos anos. Muito mais tarde, já no Algarve, fui da Assembleia Municipal de Olhão, depois fui muitos anos também da Assembleia Municipal de Tavira, liderei a bancada do Partido Socialista de Tavira. Depois, com a entrada em funções e com a eleição para Primeiro Secretário, é uma função que não é compatível com qualquer cargo político ou autárquico e, portanto, renunciei ao cargo, mas continuo a prezar muito a vossa atividade, enquanto membros da Assembleia Municipal. Muitas vezes não são bem compreendidos pelos Executivos, eu tenho essa experiência pessoal, andei muitas vezes às turras, digamos assim, com os Executivos, enquanto membros da Assembleia Municipal, mas acho que fazem um trabalho importantíssimo e que deve ser valorizada a Assembleia Municipal. Este cargo que eu desempenho e começo-me a apresentar, eu sou economista, já desempenhei várias funções no Algarve, fui Vice-Presidente da CCDR-Algarve durante vários anos, fui Diretor Regional de Economia durante muitos anos também, também fui durante muitos anos, Diretor do Instituto Portuário e do Transporte Marítimo do Sul, acumulei várias vezes, durante cerca de 30 anos, como professor na Universidade do Algarve e ainda fui consultor internacional, fora do país, várias vezes, trabalhei no Brasil, trabalhei em África, trabalhei, portanto, tudo isso acho que foi uma experiência enriquecedora e gosto muito das funções que estou a desempenhar neste momento e espero que, em termos de cargos, este seja o último. Isto é um mandato autárquico depois daqui, não é bem para a reforma, mas para fazer outro tipo de coisas. O nosso cargo é eleito como o dos autarcas, termina em 2025 e, portanto, é esse o meu mandato também. Somos eleitos no meu caso duplamente, temos que ser eleitos pelo Conselho Intermunicipal que, por sua vez, leva a proposta à Assembleia Intermunicipal. E, portanto, passando estes dois crivos, é assim que se consegue ser Primeiro Secretário da AMAL. A apresentação que aqui vou fazer, e combinada previamente com o Carlos Silva Gomes, os pontos mais importantes, não são exatamente os que estão na Ordem de Trabalhos, porque há ali matérias que nós não temos competências diretas, há outras que aprofundarei mais, outras que aprofundarei menos. Vou tentar cumprir os 30 minutos, vou cumprir os 30 minutos que me dão nesta primeira intervenção e vou falar basicamente de seis pontos. O que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

AMAL? Para entenderem minimamente algumas das suas competências e orgânicas, mas de uma maneira muito breve. Há um tema que eu acho que é importante e que tem ocupado muito da AMAL, que são as Alterações Climáticas e quero trazê-las aqui e partilhar convosco o nosso pensamento e algumas das nossas preocupações em relação a este tema. A contratualização dos Fundos Comunitários, quer as do passado, que é a que estamos a fazer neste momento com a CCDR, e em que áreas, em que montantes, é um dos aspetos que quero também aqui discutir. Os Resíduos Sólidos Urbanos que é um tema que nos preocupa a todos que vivemos no Algarve e que também quero trazer aqui. A Mobilidade e os Transportes, que depois se subdivide noutros aspetos, mas o chapéu comum é este, se se pode chamar assim, a Mobilidade e os Transportes. E o Plano de Desenvolvimento Social, que é uma área que temos vindo a trabalhar e que, do meu ponto de vista, como verão, é preocupante ou de extrema preocupação a situação em que está no Algarve neste momento, em termos de situação social e, portanto, quero aqui, ao fim ao cabo, não é transmitir-vos nada que provavelmente não conheçam, mas é partilhar convosco algumas discussões e algumas preocupações que penso que temos que ter a nível regional e trazer aqui alguns temas que devem-nos preocupar enquanto cidadãos no Algarve e que devemos trazer para a liça e discutir e partilhar opiniões uns com os outros e colocar na agenda porque, enfim, de algum modo, acho que tem faltado no Algarve alguma discussão destes temas. Portanto, em muitas situações, é pôr os dedos nas feridas que o Algarve tem e é isso que também trago aqui, para além de, enfim, todos aspetos mais factuais. Mas quero sempre, e não quero de maneira nenhuma escamotear de alguma forma alguns problemas que sinto que o Algarve, neste momento está a passar, e que não deixo de os trazer aqui, quero partilhar convosco a minha opinião. Em termos de apresentação do que é a AMAL, portanto, nós temos três órgãos, a Assembleia Intermunicipal, que emana das 16 Assembleias Municipais, com pesos diferentes, que têm a ver com o número de eleitores. As Assembleias Municipais grandes, como é a vossa ou com muitos eleitores que têm, elegem 6 membros para a Assembleia Intermunicipal, é a vossa, é a de Portimão, no último mandato eram 4 e passou a 6, e Faro, ou seja, são Assembleias Municipais cujo município tem mais de 50.000 eleitores. As que têm entre 10.000 e 50.000, elegem 4 membros para a Assembleia Intermunicipal, aqueles que têm menos de 10.000, elegem 2 membros para a Assembleia Intermunicipal. O Algarve tem 6 Assembleias com 2 Deputados, tem 7 Assembleias com 4 e tem 3 Assembleias com 6. O maior município em termos de eleitores, é este Concelho onde estamos, são cerca de 60 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tal mil eleitores e, portanto, distancia-se ainda bastante em termos de eleitores dos outros dois, de Faro e de Portimão. Estou a falar nisto para também para verem o seguinte. O Algarve, não obstante a unidade que tem e é uma CIM, uma Comunidade Intermunicipal, desse ponto de vista exemplar, ainda há pouco eu e o Carlos Gomes também estava na homenagem ao Professor Pimpão, na CCDR e alguém dizia que no Algarve, ao contrário de outras regiões e de outras CIMs, nunca houve muita a política de efetivação dos fundos serem distribuídos de acordo com o FEF distribuído a cada um dos Municípios. Sempre houve uma perspetiva mais regional, ao contrário do que se passa, praticamente em todas as outras CIMs. Isto, não obstante, a heterogeneidade que temos no Algarve. De facto, é uma região relativamente unida, mas temos situações como Loulé, que tem cerca de 60 e tal mil eleitores, em contrapartida, temos Alcoutim que tem 2.400 eleitores apenas, portanto, estamos a falar de uma distância de 25 vezes entre Alcoutim e Loulé no que diz respeito a eleitores. E, portanto, isto cria algumas dificuldades na gestão de num órgão que o Presidente da Câmara de Loulé tem apenas um voto, como tem o Presidente da Câmara de Alcoutim, mas depois têm recursos completamente diferentes, a Câmara de Loulé que tem a Câmara de Alcoutim, e portanto também não é muito justo que paguem todos o mesmo, mas mandam todos o mesmo e, portanto, tudo isto cria alguma entropia na gestão que não deixarei de falar também na gestão da AMAL e no dia a dia da AMAL. É uma discussão quase interna da AMAL, mas também queria partilhar convosco esta dificuldade. O Conselho Intermunicipal é o conselho que toma as decisões, reúne ordinariamente uma vez por mês, são os 16 Presidentes de Câmara que participam nessas decisões, muitas vezes não podem, fazem-se substituir pelos Vice-Presidentes nessas reuniões. E o Secretariado Executivo Municipal que, como disse, também é um órgão eleito, também é um órgão que tem um mandato autárquico, não faço parte dos quadros da AMAL, os quadros da AMAL é a estrutura e as pessoas que lá trabalham e eu sou eleito e quando terminar o mandato saio. Entrei há um ano e pouco, não entrei logo no início do mandato, o processo atrasou-se, fiz um pouco mais de meio do mandato anterior e agora, conto fazer este, se tudo correr normalmente até ao fim, portanto, até 2025. Temos uma estrutura orgânica que tem 3 departamentos, neste momento os nossos serviços estão organizados, Departamento de Administração e Serviços Partilhados. O Presidente da Assembleia ainda há bocado já falou das pessoas que ocupam esses lugares e que estão presentes, poderão esclarecer algumas dúvidas que tenham com mais pormenor, que eu não saiba responder e que eles saibam. Portanto é a Doutora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Noélia Ramos, é a Diretora do Departamento de Administração e Serviços Partilhados, o Doutor Sérgio Inácio, do Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade, o Departamento de Mobilidade, Finanças e Obra Social é o Doutor João Graça que também está presente. O que se pretende com a AMAL, a AMAL é uma Associação de Municípios que antes de ser comunidade, antes de aparecer a figura da Comunidade Intermunicipal já existia a Associação de Municípios, nós temos 32, 33 anos de existência e as Comunidades Intermunicipais são mais ou menos recentes. Portanto, também tem esse histórico todo dos Municípios do Algarve trabalharem em conjunto, o que também dá outras vantagens face a algumas das outras Comunidades Intermunicipais. Tem esta missão, tem estes objetivos, mas com esta dificuldade que eu ainda há bocado já antecipei que é a heterogeneidade dos Municípios que compõem a AMAL. Mais, hoje em dia, eu já falarei, quando falar dos Fundos Comunitários, alguns Municípios não têm capacidade, como os processos. Muitas vezes são concorrenciais, há muitos Municípios não têm capacidade de concorrer com os Municípios mais desenvolvidos. Começa-se a falar da necessidade de voltarmos, grande parte de vós, lembram-se daquelas figuras como o GAT, o Gabinete de Apoio Técnico, estavam pendurados nas CCDR, agora, talvez não da CCDR, mas se calhar entre a CCDR e a AMAL, talvez não com uma estrutura fixa, mas se calhar com a contratação de serviços externos, também haja um misto com arquitetos, com engenheiros, que possam apoiar. Os Municípios que têm imensas dificuldades em concorrer e queimam os prazos e não conseguem, têm imensa dificuldade. Um Município grande como o Presidente ainda há um bocado deixava entender ao não se comprometer com prazos, já tem as dificuldades que tem, um Município mais pequeno, tem ainda maiores dificuldades. Até porque quem executa as obras muitas vezes não está interessada para ir para trás do sol posto, muitas vezes para fazer uma pequena obra, tem uma dificuldade muito mais acrescida em relação aos outros. Portanto, esta heterogeneidade é uma realidade dos Municípios do Algarve e que, enfim, a AMAL um dia, se calhar, o meu sucessor, o sucessor do Vítor Aleixo, terão que discutir, enfim, terá que haver alguma evolução neste modelo da AMAL. É muito importante a AMAL, já agora, justifica-se e faz aquilo, para já, aquilo para que foi mandatada pelos Presidentes de Câmara, pelo Conselho Intermunicipal, mas há uma área de intervenção que é extremamente importante e que é Supramunicipal. Há um conjunto de medidas, há um conjunto de projetos que faz mais sentido serem executadas ao nível Supramunicipal, é benéfico para todos. A soma das partes, o valor acrescentado pelo conjunto, é maior que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

soma das partes e, portanto, vale a pena fazer-se de uma forma conjunta, para além de um lobby que também é importante que se faça e que todos os Municípios e, felizmente, eu estou lá há cerca de seis anos e vejo que, não obstante a diversidade de partidos, neste caso, é PS, PSD e CDU, que estão no Conselho Intermunicipal, há uma grande unidade nas decisões, grande parte das decisões, uma grande confluência. Enfim, muitas vezes ficamos surpreendidos quando chega à Assembleia Intermunicipal e vejo grandes divisões para coisas quando houve unanimidade e houve concordância e houve argumentário, até porque é assim, por parte dos Presidentes de Câmara e isso é de louvar, porque eu acho que, independentemente das guerras partidárias, que é a essência da Democracia, acho que é importante nós, no Algarve, termos esses elementos que nos unem, porque eu acho que estamos a ser fortemente prejudicados por alguns aspetos que não deixarei eu de trazer aqui e que vale a pena estarmos unidos, pelo menos nesses aspetos. Os Departamentos que pronto, isto não são departamentos, são orgânicas, não vou perder grande tempo com isto, não obstante a consideração das pessoas, dos titulares dos cargos, Noélia, Sérgio Inácio e o João Graça. Cada um tem as suas especificidades. A Noélia é a Direção da casa, o Sérgio, que está aqui em segundo lugar, é o que entra com as novas áreas, digamos assim, novas áreas e recuperar os fundos comunitários e a contratualização. Há uma área que a AMAL não entra muito até agora, e que eu acho que vale a pena que no futuro, ter a tal reflexão para os vindouros, são as questões de ordenamento. Eu acho que grande parte das questões do desenvolvimento se devem, muitas vezes, a estrangulamentos no ordenamento e a AMAL nunca desenvolveu, nunca teve essa competência ao nível do ordenamento e acho que às vezes são regras de ordenamento que acabam por prejudicar muito o desenvolvimento da nossa região e que, se calhar, valia a pena estarmos mais atentos e, por vezes suponho eu tenho, posso falar relativamente à vontade, pois estive no primeiro PDR, estive no primeiro PROD, eu sou quadro da CCDR, quando acabei o meu curso de Economia, vim logo para a CCDR e acompanhei esse processo todo e havia uma preocupação basicamente de sustentar a construção desmesurada do litoral, mas acabou por ter efeitos foi no interior, acabou por ser um travão para o interior e, hoje em dia, vemos casas de madeira por tudo o que é sítio, rulotes, etc. e não se deixa adaptar uma casa para que uma pessoa viva minimamente nos tempos atuais. Portanto, são este tipo de coisas que se resolvem com o ordenamento que tem a ver com o desenvolvimento, que do meu ponto de vista é importante que a AMAL, também se venha a preocupar no futuro com a questão do ordenamento. Nós incluimos aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

na área ali do Sérgio, esta componente do ordenamento, mas de facto estamos muito nos primórdios, mas é uma área que queremos que cresça. O João Graça era o único Diretor do Departamento que existia na AMAL, esteve lá muitos anos, aliás, ele desempenhou as funções de Secretário Executivo em substituição, antes de eu chegar, fomos colegas na CCDR, somos da mesma escola também de económicas e é um homem de Loulé, já agora, é da Quarteira, do Concelho de Loulé. A apresentação do que é a AMAL é basicamente isto, do que poderia ser, ou do que deveria ser. E como disse, vou começar por um tema que eu acho que deve ser quase uma bandeira na nossa região, que é a questão da Defesa do Ambiente, a Mitigação e a Adaptação às Alterações Climáticas. É um valor que nós temos na nossa região, podemos embandeirar com esses valores e penso que dá valor à região e a AMAL, de certa forma, foi pioneira nesta guerra, ou seja, ainda antes de qualquer outra CIM, decidiu elaborar um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Foi um Plano que foi uma grande referência a nível nacional, foi coordenado pela maior figura nacional nesse tema, o Professor Filipe Duarte Santos, teve a colaboração de muitos Professores, Doutores, Luísa Chemita, que teve boas sessões, foi muito participado e julgo que foi um Plano muito importante para a região, tinha estes objetivos e que os cumpriu. É um Plano mais ou menos recente, que foi apresentado em 2019, permitiu-nos introduzir na região a discussão do tema ambiental para os 16 Municípios, é claro que havia Municípios que já estavam mais do que precavidos em relação a essas matérias, como o caso de Loulé, e até antecipados em relação à AMAL, Lagos também de alguma forma, foi um dos primeiros Municípios a começar a trabalhar esse tema, mas a AMAL foi a seguir e conseguiu fazer. Este Plano de Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, podem-no consultar, está disponível no site da AMAL, tem 100 medidas concretas para os próximos anos, para serem desenvolvidas no Algarve, cobre estes setores todos que aqui aparecem, estão divididos em 10 setores, se forem ao site da AMAL podem descarregar o Plano, cada setor destes tem um relatório, um relatório temático que tem um enquadramento, tem uma metodologia. Penso que é um trabalho de grande valor. Foi de certo modo prejudicado, estava com grande fulgor em 2019, foi apresentado em Gambelas com grande pompa e circunstância e logo a seguir veio o Covid. Havia um conjunto de ações que deveriam decorrer do PIAC e que tiveram que levar ali com os travões a fundo, que não nos permitiu ir para rua e fazer uma série de coisas. De certo modo, estamos a retomar agora essa parte mais pública do PIAC e estamos a fazer uma série de coisas, é isso que eu vos quero dizer e quero apresentar agora. Desde logo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estamos a fazer, através de uma parceria e de um mecanismo financeiro, do e-Grant, em parceria com a Região de Turismo do Algarve e com uma associação norueguesa, estamos a desenvolver uma monitorização do PIAC, ver o que é que está a ser feito, o que é que não está a ser feito, estamos a lançar campanhas de comunicação dirigidas a vários segmentos. E, portanto, isso é um dos projetos transversais que passam e tem a ver com a gestão do PIAC. Também concorremos e ganhamos esta Carta de Missão de Adaptação às Alterações Climáticas da União Europeia que permite-nos ter formação, permite-nos também monitorizar, é outra das áreas em que estamos envolvidos. Depois começamos por setores que estão identificados como as grandes vulnerabilidades climáticas da região. Desde logo a questão dos recursos hídricos e começámos a trabalhar nisso em várias frentes. Promovemos, fizemos e participámos e também colaboramos na elaboração do Plano Regional para a Eficiência Hídrica do Algarve, que permitiu depois, através do PRR, mobilizar 200 milhões de euros. Foram fundos adicionais, é a única região que tem este tipo de programa. Há a região do Alto Alentejo que tem uma barragem, mas é um valor muito mais baixo. Esta aqui, devido às vulnerabilidades da escassez de água na nossa região, conseguimos mobilizar estes 200 milhões que se encontram divididos em 6 medidas, SM1 SM2, SM3 e por aí fora. Portanto, enfim, já agora posso passar com alguma calma que é importante e convém que todos conheçam, tem os montantes de cada uma dessas medidas lá referenciados, reduzir as perdas de água no setor urbano, é uma medida que é gerida pela AMAL, são 35 milhões de euros, é sobretudo promover a eficiência hídrica na distribuição em baixa, reduzir as perdas de água e aumentar a eficiência do setor agrícola, é a Direção Regional de Agricultura, são 17 milhões. Reforçar a governança dos sistemas de recursos hídricos, promover a utilização de água residual tratada, também esta de grande importância, está a ser feito em Águas do Algarve, são 23 milhões. Aumentar a capacidade disponível e resiliência em albufeiras, nos sistemas de produção em alta, ligar sistemas, ir buscar água ao Guadiana, é o que está aqui nestes 55 milhões e, na última, na SM6 nos 65 milhões estão as famosas dessalinizadoras que é outra solução que foi apontada. Estas soluções todas estavam previstas no PIAC da AMAL, exceto a dessalinizadora, ou por outra, a dessalinizadora estava lá quase como último recurso, em caso de vir a ser necessário. A única que não estava, efetivamente, não foi identificada na altura pelos participantes, foi ir buscar água ao Pomarão-Guadiana, essa não estava e este era o último recurso e, aliás, quando surgiu, houve algumas vozes contra, enfim, não é totalmente pacífica a questão da dessalinizadora, mas é uma das medidas fortes e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

provavelmente, será uma das soluções para reduzirmos essa perda de água. O Presidente da Assembleia Municipal tinha-me falado, para cada uma destas medidas, tentar descer à terra, e a terra aqui era Loulé, e chamar e ir sempre à medida que ia falando destas medidas, o que é que Loulé estava a fazer neste domínio. Eu trago sempre aqui, neste caso desta medida, SM1, dos 35 milhões, a AMAL lançou um primeiro aviso para lançar um concurso, Loulé aproveitou-o bem, tem aqui estas várias candidaturas aprovadas, eram 14 milhões, portanto aqui está quase 1 milhão destas verbas que Loulé apresentou e, portanto, eram medidas aos projetos enquadráveis nesta medida. Na redução de água também, há aqui outro projeto que é importante e que nós participamos, os chefes de fila é a Direção Regional de Agricultura e tem a ver com a valorização dos recursos genéticos tradicionais, novas culturas e a gestão da água da rega em contextos de alteração climática. Foi aprovado, nós estamos a participar, mas aqui gostava de fazer quase um parêntesis antes de entrar num outro tema, que não a água, o tema da energia, que é o seguinte. Do meu ponto de vista, um dos grandes problemas das políticas públicas, sejam elas quais forem, já agora, há uma colega, é abuso da minha parte, economista que lê muito e que gosto muito, que é a Mariana Mazzucato, ela fala muito da economia pública, da importância da economia pública, e é importantíssima a economia pública, mas há uma coisa que rebenta com qualquer política pública, vou dar-vos um exemplo; não faz sentido estarmos a desenvolver projetos destes, como recursos genéticos tradicionais, etc., estarmos a poupar água e vemos proliferar aí, árvores altamente consumidoras de água na agricultura, por todo o lado, a rebentar com os agricultores que fazem este tipo de culturas tradicionais. Isso é que custa a perceber, como é que uma política pública coexiste com outro tipo de política pública, esta falta de consistência não faz sentido. Mesmo os Municípios têm debatido muito, têm tomado medidas para ir para a Comunicação Social, para as pessoas terem mais cuidado ao nível do consumo de água, mas há coisas que é difícil de engolir. Por exemplo, é difícil de uma pessoa que não tem recursos e tem que recorrer à piscina pública, ver a piscina pública encerrada e ver-se dezenas, centenas de piscinas privadas, cheias de água. Essa inconsistência das políticas públicas deixa muito a desejar e fazem falhar as políticas públicas. Portanto, eu julgo que os decisores têm que ter bastante cuidado se querem, enfim, quando se analisa a eficácia de uma política pública, tem que se encontrar, tem que se ter atenção os elementos que as destroem e temos muitos. Enfim, eu passava aqui quase uma noite a dar exemplos, em todos os setores praticamente, do que fazemos mal e às vezes tomamos medidas, mas tomamos a medida no seu contrário. Sabem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

porque é que eu acho que é isto? É para satisfazer a todos. Na prática é isso, e não se satisfazem ninguém, é aparente, acaba por não se satisfazer ninguém. Dá-se um bocadinho a este, dá-se um bocadinho àquele, e às vezes, dá-se coisas contraditórias em que umas estão a anular as outras e, portanto, na água é isto que se passa. Outra área em que me tinham pedido para falarmos aqui, enquanto AMAL também, e tinha prometido os 30 minutos, ainda faltam umas coisas importantes, vou acelerar. Na energia, a AMAL, os Presidentes de Câmara decidiram avançar com um projeto que se reputa muito interessante, que é uma Comunidade Energética Regional a partir de instalação de painéis solares nos telhados de equipamentos, de escolas para autoconsumo. São as Comunidades Energéticas, os 16 Municípios aderiram, estamos a desenvolver esse processo, fizemos uma aquisição de serviço de assessoria especializada e estamos a constituir essa Comunidade Energética a nível regional, das energias renováveis. Outro tema que sei que preocupa os Municípios e que nós também tomamos posição, tem que ver com a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa e as redes de iluminação pública. E pus aqui as duas porque nós na AMAL defendemos, os Municípios defenderam que são duas coisas diferentes, achavam que devíamos separar a iluminação pública, até pela potencialidade que representa e que deve estar afeta ao respetivo município, eventualmente pode-se articular vários Municípios para trabalhar, mas não integrada na concessão. Nós defendemos isso e, neste momento ainda está integrada na concessão da distribuição de energia elétrica em baixa. Depois, havia vários mapas, um que nos punha só o Algarve com o Alentejo, que também consideramos que era altamente prejudicial para o Algarve, porque aquilo depois vai-se ver, quanto é que sai de cada fornecimento de energia elétrica com base neste território, e o Alentejo como tem um povoamento muito disperso, sai muito mais caro do que, as áreas mais rentáveis, eram Lisboa e Algarve em termos de distritos, com certeza pelo primeiro ensaio. Depois houve aí um ensaio que nos punha juntamente com o Alentejo, só, neste momento. Entretanto, o Secretário de Estado, que agora é Ministro, que é o João Galamba, mandou parar na altura o processo, a coisa não avançou, mas, neste momento, a última coisa que existia era uma concessão em que, dividiu o país, em três áreas e o Algarve estava junto com o Alentejo e com Lisboa. E juntamente com Lisboa, Lisboa era a zona que permitia custos mais baixos per capita, era favorável para nós e, portanto, era melhor. Depois havia aqui uma convicção do setor de que há aqui vantagens por causa da digitalização, das concessões terem alguma dimensão. Porque houve um modelo que defendeu apenas o Algarve, até houve quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

defendesse apenas um município e, portanto, isso rapidamente, tecnicamente foi abandonado e acho que este modelo em termos de áreas, agora o que faz sentido, as contrapartidas, a propriedade dos equipamentos e das redes são dos Municípios. Isso não está devidamente contabilizado e a iluminação pública, que é uma coisa que pode ser muito interessante para os Municípios e convém estar separada. A AREAL é uma Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve que tem tido muitas dificuldades. Nós provavelmente também no próximo Conselho vamos discutir mais uma vez, eles agora encontraram uma solução, penso que não é definitiva aqui com a Câmara de Loulé para se instalarem, podemos ver se arranjam uma solução mais condigna para a AREAL. Estive a semana passada a falar lá com o Presidente António Murtal, do Executivo da AREAL, e julgo que é uma agência que pode ser importante e que é importante para a nossa região termos esta agência ativa e que podem-nos apoiar quer nesta comunidade energética, quer nesta discussão da iluminação pública. Há um outro tema que eu não quero deixar de trazer aqui, é outro dos temas desagradáveis, mas que não quero deixar de trazer aqui, que tem a ver com as instalações de painéis solares. Eu julgo que o país tem todo o direito e tem o dever daquelas metas da descarbonização, mas tem que compatibilizar isso com outro valor que é a paisagem e temos que ver onde é que, eu estive num grupo de trabalho mandatado pela AMAL, que eu acho que fizeram um bom trabalho, que foi a colocação das eólicas offshore. E o que se passou, na offshore, portanto, no mar, houve um mapeamento, um ordenamento, um trabalho com os pescadores, um trabalho com enfim, toda a gente e mais alguma, que permitiu identificar zonas possíveis para instalar eólicas no mar. Também fiquei particularmente contente porque o Algarve ficou afastado desse mapa, ficou tudo acima de Sines, porque não se percebe, eu disse isso em algumas reuniões, pessoas que vêm cá de propósito para chegar ali a Sagres e olhar para o horizonte, não podem estar a ver eólicas. Quer dizer, ainda na semana passada, estive um fim de semana no Festival de Observação das Aves, vocês não imaginam, não sei se alguns vão ou costumam ir, não são dezenas, nem centenas, são milhares de pessoas a ir lá ver o pôr do sol. É incompatível aquilo com eólicas ou o quer que seja, por muito importantes que sejam esses valores da descarbonização e, portanto, é isso também que trago aqui. E nos painéis solares é inadmissível, os painéis solares e ainda bem que foi chumbado aquilo na minha terra, entre Santa Catarina e Fonte do Bispo, porque se calhar é possível se houver uma política de ordenamento, se calhar não é muito grave, até pode ser bom para o concelho, se ficar lá por trás em Alcoutim, em zonas perfeitamente integradas na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

paisagem. Agora aqui no Barrocal, estar a pôr áreas imensas, um valor que temos tão bonito, com os muros, com a paisagem do Barrocal, as pedras sobre pedras, agora cobrir aquilo tudo aquilo, no caso de Santa Catarina era um horror, aquilo tudo coberto de painéis para quê? Portanto, há ali uma série de valores que podem ser muito importantes, mas temos que ter cuidado com outros valores e, no caso do Algarve, eu acho que estes valores ambientais, os valores da paisagem, por isso é que eu ponho aqui a importância da descarbonização e do valor da paisagem, julgo não podemos ceder, mesmo que os valores sejam grandes, como a descarbonização, etc. Acho que não podemos ir por aí. Contratualização de Fundos Comunitários, mais rapidamente, isto é mais factual, se bem que há aqui um problema que vos quero alertar na nova contratualização. Portanto, nós tivemos desde 96 que contratualizamos com a CCDR, enfim, com diversos formatos, esta agora vai ser uma contratualização a sério, mas neste Quadro Comunitário de Apoio, apreciamos e fazemos a verificação física e financeira de um conjunto de candidaturas, sobretudo as dos Municípios. Analisamos 118 candidaturas, são 66 milhões de euros naqueles domínios em que os Municípios investem, as escolas, a mobilidade, equipamentos sociais e outros, todos aqueles, basicamente, foram essas áreas que contratualizamos com a CCDR. Loulé, mais uma vez trago aqui, passou por nós um conjunto de projetos, Loulé é sempre um bom cliente, aliás, é capaz de ser o melhor cliente dos Fundos Comunitários. Há sempre um conjunto de projetos, também têm dinheiro para fazer a contrapartida, alguns Municípios não têm capacidade de apresentar projetos, e é por isso que tem mais que os outros, acho eu. Portanto, há um conjunto de projetos substanciais que Loulé aproveitou, não obstante alguns deles terem aquelas dificuldades, que são os empreiteiros que vão à falência, é a contratação pública, que é muito complicada, mas beneficiou bem. Eu acho que é melhor, independentemente de Loulé ou outro Município qualquer, acho que é a região que beneficia, porque se nós adotássemos um guia neste novo quadro, estamos a tratar o mesmo tipo de coisas, preferimos selecionar projetos que sejam importantes para a região do que estar a dizer que Alcoutim tem direito a 5%, Loulé tem direito a 20%, Portimão tem direito a 20%. O tal critério da efetivação, acho que é preferível adotarmos este tipo de decisão com base em projetos mais importantes para a região. E já vos falo de alguns que vamos priorizar no próximo Quadro Comunitário de Apoio. No passado, houve um programa que vai ser substancialmente reforçado e que é importante para os territórios do interior. O Algarve é mutual, o Concelho de Loulé é mutual, também é importantíssimo estes instrumentos. Nós tivemos este nome, feliz ou infeliz, que não tem nada a ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com a religião, chama-se PADRE, mas é Plano de Ação e Desenvolvimento de Recursos Endógenos e, portanto, é para os territórios de baixa densidade. Digamos que é uma discriminação positiva, apenas estes territórios é que podem aceder a este Plano. Foi cerca de 9 milhões, vai ser reforçado 9,5 milhões de fundo. No próximo período de programação vai haver uma ITI à volta de 33 milhões de fundo também, e praticamente triplica o que vamos afetar a este programa PADRE. Houve programas emblemáticos transversais a todo o Algarve, como a requalificação dos mercados, o de Silves, o de Aljezur, o de Moncarapacho. Houve um conjunto deles, por acaso, aqui o mercado de Loulé já tinha beneficiado, não há muitos anos, era eu Diretor Regional da Economia, num outro programa, o mercado aqui de Loulé foi. Este aqui retomamos um bocadinho essa ideia, há um conjunto de projetos muito interessantes, percursos pedestres, clicáveis, outros vários, mas voltados para o interior. Tivemos uma discussão em São Brás de Alportel, a semana passada, para uma primeira discussão sobre o que é que deveria ser a próxima, fazer um balanço do que foi e o que é que poderia ser este programa no próximo período de programação. Para este período vai haver muito mais dinheiro, muito mais, a contratualização com a AMAL vai ser superior, vamos contratualizar com a CCDR cerca de 150 milhões de euros do programa Algarve 2030 e 146 como está aqui o do FEDER, 3,1 do Fundo Social Europeu. Temos um conjunto vasto de áreas de intervenção, vamos priorizar aquelas áreas como a transição climática, a transição energética, os recursos hídricos, a transição digital, vai haver bastante dinheiro para a transição digital e é importantíssimo que o façamos. Vamos ter um problema que é no PADRE, quer neste programa, que é e mais uma vez, os Municípios mais poderosos saem beneficiados com este problema que é; nós temos 150 milhões de euros dos fundos, do Fundo Social Europeu 3,1 e FEDER, vamos ter mais 30 e tal de ITI e PADRE, há uma outra IT Água que também vai ter um valor substancial. Só que o Algarve como é uma região supostamente rica, vai passar de uma taxa de comparticipação de 70% para 60%. Os Municípios vão ter que entrar com 40% do investimento total, neste momento era só 30%, o que significa um acréscimo substancial e que para muitos Municípios, para todos os Municípios vai ser muito mais difícil, e para muitos vai ser mesmo muito difícil. Portanto, é um handicap que vamos ter, quando dizemos que há mais dinheiro, há de facto mais dinheiro, há muito mais dinheiro de fundo e há muito mais dinheiro de investimento total. Antecipo que vamos ter maiores dificuldades, como é óbvio, de execução. Se agora já temos dificuldades de execução, no futuro teremos mais. O que eles podem tentar fazer, é não complicar muito os regulamentos, que também às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vezes complicam, por vezes a execução não é mais alta, porque os regulamentos também não ajudam, os regulamentos vêm padronizados, têm de ir lá da escola da CCDR Norte, passa ali por Lisboa, leva um upgrade e chega já ao Algarve completamente fora da nossa realidade. E, portanto, é tudo muito, nós temos lutado e tentado participar na discussão desses regulamentos, porque se participarmos na discussão desses regulamentos, é meio caminho para que, enfim, as medidas se adequem àquilo que precisamos no Algarve e isso tem faltado também, é uma das razões, por vezes, que temos essa dificuldade de execução. Trouxe aqui os resíduos sólidos urbanos, não que tenhamos responsabilidades diretas, não as temos, mas para trazer-vos aqui um conjunto de queixas que têm chegado à AMAL, no que se refere à matéria de resíduos sólidos. Nós, responsabilidades diretas da AMAL, temos duas coisas, temos um programa de recolha Bio em 2022 e vamos ter também 2023, é uma verba do Fundo Ambiental que nos permite propor às Câmaras que apresentem candidaturas, é uma dotação relativamente baixa, mas é a 100%, portanto, temos cerca de 1 milhão de euros por ano para as candidaturas, só para pequenos equipamentos que permitem a recolha Bio. Como vêm, no passado, em 2022, tivemos 911.000,00 € deste Fundo, para esta recolha Bio, Loulé beneficiou de 164.000,00 € destes 911.000,00€ mil. E temos uma coisa que também estamos a fazer neste momento, aliás, na semana passada, houve uma reunião com um representante também aqui da Câmara de Loulé e de todos os Municípios. Hoje tivemos uma reunião com o Algar, estamos a fazer um plano que é concretizar o PAPERSU que obriga a que todos os Municípios tenham um conjunto de indicadores e os investimentos que têm que fazer para cumprir essas metas do PAPERSU. Portanto, tem a ver com a recolha de resíduos sólidos, e portanto é uma área que vamos entrar fortemente no próximo Algarve 2030 e que convém estarmos atentos. De resto, o que eu dizia, temos imensas queixas todos os dias, as Câmaras têm, a AMAL também tem, umas queixas que são mais graves do que queixas, queixas de pessoas a pensar que a culpa é dos Municípios, na maior parte dos casos, quando não é. Queixas de que há lixo que não é tirado, queixas de que cheiram mal, no verão então, este ano foi um pandemónio, o ano passado já tinha sido e temos aqui um problema grande. Alguns Municípios tentam, de alguma forma, safar ou minimizar algumas pontas do problema, mas não é a solução. Os Presidentes têm discutido, têm promovido algumas discussões e o Vítor Aleixo é um dos ativos participantes nisso, mas de uma maneira geral, mais uma vez seja do Partido A, B ou C é quase unânime que este modelo da Algar maioritariamente privado, não é a solução para o Algarve. É esse o busílis da questão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

é esse o problema, estar alguém com o fito de ganhar dinheiro à custa de bens públicos, que são essenciais num território turístico como é o Algarve, em que preservamos tanto o ambiente, em que as coisas deviam estar um brinquinho, acho que não é de maneira nenhuma o caminho. É claro que eles estão agarrados como um cão que não come há muito tempo, ali àquele osso cheio de carne, da concessão e duvido que seja fácil, mas eu penso que o Governo está muito alertado para as dificuldades que este serviço da Algar deixa muito a desejar. Há dias falando com o Vice-Presidente da CCDR, deu-me a entender que a nível governamental estariam a mexer e estariam a estudar algumas possibilidades de ver como é que está a concessão, não sei, mas de facto não tem sido uma solução minimamente satisfatória, nomeadamente nos últimos anos, porque é assim, o serviço é pior e pagamos mais, pagamos mais Municípios, pagamos muito mais. Ainda por cima há ali uma articulação entre empresas do mesmo grupo, eles fazem estudos, eles gerem, eles têm filhos disto e daquilo e aquilo parece um sistema relativamente fechado e estamos a ser ludibriados, do meu ponto de vista, e vale a pena ser encarado a sério. Mobilidade e Transportes, também muito rápido, todos conhecem. Vou falar destas coisas todas que aqui aparecem, tem que ser muito rápido, o PART o "Vamus" com dados relativos a Loulé, é uma área em que coisas estão a correr melhor, outras coisas estão a correr pior. É uma área extremamente difícil, nós não tínhamos experiência nenhuma de transportes, foi-nos passada para a mão, a partir de agora as CIMs são responsáveis, passam a ser autoridade de transportes e desenrasquem-se, que é o que é, ao fim e ao cabo, o que está em cima da mesa e há muitas coisas que temos consciência que falham e há muitas coisas que poderão ser corrigidas, enfim, vão sendo corrigidas aos poucos, mas coisas mais substanciais poderão eventualmente ser corrigidas na próxima concessão. Quando falar do "Vamus" já falo desta concessão e de coisas que podemos melhorar. Temos um programa que veio em boa hora que é o programa PART, que permite às famílias, enfim, aliviar de alguma forma, os seus encargos, aumentar o seu rendimento disponível, permite descarbonizar também, as pessoas utilizarem menos transporte privado e passarem a utilizar transporte público, mas o financiamento que fazem, e mais uma vez, enfim, as nossas contas são sempre enviadas e como nós nos queixamos, dizem, lá vem o Algarve outra vez. Mas são reais, de facto. Estamos com um défice de grande exploração deste PART. Supostamente, o Governo devia entrar com 80% e os Municípios com 20%, mas os Municípios já estão perto dos 50% para conseguirmos suportar o PART sem condições nenhuma especiais. É que em Lisboa eles andam, os mais idosos andam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

com um passe de 20,00€ que dá para ir de Vila Franca de Xira a Cascais e a Setúbal e não sei quê e podem andar o dia todo, os outros todos podem andar com 40,00€, o Porto a mesma coisa, além de que o Governo e as autoridades centrais, metem dinheiro nos metropolitanos, na carreira metropolitana e em tudo o que é transportes, e o Algarve é só os Municípios a meterem dinheiro, e portanto, não dá, e temos, um problema de financiamento do PART. É muito importante, mas também queremos que tenha efeito sobre as pessoas, e portanto também não podemos dar um desconto num passe a 10% ou 20%, ou é substancial para motivar as pessoas a mudar de transporte privado para público ou então temos problemas. De qualquer maneira, a coisa tem avançado, os Municípios têm-se chegado à frente, o próprio Governo no ano passado, reforçou as verbas do PART, apresentámos e demonstrámos que não tínhamos possibilidade nenhuma, e este ano esperamos que também reforcem e que nos permita suprir estas dificuldades financeiras. Nós em 2022, vendemos cerca de 100 mil passes, financiámos cerca de 100 mil passes através do PART, cerca de metade relativa é a "Vamus", 40% são transportes urbanos e o transporte ferroviário é apenas 13%. Infelizmente, o transporte ferroviário não funciona tão bem quanto devia funcionar. Em termos ambientais, era o transporte mais interessante e também com uma rede mais adequada às nossas necessidades. Se conjugasse uma série de fatores, era importante reforçar o transporte ferroviário, mas tem tido muitas dificuldades. Depois tem um problema que é um direito que os trabalhadores têm, mas as interrupções e as greves etc. levam a que muitas pessoas desistam deste meio de transporte, muitas pessoas acabam por deixar de tirar o passe porque dizem, não estão, para uns dias há e outros dias não há e isso tem-se passado. Eu, pessoalmente, estava muito entusiasmado com o transporte ferroviário, que ia aumentar, mas não, o transporte rodoviário tem aumentado muito, o ferroviário, nem tanto. O "Vamus" foi uma concessão que nós fizemos, foi a primeira concessão também do país, de transporte público de passageiros. Temos 73 linhas regulares e mais 28 flexíveis e conseguimos introduzir uma série de elementos ao investimento global de 6,8 milhões. Os Municípios optaram pela solução que no futuro vamos ter que discutir que é não entrarem com dinheiro para a concessão. Ou seja, ao contrário do que se passa, enfim, em Lisboa e Porto, o Governo entra com o dinheiro todo para os transportes, no resto do país, que não o Algarve, os Municípios se têm transportes, no Alentejo, nas Beiras, etc., é porque os Municípios pagam todo o transporte, pagam todas as carreiras, eles pagam como se contratassem serviços para fazer aquelas carreiras. No Algarve, não optámos pela concessão em que bilhética paga à empresa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

paga a ela própria, o que fez sentido, porque o Algarve é muito atrativo, o litoral, só que o Algarve tem 5.000 km quadrados, tem zonas mais recônditas. Isto criou aqui um problema, e mais tem necessidades todas muito, todas à mesma hora, é os miúdos que entram todos quase à mesma hora na escola, é as pessoas que têm necessidade e não há nem motoristas, nem autocarros e portanto, isso tem criado muitas dificuldades nesta concessão. Mas, de facto, não estamos a entrar com dinheiro para a concessão, nós e os Municípios não estão a entrar com nada para a concessão, a concessão paga-se a ela própria. O acordo que foi feito de concessão define as linhas, aumentou o número de linhas, tornou-se um bocado mais exigente na idade da frota, tornou-se muito mais exigente uma série de coisas, mas são essas as regras que pautam com a concessão. Até agora, não houve a necessidade dos Municípios entrarem com dinheiro para algum desequilíbrio da concessão, exceto durante aquele período da pandemia em que o Governo também se chegou à frente e aí teve que se pagar, obviamente, porque a concessão estava a decorrer e não havia passageiros, não havia carreiras e, portanto, aquilo é uma empresa, aquilo é uma empresa privada, portanto a concessão é privada. Há uma série de dados que depois vocês ficam com a apresentação e qualquer Deputado pode aceder para eu também não perder muito tempo. Há serviços novos, este é o Eurobus, que foi uma das novidades também desta concessão, esse serviço a partir do aeroporto, informação ao público também há muito, sistema de bilhética completamente diferente. Isto são os dados da "Vamus" aqui no Concelho de Loulé, nós temos vindo sempre a aumentar o número de passageiros. Nós começámos a concessão em dezembro de 2021, a concessão é por cinco anos, portanto, também não falta muito para terminar e na altura podemos definir novas regras para a nova concessão. Aliás, estamos a entrar nessa fase, de discutir com os Presidentes de Câmara, com as Juntas de Freguesia, que são importantíssimos neste aspeto, com a população em geral, os termos, como deve ser a nova concessão, que tipo de concessão é que queremos ter. Mas estamos sempre a aumentar, porque no primeiro ano em que começou a concessão, transportámos em Loulé, mas isto também tem a ver com o facto de dezembro ser um mês em que metade do mês ou parte do mês são as férias escolares e, portanto, mas em média, estamos a transportar, agora ligeiramente acima de 100 mil passageiros por mês aqui em Loulé. No ano passado não chegamos a 1 milhão e 800 mil, que seria os 100 mil, mas este ano em nove meses, já estamos em 928.000. Portanto, a tendência é sempre para reforçar o número de passageiros, ainda bem que é assim, é esse o sinal que queremos, é passar a ter mais gente transportada de autocarros. Há vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aspetos que podia depois entrar em pormenor, também tem o João Graça que os sabe em pormenor, que tem a ver com alguns problemas que ocorreram aqui em Loulé com carreiras que deviam existir, outras que passaram a existir e depois não tinham passageiros, enfim, acertos que é preciso fazer, mas não é nada fácil. Eu fiz um Mestrado de Investigação Operacional, desenvolvi muitos algoritmos, mas este algoritmo, é extremamente complicado com aqueles autocarros, com aqueles motoristas e com aqueles passageiros e as necessidades deles, resolver esta equação, não é nada simples de resolver estas necessidades e sem dinheiro, isto é, com o transporte a pagar-se a si próprio, torna-se extremamente difícil. São lições, aliás, o objetivo desta concessão era também aprendermos alguma coisa com ela, para prepararmos a próxima. Estamos a avançar a toda a força com o passe único, o passe único penso que vai ser importante para transferirmos passageiros do privado para o público, porque o passe único permite que a pessoa utilize o transporte urbano, o transporte do "Vamus", o transporte ferroviário, tudo com o mesmo título de transporte e, portanto, é importante. Vai ter que sofrer algumas alterações porque, para já, o Governo já anunciou para o ano, os jovens até aos 23 anos não pagam transporte. Já agora, o Governo anuncia muitas coisas, nomeadamente o congelamento dos passes que não aumentam, mas no caso da AMAL, até agora o dinheiro desse congelamento ainda não vimos, essas compensações. Espero que este congelamento, este passe até aos 23 anos, seja assumido pelo Orçamento do Estado e que haja transferências, porque senão, enfim, vamos ter aqui um problema adicional, em vez de termos um problema resolvido. A CP também introduziu um passe novo que vai interferir aqui neste passe que queremos, que é neste momento, qualquer pessoa pode viajar no Algarve todo por 50,00€, pode ter um passe para toda a região, mensal. Esse foi o nosso problema inicial, nós criamos e os Presidentes votaram nisso, pois queríamos um passe, um preço único para toda a região. Só que as pessoas que normalmente iam de Olhão para Faro de comboio, por exemplo, passaram a comprar passes entre Lagos e Vila Real de Santo António e nós, a AMAL, a pagar a diferença, o diferencial entre o passe de 40,00€, com que fixámos inicialmente, e o passe custava entre Vila Real de Santo António e Lagos, era 200 e tal euros por mês e, portanto, de repente tínhamos só havia 1 passageiro por acaso, com esse tipo de passe. Quando introduzimos o passe único, passamos a ter assim centenas de passageiros a ter passes, rebentou logo com o sistema, a "chico expertise" acaba muitas vezes com isto, mas agora, com o passe de 50,00€, provavelmente podemos voltar a repensar a história do PART, que é uma coisa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

extremamente importante. O transporte flexível é uma das coisas que está a funcionar mal, muito mal, devia funcionar bem, é mais para o interior, é uma plataforma, a concessionária devia fazer transporte flexível, devia adaptar autocarros mais novos, não tem havido grande promoção do transporte flexível, se calhar também é culpa nossa, a concessionária não está nada interessada em transporte flexível, são coisas que lhes dão prejuízo e, portanto, essa é a questão de fundo. Ainda por cima, o que se passa é o seguinte, eu tenho a Câmara de Alcoutim, a Câmara de Aljezur, a Câmara de Monchique, etc. a queixar-se da falta de transporte flexível e fazem o seguinte, dizem “nós fazemos isso” e estão a levar as pessoas ao hospital, mas eles reclamam para o IMT, que as Câmaras não podem fazer isso, porque eles têm exclusividade, têm o monopólio, eu já os tentei convencer para eles abdicarem até porque é uma coisa que lhes dá prejuízo, mas também não largam o monopólio disso. E, portanto, nem conseguimos resolver o problema de outra forma, nem eles o resolvem muitas vezes e, portanto, temos aqui um problema bicudo que na próxima concessão temos que resolver e até mesmo antes da próxima concessão, quem vier, se o conseguirmos de alguma maneira, o minimizar. Pronto, isto seria uma coisa que queremos lançar até ao final deste ano, uma plataforma para conciliar todo o tipo de transportes do “Flixbus”, à Rede Expresso ou “Vamus”, aos transportes municipais, aos barcos para as ilhas, etc. vai estar disponível até ao fim do ano na app e também para Smartphone e para os iPhones. É esta a NESO, a NESO é Norte, Este, Sul, Oeste, é daí que vem o nome. O Plano de Mobilidade Turística, é uma coisa que mandámos fazer e que julgamos que é importante, é tentar que, depois posso aprofundar nas vossas questões, esta coisa que estou aqui a passar rapidamente, mas o Plano de Mobilidade Turística, queremos fazer chegar aos turistas e não só, e aos profissionais do turismo, da hotelaria, a utilização de transporte público, em que há um desfasamento enorme, aqueles que entram às 6 da manhã para servir pequenos-almoços, ou para abrir um campo de golfe, que também abre às 7 da manhã, dificilmente têm transporte coletivo, transporte rodoviário compatível com esses horários e, portanto, queremos de alguma forma adaptar e também pôr os turistas a utilizar mais. Há um conjunto de medidas muito assertivas, do meu ponto de vista, e quem nos fez o trabalho, passe a publicidade, foi a TIS, gosto muito de trabalhar com eles e fizeram um trabalho profundo junto do setor e conseguiram elencar uma série de medidas. A Ecovia é uma via estruturante do nosso ponto de vista, é importante, convinha que fosse terminada, tem alguns problemas, mas tem um problema grande de ausência de entidade gestora. Eu acho que isto vai ter que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

voltar, já estive na AMAL, depois passou para as Câmaras para executarem a obra, mas depois falta-lhe aqui alguma unidade, eu penso que falta a tal unidade da entidade gestora, que pode ajudar a tornar e promover melhor a Ecovia. Acho que é uma das ideias que quero levar um dia destes, ao Conselho Intermunicipal, para revermos esta questão da entidade gestora da Ecovia que é muito importante. É importante a Ecovia, é importante a Via Algarviana, é importante estas vias verticais da rota Vicentina e da Grande Rota do Guadiana, permite as pessoas se deslocarem, cada vez há mais pessoas a utilizar a bicicleta, a utilizar a via pedestre, é um turismo muito interessante, é um turismo que preserva, cuidadoso com o território e que nos interessa apostar neste tipo de produtos, a par de outros, naturalmente. Políticas sociais, agora muito, muito rapidamente. Como eu dizia, acho que a situação do Algarve é muito grave. Nós estamos a desenvolver um Plano de Desenvolvimento Social, vamos apresentá-lo no final de novembro. Esse Plano de Desenvolvimento Social cobre praticamente todas as áreas. Foi um trabalho de grande fôlego, desenvolvido pelos 16 Municípios do Algarve, em particular com os Vereadores que têm os pelouros sociais e os departamentos das Câmaras, associado com o Centro Regional da Segurança Social, com o IEFP, a ARS, a Universidade do Algarve, todos os setores, a DGEST. O diagnóstico, eu só vou falar da pobreza e muito rapidamente o da classe média, a famosa classe média, como é que estamos, porque estamos mal em quase todos os indicadores. Temos um insucesso escolar, somos a pior região do país, no trabalho precário somos a pior região do país, na habitação somos a pior região do país, na saúde somos a pior região do país, na pobreza somos a pior região do país, enfim, em todos os indicadores sociais somos e não é, não é nenhum eufemismo, não é carregar nas tintas, somos a pior região do país. Não obstante, somos uma região rica, vejam lá, ou quase rica, medida pelo único indicador que é o PIB. Depois se me perguntaram, eu explico porque é que há esta contradição entre todos os indicadores sociais e este indicador de riqueza, a mãe de todos os indicadores, que é o PIB per capita que nos tem prejudicado altamente na nossa região. O mais importante da pobreza é este indicador, que é a taxa de privação material e social. Isto baseia-se em 9 indicadores, em que se a pessoa não conseguir ou atingir 4 deles, está considerado em taxa de privação material e social, e em coisas básicas. Se aparecer uma despesa inesperada tem capacidade para a satisfazer? consegue fazer duas refeições fora por semana? consegue durante um ano ter uma semana de férias fora de casa? consegue comprar uma televisão? consegue pagar a renda de casa? são esse tipo de indicadores. Pois bem, a média em Portugal é 3,5%



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

das pessoas não conseguem, são as tais pobreza extremas, e no Algarve é 16,4%, portanto, acima da média do país. Isto é o objetivo, isto é do INE não tem volta a dar. A população em risco de pobreza é outro dos indicadores, a Estratégia Nacional Contra Pobreza diz que qualquer região quando estiver acima de 3 pontos percentuais de risco de pobreza, deve ser especialmente “atacada” entre aspas. É o caso do Algarve, que está com 5 pontos percentuais acima da média nacional desta taxa de risco de pobreza. Isto significa que esta taxa de risco de pobreza tem um peso e uma leitura, significa que a percentagem de pessoas que estão abaixo de 60% da mediana do rendimento médio nacional, portanto 60% das pessoas que não atingem essa mediana no caso do Algarve, 25% dessas pessoas não atingem 60% do rendimento mínimo de Portugal. No país é 19% dessas pessoas que não atingem o rendimento mediano. Portanto, é uma situação, este número é arrasador para todos nós, cerca de 11.000 crianças no Algarve estão em pobreza extrema, não têm aquele suporte mínimo e isto numa região rica. A classe média, dentro destes indicadores de pobreza, é uma classe que nunca desaparece, havemos sempre de ter classe média. A classe média é uma medida quase estatística. A classe média, em Portugal, em Portugal e nos outros países, são as pessoas que têm um rendimento que está entre os 75% e os 200% do rendimento médio do país. Até vos digo o valor, em Portugal significa as pessoas individuais que fazem, ou as pessoas do agregado familiar, em que cada uma das pessoas tem entre 630,00 € e 1.700,00 € de rendimento. Se for uma família de três pessoas, portanto, entre 1.900,00 € e 5.100,00 €, é isso que se considera ser da classe média. Portanto, é um conceito. Agora uma coisa é ser da classe média em Portugal, outra coisa é ser da classe média em Espanha ou em França. Uma pessoa da classe média alta, aqui deste escalão dos mil e tal, em Portugal pertence à classe média alta, se passar ali a fronteira passa a ser da classe média baixa de Espanha, se for para França é considerado pobre com o rendimento que tem. Portanto, quando falamos da classe média é disto que estamos a falar, em Portugal é disso que estamos a falar e é essa classe que está a ser altamente, nem tem aquelas medidas contra a pobreza, nem tem as outras medidas, está a ser fortemente apertada. Enfim, o Plano de Desenvolvimento Social desenvolve fichas por município, tudo isto depois tem tradução no caso de Loulé e em todos, nós temos uma percentagem de população estrangeira muito grande. Estas dificuldades todas levam também a que as pessoas votem menos, isso também está no Plano de Desenvolvimento Social, enfim, há um conjunto de preocupações. Peço desculpa ao Presidente e a todos vós, ultrapassei bastante o tempo, mas estou, mas também tenho até à 1h ou às 2h para responder a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

perguntas que surjam.-----

(O suporte digital que serviu de base à Apresentação, uma vez impresso, passará a constituir **Anexo A** à presente Ata.) -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Devem ter reparado que fui extremamente tolerante com a gestão do tempo, mas estamos cá exatamente para isso. Hoje é o dia da AMAL e do seu Secretário Executivo e viemos cá para ouvir e portanto, é isso que estamos a fazer e continuaremos a fazer. Sinceramente, estou dividido entre a tristeza dos números apresentados, nomeadamente no que diz respeito à pobreza, e o contentamento de ver pessoas que falam claro, como é o caso do Brandão Pires. Muito obrigado por nos falar desta maneira. -----

Seguidamente, as pessoas do público que queiram esclarecimentos sobre estas matérias façam favor. Eu substituiria a declaração escrita pela vossa declaração verbal no início da intervenção, a dizer “declaro que aceito a recolha de imagem e de som da minha intervenção”. Pode-se dirigir ao primeiro microfone que está aqui na mesa. Se faz favor dizer o seu nome. Tem a palavra. -----

Foi dada a palavra à cidadã **Rosa de Sousa** que disse: Senhor Presidente, muito boa noite, meus senhores e minhas senhoras. Autorizo a recolha de som e imagem. Eu fiquei um bocadinho assustada, porque nós fizemos um grande esforço para que a Central Fotovoltaica não existisse, e agora, o senhor Secretário, diz-me que a empurra mais para cima. Portanto, não foi isso que os ambientalistas e as pessoas andaram a pedir. Andamos a pedir que estas infraestruturas fiquem em meios urbanos, porque elas servem meios urbanos, portanto, isto é assustador estarem a dizer que vão sempre empurrar para a frente, não é? Não queremos isso. Nós queremos que elas fiquem em meio urbano, coberturas de edifícios, nas autoestradas, as autoestradas vias rápidas e todas as infraestruturas que temos, a Via do Infante, por exemplo, pediram à volta da Via do Infante, uma área de 50m nas laterais para as infraestruturas que viriam a seguir. Portanto, essa área deve ser aproveitada para essas coisas. Portanto, não vão cobrir agora, primeiro foram com plásticos para as estufas e agora cobrir o planeta com painéis solares. Portanto, temos que ver, é meio urbano para ser sustentável, tem que ser assim, tem que ser aqui onde se produz é onde se consome, quem gasta, é lá que se tem que produzir as coisas. E agradeço muito, achei muito bem a explicação, mas também há outra coisa, que acho que falta um bocadinho aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

que é esta parte da mobilidade em meio urbano também. Portanto, em relação à região do Algarve, temos as ciclovias que unem o Algarve, mas depois em espaço urbano, dentro das localidades, em Almancil, eu sou aqui de Almancil, é perigoso, mas perigoso mesmo, andarmos com as nossas crianças de ir da nossa casa até, por exemplo, ali por exemplo ao Parque. Portanto, não há nada e é relativamente simples, basta que uma tela asfáltica, que é uma coisa bastante fácil de pôr, por cima dos passeios. Não quero empatar mais. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado pela sua intervenção Rosa de Sousa. Passou a palavra ao Secretário Executivo para resposta. -----

O **Secretário Executivo, Joaquim Brandão Pires** tomou a palavra e disse: Obrigado pela questão, sem dúvida, que o caso dos painéis se deve privilegiar as zonas urbanas, daí eu ter dito que, no caso do projeto da AMAL, é para aí que vai a comunidade energética, para as zonas urbanas, escolas, parques de estacionamento, etc. Agora para as metas, julgo que o que eu falei foi, eu não disse que íamos puxar o de Tavira para norte, estou a dizer que os painéis solares de Alcoutim, é lá bem em cima, não levantaram polémica como levantou painéis no Barrocal, e portanto a questão que disse que íamos tirar esse, mas esses já lá estão em Alcoutim. Mais, até acho que os autarcas, e não sei se reflete a posição da população, é favorável a esses painéis lá, maioritariamente é favorável, porquê? Porque aquilo é um território, como eu disse, há pouco de 2.000 e poucos eleitores, um território que não é muito menos que metade que Loulé, muito pelo contrário, é um território imenso e são matos e matos, e conseguiram encontrar ali uma contrapartida que durante os últimos 50 anos só viram aquilo a degradar-se, a degradar-se, porque também é uma coisa nós preservarmos o quê? As pessoas devem estar em primeiro lugar. No caso de Alcoutim, eu acho que foi do ponto de vista do autarca em concreto e das populações, já agora, que conhece minimamente o processo e das contrapartidas que vieram daí, ficaram contentes com o facto de terem lá painéis solares, numa zona que eventualmente poderia ser utilizada por caçadores ou coisa desse tipo. Portanto, é dessas zonas, por isso que eu falei tal como no mar, as eólicas e naquele grupo que eu trabalhei, definiu-se áreas que não prejudicam, tentativamente não prejudicam a faina pesqueira. A mesma coisa, julgo que é possível encontrar zonas, eu penso que para o que se pretende, só as coberturas dos telhados não é suficientes, nem pouco mais ou menos, para se chegar aos números ambiciosos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e tornar Portugal um dos principais países, ou então zonas perfeitamente desérticas. Eu conheço, e já agora a minha questão é esta, em relação à mobilidade urbana acho que sim, tem toda a razão, para terminar a sua questão, acho que sim, acho que se deve fazer.-----

A cidadã **Rosa de Sousa** disse: há muito e, por exemplo, as ciclovias... essa ciclovia que aí está, se puserem painéis solares, as pessoas vão à sombra dos painéis solares, nas autoestradas, nesses sítios também até é agradável, se calhar, nos outros sítios não é agradável. -----

O **Secretário Executivo, Brandão Pires**, respondeu: Em relação à ciclovia, são números incomparáveis, mesmo que eu fizesse toda a ciclovia com painéis, são números incomparáveis! -----

A cidadã **Rosa de Sousa** acrescentou: E a autoestrada, a Via do Infante, é bastante... Mas pronto, começamos por aí, quando acabar aí, depois logo se vê o que é que é... não vamos agora, continuar a pôr painéis solares por todo lado, porque isto não é nada. É só para deixar bem vincado que não é por aí. Obrigado. -----

O **Secretário Executivo** disse: Eu não sou defensor dos painéis solares! -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra Manuela Cardoso. -----

A cidadã **Manuela Cardoso** disse: Muito boa noite. O meu nome é Manuela Cardoso e eu autorizo e permito que possam utilizar os meus dados, de voz e de imagem. Ora eu tenho aqui algumas questões. Uma delas, aproveitando a última questão, eu gostava de saber que estudo de impacto ambiental foi feito para o território que fica coberto com os painéis. Ou seja, o que é que vai acontecer àquele solo que vai ficar impossibilitado de receber sol? Portanto, em princípio irá ficar estéril, mas eu gostava de saber qual foi o estudo que foi feito. Outra coisa que eu também gostava de saber em relação aos painéis é que toda a gente sabe, que os painéis não têm vida eterna, portanto, eu acho que 20 anos já é um tempo mais do que suficiente de vida dos painéis. Como é que vai ser a retirada desses painéis? qual vai ser o tratamento que vai ser feito para inviabilizar o impacto ambiental? porque eu sei, e toda a gente sabe que construir é uma coisa, desconstruir de uma forma amiga do ambiente é outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

completamente diferente. A mesma coisa como as bombas, é mais fácil deitá-las e rebentá-las do que estar a desarmá-las. Portanto, é muito mais barato. Outra coisa que eu também gostava de saber, é em relação àqueles milhões todos para as transições climáticas, transições energéticas, a parte hídrica, o aumento da capacidade de água. Como é que isso é feito? Será que estão a promover dragagens dos inertes que são depositados nas barragens? Será que vamos fazer mais barragens, portanto, mais captações de água? Porque há uma coisa, eu sou bióloga de formação e aquilo que aprendi no ciclo da água é que a água não se perde, a água não sai do nosso planeta, portanto, ela está ou sob a forma gasosa ou sólida ou líquida, mas ela está cá toda dentro. Portanto, se ela cai num determinado sítio que não faz falta, ela tem que ser armazenada ou tem que promover-se a sua escorrência para zonas onde possa ser armazenada. Portanto, será que temos nestes milhões, a probabilidade e a possibilidade de fazer captações de água? Eu lembro-me dos meus avós falarem que faziam charcas, portanto, para captar água, para poder fazer a rega e a rega não era como é hoje, porque quando o nível de agricultura hoje é muito mais intensivo do que era antigamente. Outra coisa que eu também ouvi aí falar é, precisamente, na questão da descarbonização. A descarbonização, para mim, só tem uma forma, é utilizar o gás da vida, que é o CO₂ para poder transformá-la em oxigénio e transformá-lo em energia, em energia biológica. Portanto, eu farto-me de ouvir asneiras de que o seu CO₂ é um gás venenoso, não, o CO₂ é o gás que está na base da vida, está na base da fotossíntese sem CO₂, não há fotossíntese. Portanto, será que nós também com estes milhões, vamos ter a florestação do Algarve? Mas é a florestação com a nossa vegetação endémica, não é, com abacateiros, não é com mangueiras, portanto, não é com frutos, com árvores de fruta tropical, porque os trópicos têm muita chuva, têm muita água, nós não. Eu vim para Portugal em 75, e já nessa altura eu ouvia dizer que o Algarve caminhava a passos largos para uma desertificação. Portanto, dentro destes anos todos, tive anos em que vi chover muito, tive anos em que vi chover muito pouco. Será que está contemplado aqui a tal captação da água? Eu tenho uma tia que mora em Caminha, no Minho. Em Caminha chove, no verão eu estive lá e apanhei dias terríveis de chuva, chove imenso, imenso, imenso. Há que captar a água. O rio Minho não tem uma barragem. Portanto, se calhar era uma boa ideia fazer-se uma captação de água no rio Minho. Eu acho que há outra coisa que tem a ver com as recolhas do lixo. Falou que as recolhas do lixo são feitas com a Algar. Quem é que fiscaliza a Algar? Quem paga à Algar? Quem paga, fiscaliza. Eu, normalmente costumo fazer isso. Os serviços que eu adquiro, que eu pago, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

fiscalizo, e se não sou bem servida acho que está tudo dito. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Manuela. Tem a palavra Brandão Pires.

O **Secretário Executivo da AMAL** tomou a palavra e disse: queria fazer quase um ponto de ordem. A senhora colocou a questão e quem trouxe aqui o assunto, já agora, dos painéis solares fotovoltaicos, fui eu, a dizer que discordava. É que há um determinado tipo discurso da necessidade de haver um adversário sempre, eu na sua exposição já me estava a sentir, será que eu estava a defender as fotovoltaicas? será que eu estava a defender os painéis solares? Sim, está de facto. Pois, eu não sou da área, não sou especialista. Não sei o que é que causa, nem sei porque é que não optam mais pelas zonas urbanas, não sei qual é o custo que está envolvido, mas enfim, vivendo cá no Algarve, sendo cá do Algarve, trabalhando há muitos anos no planeamento do Algarve, acho que é uma pena não preservarmos os valores da paisagem. Agora, justifica-se fazer um trabalho profundo de ordenamento do território, que submeta as partes urbanas, as zonas que na prática não são utilizadas, como a de Alcoutim e ver onde é que há condições para haver este tipo de atividade, para água há muitas. Tem havido discussões públicas, as autarquias são os principais municiadores dos projetos que vão entrar nestes tais milhões que a senhora falou do Algarve 2030. Mas, novas captações estão previstas, a ideia é buscar ao Pomarão, está previsto, a pequenas barragens também é uma das soluções, até uma grande barragem que, havendo muita gente também a contestada, mas há quem a defenda, a da Foupana. A da Foupana é outra das que há muito tempo se fala e que se começa a falar como uma das soluções. Outras pequenas barragens como a de Alportel, que teria a vantagem de conter também algum regime de cheias que afeta Tavira e que poderia, enfim, há várias soluções que estão preconizadas para as águas. Para as florestas também, aliás, é uma coisa que eu cortei aqui da apresentação, os meus serviços quando me prepararam esta apresentação tinha 150 slides, eu consegui passar para 50 e tal, mesmo assim cortei muita coisa, nomeadamente a parte da desflorestação. Temos um gabinete florestal, temos uma brigada florestal, mas o gabinete florestal a ideia é mesmo florestar e voltar a ter carbono como a senhora referiu, a partir das nossas florestas, com as plantas endémicas e em articulação com os Gabinetes florestais das Câmaras. Mas em relação a estas matérias, e acho que às preocupações ambientais que a senhora aqui trouxe e a sua colega, pode crer que estamos no mesmo barco, se calhar as senhoras são mais militantes do que eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dessas causas, mas também estou.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Tem a palavra o senhor Victor Duro. ---

O cidadão **Victor Duro** tomou a palavra e disse: Boa noite, início por referir que autorizo a gravação das imagens. Senhor Presidente, boa noite. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Eu vinho aqui hoje falar do “Metrobus”, que, entretanto, não foi incluído na apresentação porque julgo que houve aqui alguma descoordenação entre o que foi a convocatória e o que é as competências. Estamos de acordo? Ok, de qualquer maneira, pronto, vou ser mais breve do que aquilo que queria. Vou só dar aqui uma apresentação. Eu sou líder de bancada do PSD na Assembleia de Freguesia de Quarteira, e nós aprovámos, em abril, uma Moção, que pedimos para ser enviada à Assembleia Municipal, à Câmara e à CCDR, exatamente não à AMAL porque julguei que estava fora desse âmbito, por causa do “Metrobus” reivindicando que seja reanalisado o traçado do “Metrobus” para contemplar Almancil e Quarteira. Porquê? Vou dar só uma razão para ser breve, porque Almancil e Quarteira têm quase metade da população do Concelho de Loulé, julgo eu que faria muito sentido passar por Quarteira e Almancil, Faro, Olhão, etc., do que em vez de ir ao Parque das Cidades, por exemplo, onde morarão lá meia dúzia de pessoas, não é? Enquadra-se aqui nesta conversa no Plano do Ordenamento do Território, da Mobilidade, isso tudo, de qualquer maneira, a minha intervenção fica aqui um bocadinho fora do âmbito desta Assembleia, mas de qualquer maneira deixo aqui o tema. Isto foi pedido, não vi ser discutido noutra Assembleia. Espero que um dia possa ser. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado nós. Antes de passar a palavra a Brandão Pires, dizer apenas que a inclusão destes pontos teve a ver, não só com competências da AMAL, mas com assuntos nos quais o papel de intervenção da AMAL poderá ser importante, às vezes até determinante, na resolução dos mesmos. Portanto, independentemente de ser da competência ou não, há aqui questões estratégicas que naturalmente passam pela AMAL e daí a sua intervenção foi da máxima pertinência, porque certamente que o Secretário Executivo da AMAL, que já estava sensibilizado para isso, ficará ainda mais e por isso vou-lhe dar a palavra.-----

O **Secretário Executivo da AMAL** tomou a palavra e disse: Não é um tema central,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aliás, na próxima concessão de transporte rodoviário de passageiros, vamos ter esse elemento em consideração e como é que vamos equacionar a questão do Metrobus. É um projeto estruturante para a região, eu conheço o estudo que foi feito pela tal empresa, que eu ainda há bocado referi. Participei nalgumas discussões, mas não é uma discussão neste momento no seio da AMAL, nem sei se deva ser, aliás, o Presidente Vítor Aleixo está de certeza muito mais dentro desse projeto do que eu, porque estamos a falar de 3 Municípios, Olhão, Faro e Loulé. E acho que, do meu ponto de vista, deve ser consolidado primeiro entre eles, antes de generalizar uma discussão a 16, tanto quanto conheço a AMAL. Portanto, acho que é preferível trabalharem a três, numa primeira fase, e depois sim. Portanto, a AMAL não tem, mas é uma questão central, de facto, a mobilidade.-----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado. Mais alguém pretende usar da palavra? Tem a palavra a senhora Diana Necker. -----

Foi dada a palavra à cidadã **Diana Necker** tomou a palavra e disse: Olá muito boa noite. Na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentar toda a gente aqui presente hoje. O meu nome é Diana Necker e permito a captação de imagem e de som. Portanto, a minha pergunta será o seguinte. Vou dar só aqui uma contextualização para perceberem o que é que vou falar a seguir. Portugal já anunciou a sua jornada da transformação digital para as Smart Cities. O objetivo fundamental numa Smart City é a cooperação de diversas áreas, a fim de melhorar a vida dos cidadãos no mundo. Amanhã, dia 10 de outubro de 2023, irá iniciar Portugal Smart Cities Summit, na FIL de Lisboa. E gostaria de saber se o Algarve estará representado com projetos sobre as boas práticas do poder local, projetos de ecossistemas, de inovação, implementação de práticas inteligentes na nossa região. Também para não deixar escapar, quero perguntar se será possível, de uma certa forma mais específica, qual é o panorama do Algarve em termos de tratamentos de águas residuais, quais os reforços para a utilização dos sistemas nas duas perspetivas, tanto ambiental como sobre a gestão dos modelos das Smarts aplicada a todo o território, urbano ou não urbano. Outro ponto de situação, que também gostaria que fosse discutido é em relação à iluminação pública no modelo de gestão Smart. Qual é o visionamento para o futuro? Muito obrigada. -----

O Secretário Executivo da AMAL tomou a palavra e disse: fez umas perguntas muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

difíceis, que eu não sei responder. É bom sinal, três senhoras a pôr questões e apenas um senhor, hoje, no dia em que houve uma mulher que ganhou o Prémio Nobel da Economia, a terceira mulher a ganhar esse prémio Nobel, que é da minha área, e precisamente sobre o trabalho feminino que é o tema de investigação dela de há muitos anos. As suas questões são de grande importância e nós tivemos uma quase que chamaria uma experiência piloto neste quadro comunitário de apoio, que foi o Algarve Mais Digital em que tentámos puxar os Municípios e para desenvolver, na linha das Smart Cities, na linha da digitalização, um conjunto de processos. E fizemo-lo e as 16 Câmaras entraram nesse barco, que permitiram uma porta digital para o utente, permitiram uniformizar salvo erro, foram 33 requerimentos únicos que foram postos nas plataformas daquela tramitação administrativa das Câmaras Municipais. Desta vez, quase que multiplicámos por 10, os meios que queremos colocar ao serviço da digitalização e, portanto, a transformação digital vai estar mais que presente no próximo período de programação. Estamos a fazer um estudo de enquadramento das várias áreas em que esse vai ser assumido pela AMAL, esse estudo, e depois cada um dos Municípios tem um conjunto de projetos a que pode concorrer dos vários exemplos que diz; a gestão da água em espaços públicos, a questão das águas residuais, tudo isso queremos, enfim, sempre que possível pôr o cunho digital e da transformação digital em todas essas áreas. É uma área relativamente não muito fácil, mas acho que é por aqui que podemos transformar também esta região, numa região de maior valor acrescentado e tem ainda a vantagem de toda esta era digital não ser muito geradora de desigualdades, ao contrário do que parece. Mas isso era quase outra discussão, acho que permite acrescentar valor à economia, esta revolução digital se a conseguirmos fazer, e não antes pelo contrário, acho que não aumenta as desigualdades que normalmente alguns modelos económicos acarretam quando há crescimento. Mas acho que sim, as questões de pormenor não lhe sei dizer, custa-me a lidar com o meu telemóvel para estar a lidar com perguntas tão específicas que fez, não sei. Há vários projetos, há um conjunto, mas todos os Municípios, vamos lá ver, o que a AMAL faz em conjunto é que aquilo que os Municípios querem fazer de forma conjunta, depois há um manancial de coisas riquíssimas que os Municípios fazem, como disse experiências nessa área da transformação digital que os 16 Municípios e há Câmaras muito evoluídas nessa matéria. Portimão é uma delas, com um departamento muito desenvolvido, Faro também. Nós estamos com duas perspetivas, temos um projeto, não é só para Smart Cities, eu acho que Faro está a avançar muito e Portimão também, por isso é que eu falei destes dois exemplos, mas nós queremos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

criar e foi apresentado e está a começar a ser discutido com as freguesias do interior, uma rede de aldeias inteligentes, não é Cities, mas são Smarts, e são aldeias e, portanto, queremos avançar também no território do interior com esse tipo de projeto e temos já alguns identificados com o tipo de coisas que queremos fazer. Por um lado, é mais fácil, por outro lado é mais difícil, temos dificuldade de conectividade e de rede e temos que resolver esse problema, mas o nível de equipamentos, o nível de coisas a afetar através desse sistema único é mais fácil nessa rede de aldeias inteligentes. Estamos a avançar também aí. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado. Mais alguém pretende usar da palavra? Tem a palavra a senhora Ana Pais. -----

A cidadã **Ana Pais** tomou a palavra e disse: Boa noite, o meu nome é Ana Pais, e autorizo a captação de som e imagem para este evento. Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia, cumprimento todas as pessoas presentes. Tinha duas questões, uma referente aos transportes rodoviários, transportes públicos, da “Vamos” ou outro equiparado. Verifica-se que, parece que há mais transportes, mas efetivamente, pelo menos no percurso entre Almancil, Quarteira e Faro, nota-se um pouco uma deficiência, não está muito ajustada para os estudantes. Eu falo no exemplo da minha filha que foi estudar para Quarteira e havia dias que ela tinha de ficar duas horas à espera do autocarro para voltar para casa. Chegou ao ponto de eu ligar para a rodoviária e a própria funcionária dizer, que não se compreende estar quase duas horas sem um autocarro e depois no espaço de 15 minutos haver dois autocarros. Também talvez reforçar esse ajuste nos preços para incentivar as pessoas a utilizar transportes públicos, porque de momento com essa concorrência dos transportes privados, uma deslocação até ao Mar Shopping ou até Faro, uma família de quatro pessoas em transporte privado é mais em conta, sai mais barato do que quatro pessoas num autocarro. Essa é uma das questões. E a segunda questão deve-se também à reciclagem dos resíduos sólidos, mais especificamente nos resíduos dos desperdícios orgânicos. Uma vez que nas escolas se fala tanto, incentiva-se as crianças à reciclagem do plástico, do papelão, até inclusive existem programas para as escolas, talvez também incentivar na reciclagem dos desperdícios orgânicos, no material, nos desperdícios de casa. Eu como moro aqui nesta zona, faço a compostagem que serve depois para fertilizar as hortas e tudo mais. Talvez devêssemos também incentivar uma prática que já existe no Reino Unido. No Porto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

também já existe um programa piloto sobre esta atividade, sei que em Infralobo também, aqui os nossos vizinhos também já estão a começar a implementar, já estão a distribuir uns kits, mas pelos vistos agora é só aqui na zona Quinta do Lago e Vale do Lobo. Talvez estará para breve esse incentivo ao resto da comunidade? Obrigada.-

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado D. Ana Pais. -----

O senhor **Secretário Executivo** tomou a palavra e disse: de facto há muitas dificuldades, ainda não conseguimos resolver os problemas todos. Há falhas das duas partes em relação aos horários dos estudantes, porque supostamente devia de haver uma maior articulação entre os Agrupamentos Escolares e as operadoras, porque muitas vezes mudam, tenho muitos exemplos, mudam os horários do início de aulas, mudam horários e nós, a AMAL somos a autoridade responsável, às vezes só sabemos quando há reclamações. E então, mas porque é que se o horário de entrada é às 8h30, aí não, mas a escola entretanto mudou, já não é às 8h30, é às 9h. Há também esse problema, mas não está tudo resolvido. Há problemas de facto sempre que há reclamações, que procuramos resolver sendo que fazem chegar à Câmara, aqui no caso de Loulé ao Júlio, ao Carlos Carmo, imensas vezes que nos fazem chegar é preciso ou ligam diretamente com a operadora ou connosco e vamos procurando responder. Mas não está tudo resolvido, nem pouco mais ou menos. Nós sabemos que a nossa oferta fica aquém das necessidades, fica aquém no interior e fica aquém no litoral pelas necessidades serem muito em simultâneo e de haver muitas dificuldades, quer dos autocarros que temos e dos motoristas também. São estas as duas dificuldades, mas sinceramente, são muito bem-vindas, todo o tipo de observações, de reclamações, mais exaltadas ou menos exaltadas, porque é a forma de melhorarmos, não há outra forma. Nós não temos aqui as soluções e agora vamos apresentar algumas soluções, e é por isso que estas sessões são importantes. O que falou, na segunda parte da sua intervenção, é uma coisa que não pegamos, mas que, mais cedo ou mais tarde, se houver mais para isso, temos que pegar, que é a questão do bilhete individual. Nós privilegiamos o desconto no transporte regular, as pessoas que vão todos os dias e fizemos descer bastante o preço dos passes, mas não mexemos no bilhete individual, no passageiro esporádico, mas se queremos, de facto, descarbonizar, não é acabar com as árvores, utilizar menos o transporte individual, se calhar, vale a pena também pensarmos no bilhete individual, porque há pessoas que não precisam de ter um passe. Aliás, hoje em dia, em muitos países nem há passes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tipo, por exemplo, em Londres, a pessoa através do cartão de crédito, de um cartão não sei que mais, entra num sistema, não sabe ainda qual é o sistema, não sabe quantas vezes é vai utilizar o transporte, e o próprio algoritmo é que vai dizer o que é que é mais económico para a pessoa, olha para as vezes que andaste o mais económico é um passe semanal ou é um passe de três dias ou é um passe mensal e fazem de acordo com a tipologia dos passes, uma adaptação à pessoa. E acho que o futuro vai ter que ser esse. Nós, neste momento, só estamos a apoiar os passes mensais e a baixar o preço, mas acho que faz todo o sentido pensarmos em encontrar, mas como lhe disse, isto já está deficitário só com o passe mensal, se acrescentarmos despesa a este déficit de certeza que melhora, mais pessoas utilizarão. Eu não sei se agora este anúncio do Governo dos passes gratuitos nos transportes gratuitos até aos 23 anos, não sei se será já a partir de janeiro. É amanhã que será entregue o orçamento, amanhã já temos mais certezas, mas vamos ver, pode resolver irmos para esses caminhos. As reciclagens, as campanhas de educação são fundamentais. Nós não temos responsabilidades diretas nem indiretas, temos aquela responsabilidade que aquela senhora ainda há bocado falava, somos clientes e temos obrigação de reclamar com o fornecedor do serviço, exigir do fornecedor do serviço, mas isso os Presidentes exigem muito e procuram muito e acho que já exigiram tanto que acho que já estamos num ponto de rutura entre o modelo que está em vigor, mas obrigado por essas questões.-----

O **Presidente da AML** disse: Temos tempo para mais uma intervenção se alguém pretender usar da palavra. Não havendo e, assim sendo, agradecer a todos os que participaram. E passaria a palavra agora aos Grupos Municipais, por ordem decrescente de representatividade, pelo que tem a palavra a senhora Deputada Ana Poeta do PAN.-----

A Deputada **Ana Poeta (PAN)** tomou a palavra e disse: Excelentíssimo senhor Secretário Executivo Dr. Joaquim Brandão Pires, gostei muito de o ouvir falar das coerências das políticas públicas. Confesso que me alterou aqui um bocadinho o discurso e foi muito esclarecedor. Obrigada. Estamos a 83 dias do prazo final para os Municípios concluírem a revisão do PDM. Por isso, esta bancada gostaria de saber se existem sinergias regionais no sentido de garantir a não duplicação desnecessária de grandes infraestruturas e da promoção de um ordenamento do território coerente nas vertentes urbanas e rural, ou até mesmo da harmonização entre os dois POCs que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

existem no Algarve. Também como é do conhecimento geral, existem dois grandes projetos estruturantes para o Algarve com impactos no município de Loulé, que tem levantado algumas especulações e até mesmo alguns mitos urbanos. Falamos da dessalinizadora e do estudo de impacto ambiental, que se fala, que se escreve e em que há uma certeza absoluta que vamos ter uma dessalinizadora. Já temos localização, financiamento, valor do investimento, valor a cobrar por metro cúbico, tudo baseado no estudo de impacto ambiental que foi entregue à APA, alegadamente em julho, mas que eu confesso que não encontro em lado nenhum, nem sequer na página da Águas do Algarve. Não sei se é por ser um estudo prévio, se não, se são segredos dos deuses, se não temos mesmo acesso a ele até a APA dizer alguma coisa, não sei. Mas tenho a dúvida que gostava que me pudesse esclarecer. Relativamente ao projeto Metrobus, gostaria que nos indicasse, agora que já sei qual é que é a sua resposta, qual é o ponto de situação à data de hoje? E se existe uma previsão para o início do seu funcionamento? Até porque, como já foi falado, existe falta de transportes públicos, os horários são limitados, não cobrem partes relevantes do território e os bilhetes e os passes são caros, pelo que as comunidades têm alguma expectativa em saber como é que poderão usar da mobilidade. Há bocado falou da questão dos comboios, não percebi como é que existem poucos. Eu posso lhe dar o exemplo de Loulé. Se viermos de comboio de Lisboa ou do Porto ou de um sítio qualquer, chegamos à estação de Loulé, vimos de comboio e depois ficamos sem ligação. Tenho três autocarros, eu se vier no que chega à uma da tarde, tenho que esperar pelo das cinco da tarde. Posso ficar a ler um livro, pronto. Depois, relativamente ao serviço da Algar, quando falou há pouco nas questões dos resíduos sólidos, eu gostava de saber se a Algar, porque existem críticas tanto da parte dos municípios, como da parte dos próprios Municípios, se a Algar, acredito que já tenha sido interpelada, qual é que a desculpa ou qual é que a justificação que dão para o mau funcionamento do serviço que prestam às comunidades? Obrigada. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Vamos fazer as primeiras intervenções todas seguidas. Tem a palavra o Senhor Deputado António Vairinhos Martins do GM da CDU. -----

O Deputado António Vairinhos (CDU) tomou a palavra e disse: Boa noite. Saúdo o senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetivos membros, Deputados Municipais, senhor Secretário Executivo da AMAL, e todos os presentes desta sala e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

via online. Começo por falar nos projetos e sublinhar, aqui no ponto de projetos previstos, no âmbito de projetos previstos no âmbito da escassez de água, que a água é um bem fundamental, à humanidade, animais e plantas. A sua distribuição não pode estar submetida a nenhum interesse que não seja garantir o uso por todos. E, neste sentido, só o Estado deve cumprir o papel para salvaguardar a previsão deste serviço com garantia de acessibilidade e seriedade. E, por isso, existe a necessidade de um forte investimento público em medidas com vista a uma maior capacidade de captação, armazenagem, transporte e poupança da água. Impõem-se medidas capazes de preparar o Algarve e, nomeadamente, o Concelho de Loulé, para enfrentar situações como a atual nas próximas décadas e que passam pela construção de barragens e de albufeiras, como nos foi indicado pela Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão em reunião que tivemos sobre a seca. Chama-se a atenção para o facto dos investimentos que têm vindo a ser anunciados para o Algarve, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), bem como o chamado Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve não garantirem a resolução a longo prazo dos problemas que estão já hoje identificados. E, já agora, em que ponto estão as três grandes obras do plano hídrico do Algarve? Nomeadamente a dessalinizadora, a ligação ao Pomarão e o aproveitamento de águas residuais? Relembramos que em 2026 temos que ter obra feita, pois são obras de grande dimensão que requerem planeamento objetivo e que não podem estar sujeitas a percalços. Relativamente às águas residuais, qual vai ser o seu aproveitamento dentro da rede pública aqui no Concelho de Loulé e o seu prazo de execução? Em boa verdade, estamos num concelho com grande área rural e que apresenta grandes carências ao nível da recolha efetiva de água residual fora da rede pública. Em 50 anos de poder local e democrático, não se avançou como se devia numa das primeiras competências dos Municípios, que é o abastecimento de água e saneamento das populações. Existem núcleos habitacionais dispersos que necessitam de saneamento básico. E, já agora, fica outra pergunta, está previsto apoio às Câmaras para cumprirem esta competência e para o aproveitamento de todas as águas residuais fora da rede pública? Passemos agora aos temas que achamos por bem juntá-los para serem discutidos em conjunto, nomeadamente a Mobilidade o Metrobus e os Transportes, Ferrovia e "Vamus". Para começar, a mobilidade do Algarve é do Século XX. Comemorou-se este ano o centenário da chegada do comboio a Lagos e até Faro, pelo que já deve haver lá comboio há pelo menos 120 anos, mas a linha, só uma e pelos vistos ainda resiste. E por falar em ferrovia, a eletrificação total da linha do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Algarve é uma prioridade, mas é insuficiente se não tivermos uma linha dupla. Para além disso, não foi contemplado no PRR a ligação ferroviária à Universidade do Algarve e ao Aeroporto de Faro – “Gago Coutinho”, ou seja, não foi cumprida esta promessa. Deixamos ainda as seguintes questões; a AMAL prevê concluir finalmente a eletrificação da linha do Algarve, a colocação de duas linhas ou vai aumentar a introdução de autocarros, modernamente chamados de Metrobus para a continuação de exploração dos transportes públicos algarvios por entidades privadas? Porque sobre a rodovia já existe um contrato com um privado relativamente ao “Vamos” e na opinião da CDU, cumpra-se o contrato e antes do seu termo, devemos criar as condições para a tempo reverter este setor para a gestão pública, até porque há sinalização por parte das Câmaras Municipais de que o Estado não está a cumprir com a sua parte e elas têm suportado os encargos. Perguntemos se o Estado está a cumprir com o compromisso que a AMAL assumiu em relação ao “Vamos” ou estão as Câmaras a ser sobrecarregadas com estes encargos? Ainda no âmbito dos transportes, note-se ainda não termos um passe intermodal e que beneficiaria e bastante a população algarvia. Portanto, trata-se do tal passe mensal, que já foi aqui salientado e que, neste caso, podia ser um passe mensal de 40,00€, que daria para andar na ferrovia, rodovia e via marítima e concordamos, claro com este passe. A introdução deste passe está hoje bloqueada, tal como foi dito, na distribuição deste valor entre entidades públicas o que, a nosso ver, é inadmissível, indecente. Para quando a introdução do passe mensal de 40,00€? Portanto, acho que já foi respondido. Por último, temos o transporte a pedido, que também já foi aqui falado implementado no concelho e que pode até ser útil, uma vez que as populações sentiram a supressão das carreiras, como, por exemplo, como nos foi falado, a carreira suprimida na ligação a Loulé, Gorjões, Santa Bárbara. Bom, neste ponto, pensamos que o transporte a pedido carece de melhor divulgação, pois pode haver pessoas que não conhecem esta possibilidade de transporte. Relativamente à execução dos fundos comunitários, do ponto de vista da AMAL, voltamos a questionar como é que está a execução destes 6 projetos maiores do plano hídrico, portanto, nomeadamente a dessalinizadora, a ligação ao Pomarão e o aproveitamento de águas residuais, e que estão sinalizados no PRR para o Algarve. Nomeadamente na recolha de resíduos sólidos, a CDU apresentou em 5 Assembleias Municipais uma Moção intitulada “Reverter a privatização da Algar, recuperar o controlo público da empresa, assegurar o investimento necessário para um serviço Público de qualidade na recolha e tratamento de resíduos”. A Moção foi aprovada em todas as Assembleias e deliberava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o seguinte: 1- Reconhecer que a privatização da Algar é contrária aos interesses das populações e apenas serve os interesses de grupos económicos do setor de recolha e tratamento de resíduos urbanos; -----

2 - Identificar os graves problemas que se têm verificado na recolha e tratamento de resíduos sólidos recicláveis, como consequência da gestão privada da Algar e dos seus critérios de obtenção de lucro e desprezo pelos interesses das populações; -----

3 - Reclamar a reversão da privatização da Algar e a recuperação do controlo público da empresa, acompanhada das medidas correspondentes em todo o setor da recolha e tratamento de resíduos urbanos, a par da realização dos investimentos necessários à prossecução dos objetivos nacionais e regionais para a gestão de resíduos, salvaguardando o ambiente e a qualidade de vida das populações e garantindo a efetiva prestação de serviço público de qualidade. -----

Foi dado conhecimento destas posições das Assembleias Municipais à AMAL e estamos em crer que esta é da mesma opinião dos órgãos deliberativos dos respetivos Municípios. Quanto à iluminação pública, o contexto quando podemos referir que a Agência Regional de Energia do Algarve (AREAL), que faz vantajosamente candidaturas conjuntas para melhorar a eficiência energética da região, a questão é a mesma, tal como em outras áreas, devemos unificar as verdadeiras necessidades de cada local, freguesia ou concelho de uma verdadeira articulação com os Municípios e a vantagem que daí advém para as populações. Finalmente, quanto às políticas sociais do Algarve, portanto, tivemos aqui conhecimento dado pelo senhor Secretário sobre a questão do estudo pedido pela AMAL, para caracterizar a situação social da região e, portanto, pensamos que, se portanto, foi dito agora que ele será apresentado, penso que em novembro, e como é que se explica esta contradição de sermos denominados de uma região rica e haver focos de enorme pobreza? Acho que isto explica-se até de uma forma bastante simples, tem a ver com a precariedade dos salários, eu em tempos ouvi falar, por exemplo, acho que foram dados do Pordata, em que havia uma grande diferença entre o salário médio aqui da região e o salário médio nacional. Portanto, dados que podem pôr em causa aquilo que é o conceito que é atualmente designado por conceito de riqueza e que envolve vários outros aspetos, nomeadamente económicos, sociais e educacionais, enfim e disse.-----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Isilda Guerreiro do GM do CDS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

A Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite, senhor Presidente, cumprimento em si todos os presentes, nomeadamente o nosso caríssimo convidado, que agradecemos a presença neste Fórum e todos os elementos cá, Vereadores, caros Deputados e a quem nos assiste lá em casa. As questões aqui trazidas e todas as explicações foram muito úteis, porque sinceramente esta Bancada tinha algumas dúvidas e, de alguma forma, as vi esclarecidas. No entanto, estávamos aqui a falar da água e do aproveitamento da água e como recolher a água e tudo, e hoje não me passou despercebido um artigo da CNN que dizia que a entidade reguladora, a ERSAR dava aqui três valores de gastos por habitante e que ao ler artigo senti-me bastante chocada. A recomendação da ONU, por habitante, será 110 litros, por dia, por pessoa e temos aqui dentro do nosso concelho três valores que são, no mínimo, chocantes: 1093 litros por habitante na Quinta do Lago, Infra Quinta, 590 litros na Infralobo, 208 litros na Inframoura. Questiona-se, sabemos que a Infraquinta deu todo o parecer nesta entrevista que o Golfe não é regado com água, tem a ver com a Estação de Tratamentos Residuais, li também que a Infralobo tem um furo próprio para o golfe. Toda essa informação, o elefante branco aqui na sala não é o golfe e também não acho que seja por aí, também a agricultura preocupa-me, sim, que isto é o consumo destes habitantes. É verdade que não os podemos impedir de usar água, mas se calhar podíamos criar algum tipo de políticas, sensibilização, divulgações, educar as pessoas que não é porque têm mais dinheiro do que as outras, que podem esgotar este recurso, e o senhor nosso convidado disse e muito bem, em pleno verão fechou-se a piscina pública dos pobres, não é, não vamos usar a piscina dos ricos, não é verdade? Mas acho que falta aqui tentar encontrar um meio termo, porque se temos falta de água, como é que uma pessoa gasta 1.000 litros dia quando é suposto gastar o recomendado 110 litros, estamos a falar aqui de 10 vezes mais. Falta aqui qualquer tipo de medidas e gostava de saber se têm previsto algum tipo de medidas neste sentido. Em relação também aos resíduos sólidos, muitas vezes, as campanhas falham, porque as pessoas também não conhecem o caminho completo, pode haver algum tipo de falta de sensibilização e eu, enquanto Deputada nesta Assembleia, já trouxe aqui vários exemplos que até nesta freguesia, há colocação de lixo em tudo o que é parte. Ou seja, o que é que acontece em concreto aos resíduos reciclados? Porque há um mito, que muitas vezes não se recicla, mistura-se e as pessoas precisam de ser esclarecidas sobre isso. Depois, porque não há uma aposta significativa na formação e informação da população residente e turista acerca da reciclagem, o percurso completo dos lixos até ao destino final? Uma outra questão é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o que é que aconteceu à lixeira a céu aberto com plásticos e borrachas que ardeu e libertou fumos tóxicos numa área gigantesca, incluída na reserva natural da Ria Formosa? A lixeira ardeu a seguir ao incêndio e soube-se que foi fogo posto, já havia relatórios de bombeiros repetidos em vários anos a alertar este perigo. O que fez a AMAL para proteger um património regional destes? Porque os gases intoxicaram a área toda da cidade de Faro e o Parque Natural afetando os humanos, fauna e flora. No âmbito dos transportes, vejo que há aqui uma série de medidas a nível do plano da "Ferrovia", "Vamus" e "Metrobus". A minha questão é, até que ponto é que isto melhora a mobilidade das populações? Como é que garante a rapidez e a pontualidade, como foi trazida aqui pelo elemento do público, como foi trazido aqui já por outros colegas que fizeram exposição? É reconhecido que há falta de transportes, então, quais são as medidas que estão em curso para se prever colmatar? Porque não tão longe daqui, entre Almancil e Loulé, estamos a falar durante o dia, 3 autocarros para ligar estas 2 pequenas localidades e isto é só um pequeno exemplo que se propaga com maior gravidade em destinos mais longínquos desta freguesia que é imensa. Por outro lado, estão pensadas medidas para a chamada mobilidade suave, a bicicleta, ou seja, as ciclovias, passeios dedicados, em ponto é que essas medidas estão pensadas? Por exemplo, a maioria dos prédios de habitação não tem um local para estacionar bicicletas ou veículos suaves. Muitos não têm elevadores e torna impossível as pessoas guardarem os seus veículos, as bicicletas, as trotinetes em suas casas. Qual é a solução? Coloca-se aqui também outra questão relacionada com isso, as novas licenças de construção de edifícios incluem estas preocupações ambientais, tais como o estacionamento para mobilidade suave, recuperação de águas pluviais, compostagem também aqui falado pelo elemento do público, reciclagem, reparação de resíduos, estações de carregamento de veículos elétricos de automóveis e bicicletas. Ou seja, isto está previsto nas novas construções? Por outro lado, foi falado aqui da preocupação das alterações climáticas e a minha questão tem a ver que como é que com todas estas alterações climáticas, em que muitas vezes as pessoas não têm recurso, pela razão da pobreza e outras tantas, ar condicionado nas suas casas, como é que vamos salvaguardar essas pessoas? Está pensado percursos pedestres com sombras verdes que permitem a deslocação a pé ou com a tal mobilidade suave para combater estas ondas de calor? Temos que proteger as nossas populações. Em relação às políticas sociais, esta bancada ficou muito sensibilizada com os números aqui apresentados e é bastante preocupante e gostávamos de ver as políticas sociais a avançarem de forma que não tivéssemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

este número de crianças e suas respetivas famílias. Gostaríamos de saber, face a este quadro tão escuro, quais são as políticas concretas que estão a ser pensadas nesta matéria pela AMAL? Muito obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Martins do GM do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: Obrigado senhor Presidente. Ouvi com atenção a apresentação do senhor Dr. Brandão Pires e foi motivo suficiente para não alterar o que tinha escrito, pois de certa forma fazia confundir-se se alguém tinha copiado alguém. Pois os indicadores sociais do Algarve revelam grandes sinais de pobreza conforme elaboração do plano em curso. Em 2018, tivemos a oportunidade de ouvir o senhor Secretário Executivo da AMAL, Brandão Pires, na apresentação do documento estratégico da AMAL. Na altura, estava a preparar o PO 2030. Nesta sessão, o BE teve a oportunidade de salientar o desprezo com que os sucessivos governos PS e PSD têm tratado os Algarvios nas áreas da governança, saúde, educação, mobilidade, mar e pescas, ferrovia e interioridade. Passaram 5 anos e o panorama pouco se alterou. Aliás, piorou. Somos os primeiros a contribuir para a riqueza do país e os últimos a receber investimentos e obras estruturantes. O Algarve merece mais respeito do Governo. Entre 2011 e 2015, estagnamos e empobrecemos, no ciclo seguinte, com o PS continuamos a ser esquecidos e a ficar mais pobres. O emprego continua a ser precário, mal pago, temos os custos mais elevados nas rendas e na construção da habitação de oferta pública e a oferta pública é escassa, assim como os equipamentos sociais, tudo isto, apesar das receitas correntes das autarquias terem, nos últimos anos, alcançado subidas exponenciais. Veja-se o caso de Loulé, em 2022, recebeu 84 milhões de euros de IMT e mantém em saldos bancários, 82 milhões de euros. Não existe uma estratégia global para a região. É notória a ausência de uma liderança política e empresarial forte, capazes de mobilizar a população em torno de ações concretas. Os Presidentes de Câmara, membros da AMAL, gerem o seu município como uma quinta, desligados dos concelhos vizinhos e do interesse regional. Quem tem capacidade económica leva a maior fatia dos fundos comunitários. A descentralização administrativa resume-se ao reforço da CCDDR e a criação da regionalização prometida pelo PS continua adiada. O Hospital Central do Algarve continua a ser sistematicamente adiado e arredado do debate da AMAL. A modernização da ferrovia caminha lentamente, o “Metrobus” não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

passa do papel, o mar e as pescas continuam a ser ignorados, em termos de desenvolvimento no Algarve funcionamos a duas velocidades, com o litoral a crescer economicamente e em população, e o barrocal e a serra cada vez mais empobrecidos e com o território cada vez mais deserto. O ordenamento do território é desenhado em função da componente imobiliária e da atividade turística. Quanto mais construção, maiores receitas e mais dinheiro existe nas autarquias para esbanjarem em setores menos prioritários. Eu esperava que a AMAL tivesse respostas, porque a AMAL é composta pelos Municípios, as respostas políticas que realmente questionassem o Governo, com mais insistência. Se calhar, por isso, criaram um Secretário Executivo que funciona assim como o Diretor Municipal de uma Câmara, convém ter aqui um à frente que é para não chatearem o Presidente da AMAL. Sobre as perguntas, bem já foram feitas tantas perguntas que a maior parte daquelas que eu também tinha para fazer, já foram praticamente satisfeitas. No entanto, uma coisa que gostaríamos de saber com o programa de combate à seca, a sua eficácia e a monitorização de resultados. Houve uma grande preocupação, um grande alarme social, um grande populismo, em torno disto, já se viu que as piscinas do rico são para encher e as do pobre são para vazar. A preocupação foi garantir água no litoral e restringir o consumo acima da 125. Deu resultado para uns, outros quando chover logo torna-se verde. Os dados da ERSAR já também foram ditos aqui, realmente é chocante e pornográfico o que se passa na Quinta do Lago, 10 vezes superior à média nacional, 1.093 litros por dia. Eu não sei como é que é feita esta estatísticas e se calhar até pronto, mas gostaria de saber realmente qual é o impacto da plantação intensiva do abacateiro na disponibilidade de água do Algarve? Também gostaria de saber se vamos continuar a regar os campos de golfe com a água tão necessária? E, por outro lado, também gostaríamos de saber em relação ao ordenamento do território, como é que se vai combater a subida da água de nível médio de água do mar? Portanto, nós vemos que realmente cada vez se constrói mais no litoral, os argumentos são que existem alvarás, mas existem alvarás para uns, mas para outros já não existem, os Municípios, não sei se estarão inteiramente dispostos a rever o PDM e alterar as taxas urbanísticas e os índices de habitabilidade nestas zonas, porque se assim continuarmos não sei quem é que vai ser mais tarde responsabilizado se acontecer uma catástrofe natural em que realmente o mar invade uma parte do Algarve, como se prevê a partir dos anos 2050,. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Senhora Deputada Sandra Castro do GM do CHEGA. -----

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes e quem nos está a assistir lá em casa. Agradeço a presença do Doutor Joaquim Brandão Pires. Foi de facto esclarecedora, não tanto com o nós gostaríamos, porque há respostas que de facto não conseguimos obter. Mas também entendo que o tempo é escasso e não dá para falar tudo. Já muita coisa foi dita pelos meus colegas, já muitas perguntas foram feitas e eu gostaria de saber em termos de escassez da água, fala-se em muitos projetos, mas a maior parte deles são apenas teóricos, porque na prática, de facto, não há assim tanta coisa a acontecer e a pergunta que eu faço é se o projeto Pomarão está realmente pensado e para quando? Porque falar que vão fazer o projeto Pomarão, que vão fazer isto e aquilo e o outro é bonito na teoria, mas na prática, sentimos que as coisas não estão delineadas e que devia haver datas. Apesar de ter falado anteriormente, que é difícil estabelecer datas, mas acho que também é preciso termos uma noção relativa de quando esses projetos começarão a ser iniciados. E a pergunta que nós fazemos é se realmente o projeto do Pomarão for efetuado, se há de facto necessidade de uma dessalinizadora? Até que ponto o projeto Pomarão não poderá colmatar todas as necessidades que o Algarve tem em termos de escassez de água. Depois, gostaríamos também de saber em que ETARES do Algarve é que estão a pensar fazer já, neste momento, a reutilização da água tratada, nomeadamente para rega de jardins, espaços públicos etc. Qual é a percentagem de ETARES do Algarve em que estão a pensar fazer esse tipo de serviço? Depois houve uma coisa que, de facto nos chocou, que foram as 11.000 crianças no limiar da pobreza, é um número assustador e não se entende num município rico, num município com tanto dinheiro como Loulé, como é que existe tanta desigualdade social? A saúde está como está, a educação e está tudo no limiar mais baixo possível. Acho que queríamos ter mais respostas em relação a essa situação, o que é que estão a fazer ou quais são os projetos que têm, as ideias que têm para, de facto, colmatarmos o mais rapidamente possível essa diferença e esses números que são completamente assustadores. Obrigada. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra a Senhor Deputado João Santos do GM do PSD. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O Deputado **João Santos (PSD)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes na pessoa da Mesa e cumprimento o Senhor Secretário Executivo, Joaquim Brandão Pires e também referenciar a apresentação que fez, bastante profícua. Relativamente aqui a algumas questões, de facto, já muito foi falado aqui pelas bancadas, contudo, existe aqui alguns apontamentos que da parte do PSD, acreditamos que, embora sendo possivelmente mais localizados, mas pronto a AMAL tem as competências fiscalizadoras nesse aspeto, e então será importante mencioná-las. Relativamente aqui a um empreendimento de grande importância situado no Concelho, estamos a falar do Mar Shopping, é realmente e na presença também e a constatar as dificuldades de diversas pessoas que, nomeadamente trabalham no Mar Shopping, trabalhadores que encontram sérias dificuldades em encontrar transporte, nomeadamente para períodos em que terminam a sua ação ou a sua atividade, querem regressar a casa. Existe essa dificuldade e depois também acontece que há aqui um contraste relativamente com aquilo que há pouco uma mãe fez aqui o seu testemunho em que a filha esperou duas horas até haver um autocarro e depois, num espaço de 15 minutos, aparecem dois. Realmente se não seria, nomeadamente, aqui para o Concelho de Loulé, que a AMAL incidisse num plano, num estudo para ver a eficácia, realmente, do que é que se está a passar, porque existem aqui noções que têm que ser aprofundadas, porque Almancil, queiramos quer não, é um aglomerado populacional de dimensão, Quarteira, igualmente outro aglomerado de população e tem que haver uma ligação mais próxima, por exemplo, com aquilo que é a sede do Concelho, por exemplo, também aquilo que é estes empreendimentos, as pessoas necessitam de ter maior mobilidade. E no Concelho de Loulé nomeadamente aqui neste, digamos, neste triângulo, que é onde já foi dito aqui também anteriormente, que concerne o maior número de habitantes no Concelho, tem que existir efetivamente uma estratégia e a AMAL pode ser preponderante nessa estratégia, para que se consiga realmente dar esta valência da mobilidade às pessoas. Dizer também que foi muito pertinente aqui a intervenção do meu companheiro de partido, Vítor Duro, quando fala aqui na questão do “Metrobus”, porque realmente dentro dessa estratégia também de mobilidade, não se consegue conceber como é que Almancil, como é que Quarteira, novamente referenciando estes polos populacionais de digníssima importância dentro do Concelho, como é que ficam ausentes da passagem do “Metrobus”? Realmente é algo que esta bancada não consegue perceber. Esta discussão foi aprofundada também em Assembleia de Freguesia de Quarteira, como foi aqui mencionado, mas faltando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025




as competências para se poder levar a outro nível, pois então achei bastante oportuno esta intervenção do Vítor Duro. Dizer também que existe aqui outra matéria que é muito importante e acho também que a AMAL poderá ter aqui uma implementação, e também gostaria de saber a sua opinião sobre a mesma. É que realmente existe um flagelo que durante o Verão, e não sendo um fenómeno habitual, ele é esporádico, mas que acaba por condicionar as praias do Algarve, estamos a falar da alga invasora. Que sentido é que a AMAL poderá ter incidência nessa matéria, como é que poderá, de certa forma, com os Municípios desenvolver uma estratégia de limpeza, um plano de contingência para as limpezas das praias, uma vez que não afeta todas as praias ao mesmo tempo, tende a afetar uma aqui outra ali, pronto a nível da região e também falando aqui no âmbito do Concelho de Loulé, que a praia de Quarteira, e por tudo aquilo que ela simboliza, esse grande pináculo, digamos do turismo que é, realmente existem concessionários que têm quebras na sua faturação, que têm dificuldades relativamente às algas e já várias vezes se solicitou em Assembleia Municipal que houvesse um Plano de Contingência nesse sentido, inclusive até uma Moção, uma recomendação aprovada por unanimidade. Mas temos que passar da esfera concelhia e levar à AMAL para que sejam discutidas essas matérias. Por fim, penso que está tudo e realmente agradecer-lhe senhor Secretário Executivo, Joaquim Brandão Pires, a sua presença aqui hoje e, pronto, esperamos que consigamos sair com ideias, que esse é o fundamental. Muito obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado, senhor Deputado. Tem a palavra a Senhor Deputado Carlos Costa do GM do PS. -----

O Deputado **Carlos Costa (PS)** tomou a palavra e disse: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seu nome cumprimentando a todos os presentes e os que nos estão a visionar nos meios audiovisuais. Senhor Secretário Executivo da AMAL, Joaquim Brandão Pires. A AMAL é uma Associação de Municípios que tem um papel muito preponderante e que penso que nestas audições levará, enfim, digamos, as mensagens que são dadas nas diferentes Assembleias Municipais sobre os objetivos e sobre as aspirações que as populações têm, expressas pelos Deputados Municipais dos diferentes Grupos. Muita coisa foi dita, há questões, enfim, que eu queria aqui ressaltar e queria aqui deixar ficar como uma nota em que o senhor Secretário Executivo, junto da AMAL e junto dos seus serviços, deveria pôr em evidência, e uma delas é já, e diretamente é a AREAL, Agência Regional de Energia. Este órgão foi um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

órgão que foi criado há uns anos, há décadas. É uma estrutura técnica e tendo em conta, os objetivos e as premissas da nossa região, com as alterações climáticas, com a eficiência energética, a AREAL é um serviço, é uma agência que deve ser dotada de mais meios, devem-se lhe dar as missões que a região exige. Há Municípios que têm feito, tem-lhe dado o apoio devido, e testemunho aqui o exemplo, sou suspeito, mas a Câmara Municipal de Loulé tudo tem feito, a sede sempre ficou aqui no território do Concelho de Loulé, sempre houve essa visão dos Presidentes de Câmara, e nomeadamente do Vítor Aleixo, o Presidente da Câmara atual, sobre enfim a importância e o papel que a Agência Regional de Energia pode desempenhar na região. Ela pode nomeadamente ir e ajudar no que é o novo contrato de concessão de energia elétrica. Falámos nisto na última Assembleia Intermunicipal em Lagos, o senhor Secretário foi o recetor da minha aspiração na intervenção que lá fiz. Ela tem a ver com o fracionarmos este contrato de concessão, a AMAL, os 16 Municípios junto da Associação Nacional de Municípios no contacto, e fracionar em duas áreas, a área E-Redes (Distribuição de energia em Baixa Tensão) e a outra área é em iluminação pública. E todos nós sentimos que a iluminação pública deve ser melhorada e a sua exploração deve ser mais eficaz. Todos nós sabemos, o que é a deficiência e que ela existe, de maneira que esta questão passa por um conjunto até de processos tecnológicos, que foram aqui falados, estamos a falar nos Smart Postes, estamos a falar, digamos nas tecnologias já em vigor e já em prática nalguns concelhos. Queria aqui, terminando a questão da AREAL, passar à questão da mobilidade. E no que toca à mobilidade, a urbana e estamos no território do Concelho de Loulé e eu sou Deputado eleito pelo Concelho de Loulé, portanto, os serviços, urbanos e o município têm uma empresa que é a Loulé Global, que faz a gestão dos transportes urbanos, tem atendido com linhas, o que são as necessidades de Quarteira nas mais diversas áreas urbanas, Quarteira e Loulé. Tem atendido no que é possível até à data, com a ferrovia fazer o intermodal com a ferrovia nalgumas carreiras, nalgumas linhas, estamos a falar no Alfa Pendular. Não se consegue ir a todos os horários, mas neste momento o que existe é este e que poderá, eventualmente ser melhorado. Há um processo que está em curso, que é um novo contrato dos transportes urbanos o “Apanha-me” e que efetivamente irão alargar e melhorar o seu desempenho e servir mais populações. Portanto, a questão que digo aqui é os Interurbanos; os transportes Interurbanos foi um contrato de concessão negociado com a AMAL e houve um concurso e, portanto, e há uma empresa que é o “Vamus” do Grupo Eva, que ganhou o concurso. E aqui nota-se, do que foi aqui dito e do que da minha experiência pessoal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

eu sou portador de um cartão pré-pago, eu utilizo os transportes, eu utilizo os transportes coletivos interurbanos, e de maneira que se nota que algumas carreiras foram suprimidas, pelo não uso, mas penso que também não se estimulou o uso e também foi aqui levantada, e muito bem, a necessidade do uso e a compatibilidade de horários. Eu moro numa freguesia do interior do Concelho de Loulé, e sei que se houvesse uma carreira anual, com horários compatíveis, nomeadamente para as 9h00 para a saída, estou-me a reportar aos serviços públicos, à Câmara Municipal e a outros serviços que começam às 9h00, se houvesse uma carreira que servisse este horário destes trabalhadores, destas pessoas que pegam ao serviço, penso que ela começaria a ser utilizada. E estou a dar isto só como exemplo. Na próxima concessão, quer no caso da elétrica, quer no caso da rodoviária, a possibilidade da AMAL ir afinando algumas questões dentro do período do contrato, do que é que é os termos do contrato e a possibilidade de serem alteradas algumas questões, nomeadamente horários, como vos digo, e algumas linhas. Terminando aqui a minha intervenção, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário Executivo, queria aqui dizer que o movimento pendular, nomeadamente no que toca ao "Metrobus", com as questões que foram aqui levantadas, queria deixar ficar aqui que Loulé não ficasse de fora deste processo. Loulé cidade, Loulé, a Sede de Concelho, com as aspirações que com certeza são necessárias pela utilidade, o número de utentes, não estou a pôr isso em causa, mas nesta linha que é Loulé - Mar Shopping - Faro, estou a falar de um troço, que não houvesse esquecimento também. Sei que há soluções no âmbito, enfim, do estudo, que eles sejam previstos, contemplando com certeza o que aqui foi dito sobre Quarteira, as grandes zonas, o litoral habitual, Almancil e Quarteira, mas não deixar com certeza nem Loulé, nem porque a partir dali, depois enfim, as outras carreiras de interligação intermodais para o interior, não é, para não deixar ficar de fora esta gente. Disse. -----

O Presidente da AML disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Detetamos aqui um lapso nos tempos atribuídos ao PSD aquando da introdução dos tempos. Eu não tenho a certeza com quanto tempo é que começou, mas eu penso que estaria com os 11 minutos. Então acrescenta mais 7 minutos se faz favor. O PSD, nos termos do Regimento tem 18 minutos, eu quando olhei estavam 8. Tem a palavra caro Secretário Executivo, Joaquim Brandão Pires. -----

O Secretário Executivo tomou a palavra e disse: Senhor Presidente, vou tentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

responder a algumas questões, e tentar chegar a quase todas e a começar com uma apreciação geral que me parece que devo fazê-lo e que tem a ver com o nível das comunicações, das sugestões e das críticas, que estão sinceramente num alto nível. É entusiasmante ver a vossa argumentação, as vossas propostas, acho que já há algum tempo que, há seis anos, que não faço parte de Assembleias Municipais, esta, aliás, vinha a dizer ao João Graça, dizia antes quando vinha para aqui, que sabia que esta tinha um nível alto, nível top, como se diz no futebol e de facto confirmei. Agradeço as boas sugestões, as boas críticas porque quem executa tem a obrigação de ouvir críticas, ouvir sugestões, ouvir e, portanto, isso ajuda-nos, de facto, e muito sinceramente, é disso que se trata nesta sessão. Vou tentar pegar nas contas, há uma coisa que há uma expectativa muito elevada e errada, já agora, em relação ao que é a AMAL, não é nem governo regional, nem um governo da região, nem tem competências disto, nem daquilo nem daqueloutro. Há uma série de coisas que foram aqui faladas que passam ao lado da AMAL, ou melhor, há pouco não referi uma coisa que é importante, a AMAL tem 40 funcionários, 10 são sapadores florestais, estão lá algures no meio de Silves, outros 30, para tudo aquilo que falamos, estou a falar de 30 funcionários, não temos mais. Tudo o que faz a AMAL é por decisão unânime dos Presidentes de Câmara, é uma associação. Na descentralização de competências, por exemplo, nós ainda não temos nenhuma, devemos ser a única CIM que não tem competências na área da descentralização, porque não conseguimos a unanimidade, há uma Câmara Municipal que vota sistematicamente contra as transferências de competências para a AMAL e, portanto, não as temos. E, portanto, tudo o que fazemos, tudo depende da vontade dos 16 Presidentes de Câmara e não é do Presidente Vítor Aleixo, nem do Presidente António Pina, tem que ser dos 16, tem que ser coisas mais ou menos óbvias. Eu não sei, uns são a favor da dessanilizadora, outros são mais contra, outros são isto, outros são aquilo, é muito difícil ter unanimidade. Uma coisa são as opiniões, outra coisa já agora é a dimensão política que os Presidentes devem ter, quer individualmente porque são eleitos e têm essa carga, quer enquanto conjunto de Presidentes e devem fazer esse lobby. Agora, o Primeiro Secretário não é nada disso, o Primeiro Secretário é um perfil essencialmente técnico e orgulho-me bastante disso e responde tecnicamente. Quer dizer, em relação às questões do governo do PS, é claro que me abstenho até de os comentar. Agora uma coisa corroboro a opinião de muitos, seja do PS, seja do PSD, seja o que for, os governos em geral têm tratado mal o Algarve, têm claramente e nós, como algarvios, temos obrigação de chamar a atenção disso e que merecíamos mais e que somos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contribuintes líquidos para este país. Vivemos cá mal, não há cá investimento suficiente e contribuímos muito para o país e, portanto, desse ponto de vista são os governos. E já agora, há uma coisa que é, há coisas que estão mal e que não dependem dos governos, a culpa também é dos governos, quando as coisas correm bem, são os primeiros a pôr-se na fila da frente a reivindicar os louros dessas coisas, mas as coisas têm a ver com o modelo e com a economia e é isso que justifica muitas vezes alguns números, porque não tem nada que ver nem com o Governo PS, nem com o Governo PSD, mas enfim, é a lei da vida, como se costuma dizer, quem está no Governo, acaba por apanhá-las todas as que ocorrem naquele momento e, portanto, também é isso que é expectável, digamos assim. Resumindo e começando aqui pela dessalinizadora, captação do Pomarão, não temos nada a ver com isso, nada. Temos apenas no caso das águas, temos apenas uma coisa que é a medida de eficiência hídrica que está no PRR, 35 milhões de euros, que está a ser feito através de projetos municipais, melhorar redes e instalar as zonas de medição e controlo das pressões da água. Isso está a correr muito bem, estes 35 milhões, vamos esgotá-lo, já estamos na expectativa de pedir mais dinheiro, isso sim. Agora, dessalinizadora não há uma opinião da AMAL e muito menos do Primeiro Secretário, haverá de alguns Presidentes. Enfim, se quer que lhe diga pessoalmente, até não tenho uma opinião muito favorável, mas isso sou eu, ninguém me ouve, é uma coisa quase “off record”. Mas cada qual tem sua opinião, cada qual tem e é daquelas coisas que, portanto, não temos de facto, tal como o “Metrobus”, e começando pelo PAN porque é importante que sirva isto e sirva aquilo, mas nós não, vamos ter que tomar em consideração o “Metrobus”, mas há uma discussão política profunda. Já agora, o “Metrobus” não vai resolver nada sem ser com dinheiro, isto não vai ser com dinheiro do Governo, vão ser os parceiros, os Municípios é que têm que entrar com o dinheiro para termos “Metrobus”. Estes problemas que existem, já agora antecipando uma resposta, estes problemas que existem na concessão do “Vamus”, só tem uma razão de ser, dinheiro, porque o modelo foi o não por dinheiro. Se eu quiser ter o dobro dos autocarros, se eu vos disser que tenho 90% da procura de autocarros entre as 8.00h da manhã e as 9.30h da manhã, é a realidade, portanto só triplicando ou quadruplicando, pagando mais, mas não temos. Os Presidentes podem decidir na próxima concessão, vamos lá arranjar, para já temos um lote único que é o Algarve todo como se fosse igual, temos um lote para a serra, para Aljezur, para Monchique, para Alcoutim e também para Quarteira. Se calhar é um modelo que, mas foi a primeira vez que os Presidentes encararam esta responsabilidade, fomos bem assessorados, tem uma série de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

vantagens o modelo que foi escolhido, mas como dizia o representante do PS, agora no fim, isto é um processo de aprendizagem, esses vossos contributos servem-nos para ir alimentando também a próxima concessão. Há muita discussão política, não é da minha parte, eu nem posso falar, eu posso apresentar propostas, mas nas discussões políticas que eles fazem, estou só a ouvir, vou pensando, olha, este tem razão, este não tem, tal como vocês, mas a discussão é entre eles. O que eles dizem, vamos acabar com a Algar, vamos reverter, e já não foi a primeira vez, como disse agora o representante do PCP, vamos reverter a privatização que não faz sentido nenhum, estou farto de ouvir os Presidentes dizerem isso, quase todos, quase todos no caso da Algar, agora, porque de facto as coisas estão a atingir um ponto um bocado exagerado. Tal como tenho opinião, mas também não faz parte da AMAL, a questão da ferrovia. Em tempos, quando era Presidente da AMAL o Presidente de Távira, o Jorge Botelho, ele chegou e eu participei numa reunião com ele nisso, achava e falou a Secretária de Estado dos Transportes na altura que nós também devíamos ser autoridade de transportes ferroviário e não apenas rodoviário, até para haver uma melhor articulação entre o ferroviário e rodoviário, mas isso depois, com esta Presidência da AMAL, nunca chegou a avançar, mas é uma coisa que também está em cima da mesa. E mais coisas, o PCP acho que sim, há uma sobrecarga em cima dos Municípios com a questão do PART, temos a agradecer aos 16, que têm-se chegado à frente, a sua colega de partido que está na AMAL, que é Vice-Presidente da AMAL, tem levantado muito essa questão, de facto é muito complexo, é muito complicado nós gerirmos, nós argumentarmos com bens públicos geridos por privados, seja lixo, seja transporte de passageiros, sejam águas, eu percebo isso, é muito complicado e do meu ponto de vista pessoal e de, enfim, da minha escola de economia, eu acho que os bens devem ser públicos, mas isso cada um, duvido que seja a opinião dos 16 Presidentes de Câmara. Portanto, o que nós temos que assumir na AMAL e, portanto, também andamos muito lentamente por causa disso, o que temos que assumir enquanto AMAL é a posição dos 16 Municípios e, muitas vezes, a nossa amiga do seu partido, é ela que impede que haja 16 também. Porque também acontece muitas vezes, mas pronto, mas tem coisas muito boas e gosto muito dela, como de quase todos. O passe de 40,00€ era bom se houver dinheiro para isso, 40,00€ que era o modelo inicial, os Presidentes tinham votado 40,00€ para toda a região, comboios urbanos, interurbano. O Governo mete em Lisboa e no Porto dinheiro para assegurar isto, no Algarve, não. O transporte a pedido é o que diz, a divulgação é fundamental, eu acho que aqui vamos tentar trabalhar muito com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Presidentes de Juntas de Freguesia. Eu acho que as Juntas são de grande importância no PADRE. Agora tivemos uma reunião com as Juntas em S. Brás de Alportel, na parte dos transportes acho que são fundamentais, acho que temos que trabalhar mais, apesar de ser uma Associação de Municípios, há algumas execuções, tem que passar muito pela opinião dos Presidentes das Juntas que estão próximos das necessidades das pessoas e julgo que o transporte a pedido e o êxito do transporte a pedido passará muito por eles, pelas Juntas de Freguesia. A contradição, isso é um tema que eu gosto muito, essa é a minha tese de doutoramento, entre a pobreza e a riqueza no Algarve deve-se basicamente a duas ou três coisas. A primeira, o único indicador que nos classifica como ricos é uma coisa que se chama PIB per capita. É um indicador que é utilizado em toda a Europa e que é com base nesse indicador que se distribui dinheiro pelas regiões da Europa. Não é nem pela riqueza dos países é pela riqueza das regiões, medidas por esse indicador, PIB per capita. O PIB per capita é um rácio, uma fração, tem um numerador e um denominador. No numerador da fração está o valor acrescentado bruto, o PIB, e no denominador está a população residente desse território no denominador. A primeira coisa, como é que é medido esse valor acrescentado bruto produzido na região? Primeiro, é onde ele é produzido, não é onde ele é distribuído. Quando dizemos que o Algarve tem um determinado VAB, tem um determinado PIB, significa que ele foi produzido aqui, como pode ser produzido em Sines, mas não quer dizer, claro, que lá fique, pode ser lá produzido, é lá gerado, mas pode ir embora logo no dia seguinte ou pode nem chegar lá. Portanto, isso é a primeira coisa. O VAB é onde é produzido e não onde é distribuído. Portanto, há aqui uma grande diferença entre onde uma riqueza é produzida e onde é que é distribuída. No caso do Algarve, isso é real. Depois, há riqueza real, tipo os bens agrícolas, a pesca, e depois há uma riqueza, não é bem imaginária, mas é quase, é uma riqueza que se atribui a coisas que não são diretamente mensuráveis. Vou dar-vos um exemplo, aquilo que nos penaliza muito, há uma riqueza que é atribuída, o PIB como nós sabemos há três maneiras de calcular o PIB nacional e depois há uma ventilação regional e eles chegam ao PIB regional em cada uma das regiões. Já trabalhei nisso quando estava na CCDR, ainda era jovem, quando entrei para a CCDR, trabalhei num grupo trabalho com a CCDR e nós fizemos a primeira regionalização do VAB. Há um conjunto de produções que não conseguem terminar numa região. Vou-vos dar um exemplo que pesa imenso no Algarve que é a habitação. Eles atribuem um valor à habitação, de forma indireta, há um valor acrescentado bruto à habitação no país todo e depois o que é que eles fazem? vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ver o número de habitações que há em cada uma das regiões, atribuem-lhe um valor e dividem e fazem uma capitação com base nas tipologias das habitações. O Algarve como tem tantas habitações secundárias, como primárias, como essenciais, leva ali uma talhada de quase o dobro das outras regiões devido à habitação, portanto, multiplicam o número de habitações por esse valor supostamente gerado em cada habitação e dispara-nos o nosso, o denominador daquela fração é disparado lá para cima. Havia mais três ou quatro que eu vos podia dizer que fazem disparar esse numerador da fração. O denominador, normalmente utilizam chamam à população residente, só que no Algarve a coisa não bate certa, a nossa população não é a população residente. E, portanto, a nossa população, o INE descontinuou uma coisa que era a população presente, já não vem nos Censos 2021, é aquela população vive cá, mas não chega a estar cá seis meses contínuos, chega ali ao quinto mês e vai embora, essa não conta como população residente e no Algarve pesa mesmo muito para além dos turistas, para além de toda essa gente. Então o que é que se passa, nós estamos a empolar de maneira artificial e incorreta o numerador da fração e ao mesmo tempo, estamos a diminuir, ao considerar apenas a população residente, o denominador da fração, as duas coisas conjugadas são explosivas, dá-nos um salto no PIB per capita que na realidade os outros indicadores, nós temos um índice sintético de desenvolvimento regional, temos outro indicador que é utilizado na Europa, temos os indicadores sociais, colocam-nos de facto na situação que o Algarve é que é uma região das mais pobres do país, é essa a realidade. E mais, e se os Fundos Comunitários são para ajudar a desenvolver, não podia ser com o indicador PIB per capita porque está completamente distorcido e pronto, é esta conjugação de elementos explosivos que nos faz ser uma região rica e que, na prática, não somos. Agora, esta guerra quem é que a ganha, nós não, porque o Norte e o Centro não estão interessado em juntar-se a nós, porque o que nós ganhamos, são o que eles perdem, porque o bolo é o mesmo, é para dividir pelas várias regiões. E, portanto, é continuarmos a queixar-nos, felizes e alegres. A solução sei lá, emigrem. É um problema muito do Algarve, não há quase fórum nenhum em que eu não fale destas coisas e procuro falar e denunciar e chamar a atenção, porque acho que pode ser que alguém se consciencialize. É verdade, é. Aliás, eu agora, quando acabar esta coisa quero ver se termino o doutoramento e a tese vai ser “Os malefícios do PIB para o desenvolvimento”, vou agarrar nesse tema. Mas pronto, basicamente respondendo à questão do Deputado do PCP são essas coisas. Do CDS gostei muito, não tenho que apreciar, da sua intervenção muito construtiva, como aliás a dos outros e deu um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

exemplo bem dado que nós temos na AMAL um colega, que é o João, que trabalha na AMAL e vive em Ayamonte. Eu por acaso estava desconfiado disso e pedi-lhe um dia o recibo de água dele, como é que, quanto é que ele pagava de água e como é que pagava, e as suas contas e são as contas que apresentou. Ele mostrou-me o recibo, e para já o lixo e água estão separados, ponto número 1. Depois diz, sabe o que é que tem o recibo, aquilo parece um tratado, é uma coisa relativamente simples e diz “a sua família é composta por 3 elementos, o consumo médio por cada pessoa é, segundo a ONU, 110 litros por pessoa/dia, o seu consumo está dentro do parâmetro, paga X. Depois o seu consumo é de 50%, não paga aquela taxa por m3, paga muito mais o seu consumo é não sei, paga muito mais, esse é um recibo de Ayamonte. Se pedirem alguém em Ayamonte é esse o tipo de recibo de água que eles têm, portanto, esse princípio que estava a defender é exatamente o que eles utilizam lá. Há um padrão médio e as pessoas pagam em função desse padrão médio. Se tiverem dentro do limiar médio, pagam normal, até permite baixar determinada fatura de água, agora quem tem dinheiro, quem consome mais, paga mais, é a lógica. Depois há uma coisa que os Presidentes já falaram na AMAL e que faz todo o sentido, não faz sentido haver contadores à parte para encher piscinas em que nem paga, enquanto que um contador normal paga a água que consome e leva com a taxa do lixo, esses não pagam a taxa do lixo. E, portanto, sai mais barato encher uma piscina do que a água que nós utilizamos, e é escalão único e também não sobe. Portanto, há um conjunto de medidas que eu acho que tem razão, que podem ser tomadas, mas há que mexer nas feridas, como eu disse no início, mexer onde dói e dói a alguém e não há medidas que sirvam todos e, portanto, são opções que eu acho que devem ser tomadas. Falou da pobreza energética de muitas casas, que é um problema, de muitas casas e de sombrear caminhos e dos calores, de facto, é um problema enorme. As políticas sociais, o problema não está tanto nas políticas sociais, acho eu, o problema está no nosso modelo. A maior parte dos pobres, sabe, são pessoas que trabalham. Estas pessoas em risco de pobreza que ainda há bocado presente, não são pobrezinhos desempregados, são pessoas que têm um emprego, só que o que ganham nesse emprego não lhes permite sair desta teia da pobreza e é esse o problema. E já agora, do meu ponto de vista, qual é o problema, é continuarmos a apostar e a permitir atividades económicas de baixo valor acrescentado, de baixo valor, só tem a ver com isso. Isto é, nós não podemos, uma região tão bonita como o Algarve, com um património destes, tão valorizada, não pode ser vendida a 40,00€ a noite ou coisa do género, quer dizer, não podemos nivelar por baixo. Nós temos tanta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

qualidade e não podemos ficar todos a salivar todos contentes um ano que aumenta o número de turistas, pois o nosso problema não é aumentar o número de turistas é deixar entrar mais dinheiro, é termos um turismo mais valorizado, porque o que estamos a fazer com este tipo de política é, cada vez mais coisas, isto claro que vai dando, mas vai dando como? Importamos mão-de-obra do mais rasca possível, a dormirem sete e oito na mesma casa, a ganhar o salário mínimo nacional e, em contrapartida, os nossos filhos, às vezes estávamos a falar nisso, de todos os que estamos na sala, nem um cá está, vão-se embora, os mais qualificados vão embora, importamos os menos qualificados, é esse modelo de pobreza que estamos a fazer no Algarve, estamos no Algarve a caminhar para isso e é grave. E depois a culpa também não deve morrer solteira, mas como dizia ali a senhora Deputada do Chega, o que é que se faz e como é que resolve e como é que não sei que mais, de facto, a culpa deve ser nossa, porque nós já andamos cá há tanto tempo, de certeza que também deve ser nossa, sim, também deve ser, mas as forças do mercado são muito fortes e esta tendência não se podem permitir, não se podem proibir, mas também há coisas que não se devem incentivar. Porque é assim, isto depois é um ciclo, são as pessoas que vivem aos dez em cada casa, é o tipo de consumo que eles têm baixinho, justificam abrir lojas de baixo nível e como dizia aqui um vosso famoso conterrâneo, uma teoria monetária do século XVI, dizia que quando coexistem duas moedas, a má moeda expulsa a boa moeda. Isto passa-se exatamente no turismo, quando coexiste o mau turismo com bom turismo, o mau turismo acaba por expulsar o bom turismo. O que é que eu quero dizer com isto da má moeda e boa moeda e qual era essa teoria monetária? Já agora ficam a perceber um bocadinho de economia, fui professor durante muitos anos e não me custa nada também ter esta parte mais pedagógica e é um minuto. No século XVI, quando começaram a aparecer as primeiras moedas, as moedas tinham um valor que valiam mesmo, eram sei lá 5.000 réis ouro e a moeda se pesássemos era aquilo que valia, depois não sei quanto de prata, portanto, isso era a boa moeda. Começou a haver falsificações, umas parecidas, se calhar eram em cobre tipo ouro e punham lá o valor. O que é que as pessoas faziam, passavam a utilizar a má moeda, a falsa, e arrecadavam a boa moeda. Portanto, a má moeda expulsou a boa moeda, a mesma coisa com o turismo, um mau turismo acaba, se não temos cuidado neste modelo, continuamos cada vez mais, enfim, a andar nisto e os nossos filhos e estamos todos contentes. Qualquer dia temos 50% dos jovens licenciados, mas não ficam cá, os do Algarve não ficam cá, vão-se embora e temos brasileiros, asiáticos, etc., somos uma região multicultural, ainda bem que o somos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

mas com gente cada vez menos qualificada e não é este o modelo que queremos para o Algarve. Com muita pena, seja um governo do PS, seja do PSD, seja do Chega, seja de quem for, não tem a ver com partidos, é um modelo que nos estão a prejudicar no Algarve, e são guerras internas, são guerras do Algarve que dificilmente conseguimos dar a volta por cima. Há, depois as questões de cada município, agora era mais o Bloco de Esquerda exatamente, cada município é uma quinta, é quase inevitável, a AMAL não tem nenhuma preponderância sobre a opinião dos outros, nem nenhum Presidente tem, nem o Presidente da AMAL consegue impor nem a sua opinião em relação à dos outros, ou há unanimidade ou há a hipótese de fazerem coisas em conjunto e reconhecem todos que tem essa vantagem ou então eles, de facto, respondem perante os seus eleitores, é um facto e não temos nenhum poder regional. Agora, grande parte deles, a AMAL é uma Associação deles, faz o que eles quiserem, não tem nenhuma responsabilidade e não consegue impor nada aos Presidentes. Tem várias vantagens, há muita coisa que se faz em conjunto e que eles assumidamente reconhecem que há vantagens em fazer em conjunto. Como eu disse logo no início, e penso que conheço relativamente bem as CIMs do país, é daquelas em que privilegiam a qualidade dos projetos regionais em vez da efetivação, em vez de cada qual na sua quinta, ainda se consegue fazer aqui e há muita coisa que se tem que fazer em conjunto e que se consegue. Agora, ainda não chegamos ao ideal que não é fácil, não é fácil. Mas aqui não há ninguém que tenha direito de veto, ou melhor, têm todos direito de veto, basta um, basta um não concordar para não se fazer. Não consigo responder à senhora Deputada do Chega, foi tão assertiva, o Pomarão, a dessalinizadora, quando muito posso dar a minha opinião, mas não é para isso que eu cá estou. O senhor Presidente da Câmara de Loulé, com a experiência toda que tem, não arrisca uma data para fazer um projeto, acha que eu vou dar a minha opinião como empregado dos Presidentes? Não! É muito importante a mobilidade, o João Santos do PSD, também acho que foi muito construtivo, muito assertivo, felicito-o por isso. É bom nós estarmos nestes cargos e eu fui, como disse, Deputado Municipal um tempo e sempre, independentemente de quem estava no poder, procurei sempre ser construtivo e fazer o melhor, é isso que estamos a fazer, fomos eleitos para defender o nosso Concelho. A mobilidade é importantíssima e a mobilidade deste triângulo em particular. Nós tivemos há sete anos um programa de mobilidade urbana sustentável, o PAMUS, que vai ser revisto agora, há nova concessão, há o Metrobus, eu e o João Graça, já na semana passada, tivemos uma reunião em Lisboa com quem nos vai fazer isso e vamos trabalhar convosco, com os locais, para atualizar esse Plano e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

essas questões da mobilidade urbana é fundamental. Esse plano de mobilidade foi feito quando a AMAL estava no início neste processo, foi importante para perspetivar a concessão, mas agora, por outras razões, é importante termos outro plano atualizado. A alga invasora, a Câmara de Lagoa levou isso a uma reunião do Concelho. De facto, é esse tipo de coisas que vale a pena trabalhar em conjunto, não vale a pena a Câmara de Lagoa estar apenas preocupada com a alga invasora na medida em que Vila do Bispo tem o mesmo problema, Lagos também, Loulé provavelmente também e está-se a propagar pelo Algarve todo e para esse tipo de coisas vale a pena a AMAL. Pronto subscrevo, e aliás tinha começado por isso, o que referiu o Carlos Costa, neste tipo de sessões e do papel preponderante que pode ter a AMAL em alguns projetos e saber canalizar essas aspirações do território que é, ao fim e ao cabo, aquilo que está aqui. Tenho feito todos os esforços e mais alguns, e pessoalmente até, pela AREAL, acho que é essencial para a região, acho que é uma, enfim, gostava muito do, mas também gosto António Mortal, do Cláudio Casimiro, quando lá estava, a Câmara de Loulé roubou-o, mas pronto, mas acho que devemos fazer tudo para a viabilizar. Eu penso que eles têm um problema que é o seguinte, no futuro nós temos dois cenários, ou eram integrados na AMAL, é uma possibilidade, equiparavam-se, recebiam um ordenado, entravam nos nossos quadros, há umas modalidades jurídicas que permitem integrar uma equipa inteira, podiam ser muito úteis para nos assessorar num conjunto, aquilo que eu já disse, na concessão, nas comunidades energéticas e no próprio programa operacional, na apreciação de candidaturas em que a energia vai ter muito peso, e portanto eles podiam dar esse apoio. Isso é um modelo. Outro modelo que eles têm em cima da mesa é prestarem serviços aos Municípios, sendo pagos para isso e os Municípios também se comprometeram a encomendar-lhes cada um, uma carteira de projetos. Alguns dizem, S. Brás de Alportel, por exemplo, que tem problemas com o Tribunal de Contas, porque é acionista da AREAL e está a contratar-lhes serviços e há uma incompatibilidade qualquer. Mas pronto isso são tudo coisas que se resolvem, mas estamos a tentar de facto, porque eu acho que é muito, muito importante para a região termos uma AREAL a funcionar bem e quando foi criada já era importante, mas cada vez é mais importante o papel que eles podem ter. Agora, na prática é muito pouco, quer dizer, tem o António Murtal, que é o Presidente Executivo e tem dois técnicos, não tem mais ninguém e, portanto, tinha toda a obrigação de crescer, está agora aqui no Mercado de Loulé. As mobilidades são centrais, cada vez mais a mobilidade também, para além do ordenamento que eu disse no início, a mobilidade são fatores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de desenvolvimento que podem articular com a habitação, que é um problema enorme que temos, mas com uma mobilidade eficaz, por isso é que eu acho que os Presidentes devem investir na mobilidade da região e devem tornar até tendencialmente os transportes gratuitos e ter uma boa rede, isso era o ideal e permitia também encontrar outras soluções mais articuladas ao nível da habitação e resolver este problema. Já agora, os serviços públicos para mim são essenciais e há aqui um erro que se comete, mas é muito os media, e fala-se muito. Portugal é o país, dos 28 países da União Europeia, Portugal está em 19º na classe média com piores condições, em pior situação, que tem pior condição para fazer despesas, para gastar dinheiro, estamos numa posição extremamente má, estamos cá em baixo na lista, de facto, a classe média está muito sacrificada, mas é essa a mentira que muitas vezes é propagada nos jornais. Nós em termos de impostos, somos os terceiros que têm menos impostos, menos carga fiscal. E eu ouço os jornalistas, só se fala em impostos, o que nós temos pouco é os ordenados, temos ordenados baixos, o que nós temos pouco é serviços públicos de qualidade. Agora os impostos não estamos nada mal, nem estamos no topo, nem pouco mais ou menos. O que faz sentido é termos melhores serviços públicos, é termos melhores ordenados, é por aqui que se dá a volta e é termos empresas com maior valor acrescentado. Os impostos, ouço discussões, ouço políticos, ouço economistas, 90% deles vêm logo falar da carga fiscal, é como se fosse o problema número 1 de Portugal, não é. Atente nos números, vão ver os números da Eurostat e vão ver a situação que temos. É claro que com menos impostos é sempre melhor para todos, mas se queremos ter serviços públicos de qualidade, se queremos ter não sei que mais, dificilmente conseguimos baixar a carga fiscal, temos é que ter melhores ordenados e, portanto, se tivermos melhores ordenados há maior receita fiscal, mesmo mantendo os impostos e aí até é possível baixá-los, mas agora é muito complicado mexer nos impostos com os ordenados que as pessoas têm, mas o processo não pode começar pelos impostos, o processo não pode, no meu ponto de vista, não pode começar. Acho que é por aí, exatamente por aí, é claro que há aqui opções de classe. Não há medidas que sirvam a todos, não tenho dúvida nenhuma. Em relação aos transportes, independentemente das dificuldades que existam, aqui em Loulé, à semelhança de quase todo o resto, diga-se de passagem, e enfim, à semelhança da importância que Loulé tem, como disse ainda há bocado, representa 25 vezes Alcoutim, portanto, isso tem que ser levado em consideração, mas 35% do movimento de transportes de carreiras da “Vamus” passa aqui por Loulé. Portanto, concentra 35%. Eu percebo que ainda há muitas falhas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

percebo que há problemas entre Almancil e não sei que mais, mas eu estou a falar do Algarve todo do Algarve todo, há aqui uma grande concentração de rede. Agora, a rede é deficiente, ainda? É. É deficitária? É, mas é uma questão de pormos mais dinheiro ou uma questão de pensarmos noutra tipo de concessão, de alguns Municípios porem mais dinheiro, outros menos. Não sei, não foi esse o modelo inicial, vamos tentar melhorá-lo durante a concessão, como alguém dizia, vamos tentar melhorar durante a concessão, mas sobretudo tirar lições para a próxima e tentar, se calhar, com as Assembleias Municipais, com as Freguesias, com toda a gente, com as escolas tentar fazer uma discussão profunda do que deve ser a concessão de transportes no próximo período. Já agora, uma coisa, deve ser por um período mais longo, nós fizemos pelos mínimos, 5 anos, a concessão poderia ir até 10 anos, mas não conhecíamos o setor e portanto com um período tão curto foi por isso também que não houve mais concorrentes, também por isso não podemos exigir determinadas coisas. Dizer que a bilhética paga aquilo todo, dizer que tinham que renovar a frota, dizer que tinham que pôr isto, pôr aquilo, pôr aqueloutro e ainda por cima não receber nada, dificilmente conseguiriam fazer mais para um período tão curto. Na próxima concessão, provavelmente avançaremos para os 10 anos e já permite exigir mais coisas e ter mais resultados, terminei, acho eu mais ou menos.-----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado. O Senhor Presidente da Câmara, cedeu o tempo de uma das suas intervenções, para compensar o gasto excessivo, isto é tudo gestão de recursos, pelo que intervirá apenas no período final, pelo que vamos passar às intervenções dos senhores Deputados por ordem de inscrição, pelo que estão abertas as inscrições para os senhores Deputados que pretendam usar da palavra. Marco Ferreira, Maria Esteves, António Martins e Abel Matinhos. Convinha alguns Deputados de outros partidos para termos aqui alguma alternância. Marco Ferreira do GM do PS, tem a palavra. -----

O Deputado **Marco Ferreira (PS)** tomou a palavra e disse: Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, cumprimento na sua pessoa todos os presentes. Cumprimento também o nosso convidado e palestrante pela ajuda a compreender a AMAL aqui entre nós. Para economia de tempo, vou tentar ser o mais breve possível na intervenção e começava por falar um bocadinho sobre a questão que já foi abordada, mas eu penso que é importante voltarmos a falar aqui sobre os lixos e sobre a recolha dos lixos. E eu volto a insistir naquilo que tenho dito muitas vezes que é, para que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

nosso aterro fique cheio menos depressa, nós temos que colocar lá menos lixo. Para colocarmos lá menos lixo temos que incentivar mais a reciclagem e temos que promovê-la e, desde logo, o apelo que eu faço aqui à AMAL e aos seus Presidentes, é de facto necessário criar uma estratégia neste sentido. A outra estratégia será, porque já percebemos que a Algar não tem, digamos, capacidade para cumprir com os objetivos determinados, e já se verificou isso nos diversos relatórios e naquilo que chega à AMAL e a questão fulcral que se põe é perguntar à Algar quais são as dificuldades da Algar? E a AMAL tentar cordialmente e de uma forma mais ativa encontrar uma estratégia de resolução dos problemas. Quais são as dificuldades que a Algar tem? Nós temos estas e estas dificuldades, ok, então tens resolução para elas ou não tens então, se não tem vamos criar um grupo de trabalho que resolva isto porque senão o nosso aterro, mais uma vez, fica a célula que foi criada há poucos anos vai ficar cheia mais depressa, obviamente. Portanto, incentivar a reciclagem, se calhar fazer um projeto inovador na região com os fundos do PRR, para promover mesmo de uma forma muito forte a reciclagem junto das famílias, junto dos bairros, colocar mais ecopontos, disseminá-los mesmo e fazer uma promoção forte junto da comunidade, porque nós, nas nossas escolas, as crianças são ensinadas a reciclar e depois, na prática, as famílias não o fazem e se calhar a criança até diz, mas isto é para pôr ali, pai. Ah, não, isso não me interessa, eu não quero saber disso para nada. Esse era a um ponto que eu queria muito falar aqui hoje e, digamos aqui agora em relação a outras estratégias para a AMAL em relação à região, estratégia muito importante, no meu ponto de vista, que está esquecido é a reforestação forte do Algarve, que é essencial para reequilibrar aqui a questão da água, reequilibrar aqui a questão da poluição, continuarmos a pugnar para que o Algarve seja uma zona mais verde e continuar a ser um destino de eleição. As economias, de facto, que tragam valor são economias que passam por aí e, portanto, esse era outro aspeto. Para concluir, eu gostava também de abordar, de facto, porque no final da sua apresentação falou da pobreza, e de facto esta assimetria social e temos que pensar todos, como é que vamos melhorar isto. Por fim, em relação àquilo que é o PIB per capita, eu penso que temos que, apesar de sermos uma região pequena, parece que, desculpe dizer-lhe isto, mas eu não gostei das suas palavras, porque parece que está resignada à questão do PIB e não podemos estar, temos que lutar contra isto, temos que lutar contra esta classificação de uma região ser rica e, na verdade os seus residentes os algarvios serem pobres. Eu não concordo com a postura que demonstrou. Peço desculpa pela minha frontalidade, mas temos que continuar a lutar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

contra isto, esta assimetria social que se verifica na região é para mim, a maior de todas, o maior de todos os desígnios. Portanto, caríssimo camarada e economista, eu peço que a AMAL também reformule a sua posição neste ponto, porque tem toda a capacidade para isso e junto do INE, junto da União Europeia, nós temos que fazer ver que o Algarve precisa de mais, porque de facto é o destino de eleição do mundo, amigos meus louletanos dizem, o Algarve é o centro do mundo e eu dou-lhes razão. Loulé é o centro do mundo e eu dou-lhes razão! mas depois, quer dizer, resignamo-nos em relação à avaliação do Eurostat e da União Europeia e das NUTS etc., não pode ser, temos que lutar por uma melhoria desta situação. Obrigado, cumprimento a todos com um forte abraço de amizade. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Vou continuar a dar a palavra aos Deputados inscritos, alertando os restantes Deputados dos restantes Grupos Municipais que se pretenderem usar da palavra, têm prioridade em função da alternância, e alertando para o facto de termos, aproximadamente, 25 minutos para terminar a sessão. Portanto os que não falarem até então, calar-se-ão até à próxima sessão. Alguém que se queira inscrever? Tem a palavra Carlos Martins do GM do BE. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)** tomou a palavra e disse: realmente não nos podemos resignar. Realmente, estamos condenados a viver desgraçadamente à rica, numa região rica, mas composta de pobres de espírito, de iniciativa, de criatividade, de inovação e que gosta de viver assim. Em suma, porque não há mudança, é que gosta de viver assim. Por outro lado, gostamos muito de lamentar, isto é o nosso fado triste que está mal, não temos Hospital Central, não faz mal nenhum! não há Urgências, não faz mal nenhum! Há de se resolver o problema. E não foi falado aqui o tema da saúde neste debate. Eu não sei se é competência da AMAL ou se não é, mas é competência dos algarvios e dos Municípios, falar da saúde e da situação grave que se vive na saúde no Algarve. Acerca da eficiência energética e no aproveitamento das energias renováveis, eu acho que se calhar já há demasiados painéis montados e as novas autorizações deveriam ser concedidas, mas compatibilizadas com a paisagem. E, por outro lado, devia de haver uma contrapartida obrigatória que era plantar árvores na proporção dos metros quadrados ocupados pelos painéis, porque realmente só assim a gente consegue realmente compensar o carbono que nós precisamos, as emissões de carbono e precisamos de árvores para transformar isto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Nós estamos, vivemos num clima mediterrânico, mas não gostamos de árvores e então faz-se uma avenida, tira-se as árvores porque tapa os Paços do Concelho e é realmente isso que é triste é que a AMAL, ao fim ao cabo, tem os poderes que tem, mas acaba por não ter poderes, vive em coabitação, somos sócios com 44% do capital da Algar e das Águas do Algarve, mas só somos vistos como clientes, não como sócios, embora minoritários. O funcionamento do Aterro Sanitário no Algarve, na Cortelha, no nosso território, onde ocorreram situações graves e teve que a Câmara, às custas da Câmara, fazer uma inspeção extraordinária que concluiu que aquilo estava realmente muito mau. De lá para cá, o que aconteceu? A comissão de Acompanhamento, que era mais ou menos gerida pelo município, acabou, passou a ser gerida pela APA. Deixou de haver ou quando há, não há resultados e cada vez mais parece-me que há aqui um poder económico muito forte, os tais 60% são muito fortes e que realmente não sei se, a não ser por vontade política do governo que acabe, não é, porque a qualidade do serviço é tão má, que realmente as coisas têm que mudar, a bem ou a mal. E vamos acreditar que sim, não nos resignamos como algarvios que somos. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Maria Esteves do GM do PS. -----

A Deputada **Maria Esteves (PS)** tomou a palavra e disse: Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na pessoa de sua excelência, cumprimento todos os presentes, incluindo o ilustre convidado Doutor Brandão Pires. É uma intervenção muito rápida e que resulta de uma preocupação. Eu não sei se os números que apresentou aqui, eu vou para as questões do social, se os números que apresentou aqui as quase 11.000 crianças em extrema pobreza no Algarve é algo que nos deve envergonhar a todos. Absolutamente se o senhor me disser que isso é antes das transferências sociais ou depois das transferências sociais, também faz diferença, então é verdadeiramente preocupante. Eu vivo no Algarve há 23 anos e trabalho na educação e sempre ouvi dizer e sempre li, sempre observei que nós temos maus indicadores na educação, temos a maior taxa de insucesso escolar, unicamente ultrapassados pelos Açores. O que é que se passa connosco? Porque continuamos assim? E não é uma questão de resignação. Eu acho que os algarvios não são resignados. Eu não sou algarvia, eu sou de onde estou, e portanto, neste momento estou no Algarve, sou algarvia e não me sinto resignada. E todos nós, todos os dias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

lutamos um pouquinho para que as coisas melhorem e o problema é o que é, que se está a passar neste momento, o que é que se está a passar, de facto, para não termos uma ação concertada que nos permita evitar que tenhamos 11.000 crianças no Algarve, que é quase o número de alunos que temos no Concelho de Loulé, só temos mais 400 que isso, que estão em extrema pobreza. O senhor citou há um bocado, Mariana Masucato. Ela escreve, entre outras coisas, o Estado Empreendedor, então nós temos que ser mais empreendedores, mas é na pressão sobre o poder central, porque somos nós e Lisboa que somos ricos. O Algarve é rico, não, o Algarve é profundamente desigual e o Concelho Loulé é também ele um concelho profundamente desigual, e enquanto não lutarmos por uma organização social diferente e, sobretudo, enquanto não lutarmos para que os nossos tenham a sua habitação, os nossos todos os de cá, os de lá, os que nos procuram, porque todos os dias chegam às escolas deste país crianças que vêm de outras latitudes, que vêm de outros países, vêm à procura de uma vida melhor e o que lhes damos é uma boa escola pública. Damos sim, senhor, mas não lhe damos quase mais nada. E é tudo o que tinha para dizer. Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado Senhora Deputada. Senhores Deputados de outras Bancadas, continuamos sem ninguém querer usar da palavra? Temos que reservar 10 minutos para o senhor Presidente da Câmara, ainda antes do encerramento, de forma que vou conceder a palavra a António Martins.-----

O Deputado **António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)** tomou a palavra e disse: Muito boa noite Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, inclusive o nosso convidado. Eu queria muito rapidamente falar apenas do transporte a pedido. Isso sim, é uma competência da AMAL e, pelo menos naquilo que diz respeito ao interior do Concelho de Loulé, no resto do Algarve não sei, transporte a pedido não está a funcionar mal, o transporte a pedido não está a funcionar, ponto. E não está a funcionar por várias razões e vai ser difícil melhorar porque como não funciona, não sabemos o que é que está mal e o que é que está bem, na próxima concessão. E, portanto, não está a funcionar porque a "Vamus" não quer, aliás, tivemos já reuniões na Câmara em que o representante da "Vamus" disse com todas as letras, nós não queremos fazer isso, está no Caderno de Encargos, tivemos que assinar, mas não queremos fazer isso. E, então, é muito simples temos as paragens dos circuitos do transporte a pedido, só que as paragens são cinzentas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

não têm horários, não tem telefone para onde se pode telefonar, não tem nada. Portanto, como é que as pessoas podem pedir uma coisa que nem sabem como é que pedem? Algumas pessoas mais esclarecidas vão à net e veem o número de telefone e até telefonam só que encontram aqueles menus em que têm que carregar não sei quantas vezes, não sei quê não, passa para a opção tal, são pelo menos três opções. Quero lembrar que quem mora na serra, mais de 70%, são pessoas idosas, que primeiro, não sabem usar a Internet, segundo, mesmo que saibam para usar esses menus, complica, portanto, quando a "Vamus" diz que ninguém pediu, pois claro que ninguém pediu, ninguém consegue pedir! Eu próprio tive alguma dificuldade em saber o número e depois quando peço dizem-me assim ah não, tem que ser pelo menos duas pessoas, duas ou três pessoas a pedir na véspera. Ok, eu sou sozinho, agora tenho que combinar com os meus vizinhos, pronto, já para não falar que os circuitos podiam ser os circuitos que estão previstos, que é dos sítios para a sede do Concelho, podiam ser otimizados, passando pelas sedes de Freguesia e teriam mais clientes, de certeza absoluta. Mas pronto era só para dar esta nota e queria fazer uma pergunta que é simultaneamente ignorante e um bocadinho provocatória que é, e com base nisto de eles não quererem cumprir o Caderno de Encargos, não é possível acabar mais cedo com a concessão? Obrigado. -----

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Deputado Abel Matinhos do GM do PS, tem a palavra. Peço brevidade também, por favor. -----

O Deputado **Abel Matinhos (PS)** tomou a palavra e disse: Muito obrigado Senhor Presidente, senhor Secretário Executivo, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas membros desta Assembleia. Em primeiro lugar, duas questões bastante rápidas. Como todos sabemos, o Plano de Formação supramunicipal da AMAL Municípios 2030, tem como principal objetivo formar os trabalhadores, funcionários municipais. Neste sentido, gostaria de saber qual a adesão das organizações autárquicas para as ações de formação promovidas pela AMAL. Em segundo lugar, o primeiro aviso Algarve 2030, na tipologia de parcerias para a inovação social, sendo a temática exclusivamente direcionada para apoiar projetos, ações, criação, desenvolvimento social, ou de iniciativas de inovação, ou empreendedorismo social, como está a AMAL a pensar, acompanhar e colaborar nestas iniciativas? Com isto disse, obrigado. Como está a AMAL a pensar colaborar com as iniciativas de projetos e ações de criação social e de empreendedorismo social? Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da AML** disse: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra caro Brandão Pires. -----

O **Secretário Executivo** tomou a palavra e disse: vou tentar responder a todas e ser curto, senão tenho que pagar horas extraordinárias ao pessoal e não quero. Há questões extremamente interessantes e destacava já aquela do Deputado António Martins que, de facto, é de grande utilidade para nós. Também sei que está a funcionar mal, posso prometer que me vou empenhar, vou ver e vamos tentar resolver e depois falo aqui ao Presidente da Assembleia Municipal e quando estiver a funcionar, mando para cá uma nota a dizer, estão a ver? valeu a pena só por isso e se resolvermos isto, vale a pena cá vir. Eu percebo que eles fogem e de que maneira à questão do transporte a pedido, eu percebo que têm falta de motoristas, têm falta disto e daquilo, mas é uma obrigação, de facto, e sendo uma obrigação, têm que cumprir. Mas pronto, nós, não sei se podemos acabar a concessão mais cedo, mas de certeza que podemos e vão ter que fazer ou então prescindem dessa exclusividade, que eu tanto queria, dessas zonas que nós encontramos outras soluções e mais baratas do que, mas isso pronto estou a antecipar. De facto acho que o caminho segundo o Marco Ferreira, no caso da Algar, passa sempre por menos lixo, acho que é uma questão, é produzir menos lixo, acho que é uma questão de educação ambiental, essa é a grande solução em geral, é reciclar mais e também produzir menos lixo, acho que temos que fazer as campanhas necessárias para isso. Agora, qual é o problema deles e já agora dos que transportam, é que eles funcionam num mercado regulado, não é como uma empresa nossa qualquer, em que nós temos os custos das matérias-primas e fixamos o preço, eles não, nós impomos-lhes o preço. Eles têm uma fórmula que tarifa é fixada pela entidade reguladora. Portanto, tal como nos transportes, eles têm os seus custos têm as suas contas operacionais, mas têm ali um travão que são, nós impomos o valor da tarifa. E portanto, esse muitas vezes é o argumento para que o serviço fique aquém do desejável, é porque eles não têm a liberdade de funcionar no mercado, não funcionam num mercado livre, funcionam num mercado regulado e isso, de certa maneira. A ERSAR numa anterior Direção nunca deixou mexer na tarifa e nesta Direção fez esse aumento todo porque precisamente, com base nessa argumentação que não conseguiam fazer investimento. Do meu ponto de vista, e da maior parte dos Presidentes, o problema está na privatização, de alguns anos a esta parte neste setor, portanto, a partir daí, é complicado. Acho que tem toda a razão também na reflorestação, é importante e percebo que sendo médico de família, como disse aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

um colega de mesa, está perfeitamente sensibilizado para a pobreza que grassa no Algarve, melhor que ninguém, vocês são uma classe que lidam com isso quase todos os dias. Agora antecipando alguma coisa, a pobreza no Algarve é um poço sem fundo. Nós todos os dias estamos a importar novos pobres. Este modelo que estamos a seguir, todos os dias, hoje já chegaram mais uns, portanto os 11.000, de cada vez que chegam mais uns Nepaleses, de cada vez que veem não sei que mais a ganhar o salário mínimo. Isso significa que, podemos adotar este modelo, podemos seguir isto, mas a consequência é esta, a pobreza vai continuar a crescer e não tem a ver com políticas sociais. Pode-se gastar o dinheiro todo que temos público em políticas sociais, mas o fundo da questão está no modelo económico que estamos a seguir, estamos a seguir um modelo baixinho de baixos salários e é isso está sempre a gerar pobres, e portanto dificilmente conseguimos dar a volta a isto. Portanto, é essa a questão, por muito que atuem os serviços públicos, por muito que atuem as Câmaras, e não sei que mais. Acho que o fundo da questão está aí. Agora, podemos, porque eu acho que enfim, e acho que o Algarve tem condições para ter outro modelo económico, diferenciado em relação a isto. A Saúde no Algarve de facto não falámos, eu hoje não podia falar, no plano de desenvolvimento social tem muito de saúde. Nós estamos numa situação péssima de saúde, no plano de desenvolvimento social costumo apresentar 4 gráficos, médico por habitante, enfermeiros por habitante, camas de hospital por habitante e outro qualquer. Estamos muito pior que a média do país em qualquer um destes indicadores, com a agravante com o que está no “por habitante” são os residentes. Se considerarmos que o médico tem que fazer, os enfermeiros e as camas de hospital, têm que fazer face também aos não residentes, a situação ainda é pior no Algarve do que aqueles números que o Sistema Nacional de Saúde aponta. Portanto, a situação do Algarve é péssima no que se refere à saúde, como nas outras áreas, diga-se de passagem, na área social. Maria Esteves, infelizmente aqueles números é após as transferências, aqueles números da pobreza não é antes, é após as transferências. Mesmo assim, é aquela situação desgraçada que temos, de facto, a nossa Escola Pública é muito boa, é das poucas coisas que lhes podemos dar, mas como eu dizia, eu acho que o problema não está tanto nos impostos, está em conseguirmos ter melhores ordenados e termos melhores serviços públicos em geral, seja saúde, seja escola. Acho que o caminho é esse. Não podemos ir ao contrário, acho eu, do ponto de vista económico e fez muito bem aceitar a Mariana Masucato, que ela tem coisas muito bonitas e vale a pena serem ditas. Como já disse ao António Martins, acho que tem toda a razão, o transporte a pedido é inexistente, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma dificuldade que temos, eu falo com as pessoas de transportes, eu falo, temos pessoas, enfim, que ainda não conseguimos resolver este problema e eles parecem enguias a fugir das nossas mãos, em relação a isto, mas vamos ter que resolver. Primeiro tivemos a pandemia, depois tivemos isto, depois tivemos aquilo, o dinheiro não podemos também deixar-lhes de pagar porque nós já não lhes pagamos, portanto, eles não recebem nada. Como eu disse noutra tipo de concessão, era preferível pagarmos este tipo de coisa e termos um serviço exatamente claro, era preferível pagarmos, mas vamos ter que resolver. Abel Matinhos, a formação é muito forte na AMAL, nós somos Entidade Certificada para Formação na Administração Local. As Câmaras recorrem muito à formação da AMAL. Vamos ter um programa forte no próximo programa operacional, o nosso plano de desenvolvimento tem muito a economia social, queremos e julgamos que tem de ser qualificada, há muitas estruturas da economia social que estão antiquadas e que precisam de ser modernizadas, técnicas de gestão, imensas coisas, queremos desenvolver e vamos seguir um programa também contratualizado com a CCDR, ainda nesta área do Fundo Social Europeu, que é o combate ao insucesso escolar, é um programa forte, sejamos imaginativos, de forma a conseguir baixar os números do Algarve que também, mais uma vez, são os piores do país. Caro Presidente, se estou a abusar da sua confiança, nunca mais me convida.-----

O Presidente da AML disse: Caro Presidente, Vítor Aleixo. Enquanto o Presidente se desloca para o púlpito, Deputado Carlos Martins, as questões da saúde não faziam parte da listagem que saiu da Conferência de Representantes enviada para a AMAL. Numa próxima ocasião, teremos outros assuntos e esse será, naturalmente, um assunto que até justificaria uma Sessão Temática só por si. Os assuntos que aqui estavam e que foram indicados pelos Deputados da Conferência já eles foram exaustivos, e como se vê, estamos a esgotar o tempo e não deu para tudo. Obrigado.-

O Presidente da CML tomou a palavra e disse: Em primeiro lugar, eu queria saudar a iniciativa da Assembleia Municipal que decidiu convidar o Secretário Executivo da AMAL, que em nome da AMAL, veio aqui apresentar aos Deputados Municipais que Associação é esta, que problemas aborda, discute e resolve alguns e colocou a questão nos termos corretos. Portanto, a AMAL é isso só, uma Associação Intermunicipal e todos gostaríamos, aqueles que participam regularmente nas reuniões da AMAL, todos gostaríamos que a AMAL tivesse poderes mais efetivos e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

na verdade, não os tem. O que também nos faz pensar se devemos ou não continuar de uma forma sistemática e continuada a reivindicar a regionalização, porque muitos dos problemas que foram aqui levantados e que foram dirigidos ao Brandão Pires, alguns desses problemas são problemas comuns a toda a região, são problemas que e eu posso dizer quais são, o clima, os transportes, a saúde pública, a gestão da água, todos estes problemas não têm solução satisfatória no quadro municipal, são problemas regionais e a associação de Municípios não tem capacidade de decisão. Discute e pronto, discute e é bom, e é bom que a AMAL exista, mas efetivamente o resultado final fica aquém das necessidades da nossa região. E, portanto, esta é uma primeira, digamos, uma primeira ideia que eu queria deixar aqui e foi bom ouvi-lo, houve um, portanto, teve aí oportunidades, não fez, mas eu compreendo, quer dar uma imagem de isenção e é para isso que aqui está, mas houve aí muitos momentos e oportunidades em que poderia ter relevado o excelente trabalho que a Câmara Municipal de Loulé faz em muitos domínios da Gestão Municipal, não o fez, mas talvez que seja a exigência da isenção, e portanto, aceito e compreendo, nem podia ser de outra maneira. Também disse muitas coisas com as quais discordei. Agora foram levantadas aqui quase todas as questões, quase todas, é evidente que eu teria também opinião, mas esta noite é a noite da AMAL, não é a noite da Câmara Municipal de Loulé, e portanto, eu não vou comentar as muitíssimas questões que foram aqui colocadas, que não são novas no nosso meio, que são questões recorrentes, que quando nós temos Assembleias Municipais elas de uma forma muito constante são abordadas entre nós. Agora eu de tudo aquilo que o Brandão Pires disse aqui, há uma questão que eu gostava de me pronunciar sobre ela, porque acho que é, de facto, a questão que emerge aqui como a questão mais importante. Andaram durante anos a vender-nos a ideia de que nós somos uma região que não temos problemas, somos uma região rica, as pessoas vêm de Lisboa, do Porto e de todo o país passar férias aqui, veem praias maravilhosas, e portanto não falta nada. A oferta turística tem subido muito nos últimos anos, mercê do trabalho dos Municípios e também mercê da atividade empresarial, porque felizmente valha a verdade, nós também temos muito bons empresários na área do turismo, na nossa região, e portanto tudo isto dá uma imagem que é cultivada mas que nos prejudica, porque debaixo da aparência e debaixo daquela ideia que é muito alimentada no país, nós não precisamos de nada, nós temos tudo, mas não, debaixo dessa imagem que não é verdadeira, há toda uma realidade que valia a pena ter consciência dela para que nós possamos, independentemente da força política a que cada um pertence, independentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

disso, os algarvios deviam ter a consciência que como região, temos que ser muito mais reivindicativos, porque temos muitas necessidades que necessitam urgentemente da unidade e da convergência naquelas questões que são questões estruturantes para a região, precisam da unidade e da convergência política de toda a classe política da região e de toda a classe empresarial da região, e portanto de todos aqueles atores sociais, económicos, políticos e outros que contam na nossa região. E nós não temos essa cultura, nós somos uma região profundamente dividida, que andamos sempre distraídos a discutir trocos, coisas irrelevantes, coisas que não nos acrescentam nada, só nos chateiam uns com os outros e perdemos o foco naquilo que é verdadeiramente importante. E isso é uma situação para a qual eu venho chamando a atenção há muito tempo, há muito tempo venho chamando a atenção quando, não convivo muito, infelizmente, mas quando tenho a oportunidade de estar, quer com governantes, quer com colegas meus de qualquer ponto do país, de qualquer força política, eu chamo sempre a atenção para isto; o Algarve está longe de ser aquilo que o país pensa do Algarve, a nossa imagem não corresponde à realidade, à realidade do Algarve. E era bom que nós pensássemos nisto, e era bom que nós pensássemos que muitas vezes, era bom haver colaboração entre nós, era bom haver uma posição mais regionalista. Isso seria útil para a região e todos nós ganharíamos com isso. E portanto, vou terminar dizendo uma coisa, o que o Brandão Pires disse, relativamente à má moeda que expulsa a boa moeda, é aquilo que eu tenho sempre defendido, inclusivamente aqui na Câmara de Loulé, desde o princípio, que o nosso modelo económico tem assentado no turismo, o turismo como qualquer atividade económica tem limites e nós vivemos uma situação que não vale apenas aqui na nossa região, vale no país e vale em todo o mundo, há atividades económicas que pela sua natureza, pela forma como são exercidas, elas não podem continuar pura e simplesmente, porque o crescimento tem limites, nós temos que optar por outras, nós temos que diversificar a nossa base económica, porque aquilo que diz, se nós persistirmos no turismo e em geral, o turismo chegou a um limite e a um patamar no Algarve em que mais vai desvalorizar todo o setor! Eu tenho dito isto repetidas vezes, nós não devemos dizer turismo mais não, não, nós somos um região turística com grande qualidade, mas temos que a partir daqui para a frente selecionar e ser muito criteriosos relativamente aos investimentos turísticos que nos vêm todos os dias bater à porta de cada um dos 16 Presidentes de Câmara e que nos vêm vender. Temos que ser muito rigorosos, criteriosos e só aceitar aquilo que, de facto, acrescenta valor e não aquilo, como acontece em muitos casos, que vai desvalorizar a nossa região. Nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

temos uma boa região, temos uma boa atividade turística, de excelência até, mas nós temos que diversificar a nossa base económica, até porque o turismo, como atividade económica, como disse e muito bem, é uma atividade económica de pouco valor acrescentado, e o que é que acontece? Como não temos atividades económicas diferenciada que captem os nossos jovens que saem do sistema público de ensino de grande qualidade, como não os captamos, eles vão-se embora, vão-se embora médicos, engenheiros, informáticos e vão para onde lhes pagam bastante melhor. Ora, se nós aqui na nossa região e no país, também apostássemos, por exemplo, na nossa região, tem sido uma luta minha há muitos anos na inovação, na ciência, nas ciências biomédicas, temos um grande futuro à frente, nas tecnologias de informação, no tratamento dos dados e dos metadados, como há um pequeno Cluster já em Faro. Loulé pode ter um investimento, pode criar um Cluster, de grandes consequências económicas para a região e até para o país, ligado à inovação, à investigação científica na área das biociências. Eu insisto nisto, perante os senhores Deputados, porque nós não podemos continuar só com o turismo. Nós temos uma região com todo o potencial para escolher aquelas atividades económicas que nos vão trazer riqueza, que nos vão captar talentos e valores jovens, que podem encontrar aqui na sua terra e podem até vir de fora, encontrar aqui as suas oportunidades de vida. Só temos que fazer as escolhas certas, porque é isso que vai acrescentar valor à região, porque senão perdemos os bons e vamos atrair, e não tem mal nenhum porque nós precisamos dessas pessoas, não tem mal nenhum, mas vamos atrair pessoas desqualificadas, não é isso que nós precisamos. Nós temos que ser muito mais ambiciosos e temos essa oportunidade na nossa região, e portanto, às vezes quando eu, não me quero alongar muito, até porque é a noite da AMAL, eu queria só dizer isto, ainda hoje começou em Loulé, começaram hoje as obras, finalmente, para um laboratório de genética, um laboratório que vai executar encomendas de acordo com um contrato que o ABC celebrou com a Agência Europeia do Medicamento. Essa obra finalmente começou hoje na cidade de Loulé. Eu estou muito feliz por isso, foi a melhor notícia que eu podia ter tido, fui ver as obras hoje arrancarem lá, porque passei o Alvará de obras na sexta-feira e, hoje mesmo também, outro cluster económico de grande importância, porque responde a decisões políticas da própria União Europeia, que é um envelhecimento ativo e saudável, hoje em Loulé, amanhã e depois de amanhã a Organização Mundial de Saúde vai reunir-se em Lisboa com vários países Europeus depois para discutir as políticas daquele que é um novo Cluster económico ligado à inovação, ligado com grande potencial, as pessoas vivem cada vez mais, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

longevidade está a aumentar, mas é preciso que vivam com qualidade, e portanto, há aqui oportunidades para políticas públicas e há aqui oportunidades também para investimentos no setor privado ligado à saúde também, há aqui oportunidades para todos. E portanto, eu queria dizer-vos que hoje também foi um grande dia, porque tivemos em Loulé vários especialistas de países europeus e que vieram aqui a Loulé e houve uma troca de informações e partilha de conhecimentos nesta área e que é já também o primeiro grande pontapé de saída para um novo Cluster económico, uma nova área de desenvolvimento regional que vai ter o seu coração aqui no Algarve, que é ligado ao envelhecimento ativo. Vão vir por aí imensas oportunidades e que nos vão trazer riqueza e bem-estar à nossa região. E portanto meus caros Deputados, eu convoco-vos a pensar nestes momentos, naquilo que nós fazemos porque é que, como tudo na vida, há momentos em que temos que operar viragens e temos que mudar profundamente aquilo que vínhamos a fazer até aqui para podermos ter um futuro à frente bastante mais esperançoso e risonho como é aquele que eu acho que o município de Loulé vai ter com os novos projetos que tem na calha e que estão a ser desenvolvidos.-----

O **Presidente da AML** disse: Obrigado senhor Presidente. O tempo que foi colocado no painel foi de 10 minutos, sendo que no total, o Presidente teria 15 minutos da primeira vez e 10 da segunda, portanto, uma vez que prescindiu de uma das intervenções, embora apenas com 10 minutos, colocados no cronómetro, apenas excedeu em 2 minutos e, portanto, perfeitamente dentro dos 15 minutos que tinha. --- Em meu nome e em nome de todos os Deputados da Assembleia Municipal, reitero os agradecimentos pela disponibilidade manifestada pelo Secretário Executivo da AMAL, Joaquim Brandão Pires, certo de que a participação naquela Assembleia contribuiu para um melhor conhecimento da nossa região. E assim damos por concluída a nossa Assembleia de hoje, agradecendo a todos que tornaram possível a realização e difusão (senhores Deputados, eu percebo que já esteja na hora, mas ao menos os agradecimentos), agradecendo a todos os que tornaram possível a realização e a difusão da mesma, aos cidadãos que nos acompanharam presencialmente e pelas redes sociais, ao Executivo, aos Deputados, ao Secretário Executivo e, por fim, e acima de tudo, à senhora Diretora para fechar o estabelecimento de ensino, portanto, os nossos agradecimentos pela cedência da sala. Hoje, houve greve de funcionários de forma que foi a própria Diretora que nos veio abrir a porta para que a sessão se pudesse realizar e ela própria a encerrará,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

coisa que eu acompanharei para não ficar cá sozinha. Muito obrigado a todos e a todas, a continuação de uma boa noite. -----

O **Presidente da AML**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, cuja Apresentação, Anexo A, passa a fazer parte integrante da mesma, que, depois de discutida e aprovada, será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Dim Cury

O 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO

Fernando Pereira Marques

A 2ª SECRETÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO

Meda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(09/10/2023)

Joaquim Brandão Pires (1º Secretário, geral@amal.pt)

01
[Handwritten signature]



Órgãos:

- Assembleia Intermunicipal - Composta por 58 membros oriundos das 16 Assembleias municipais
- Conselho Intermunicipal - Composto pelos 16 Presidentes de Câmara
- Secretariado Executivo Intermunicipal - Atualmente é composto pelo Primeiro Secretário

Estrutura orgânica:

- Departamento de Administração e Serviços Partilhados
- Departamento de Fundos Comunitários, Ordenamento do Território e Sustentabilidade
- Departamento da Mobilidade, Finanças e Desenvolvimento Social

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Missão

Potenciar o desenvolvimento dos municípios e reforçar a identidade da Região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias.

Objetivos

- Desenvolver e promover a região;
- Reforçar a capacidade de resposta a necessidades comuns dos associados/municípios;
- Aumentar a coesão intermunicipal.

[Handwritten signature]



Departamento de Administração e Serviços Partilhados

- Contratação pública;
- Património;
- Recursos Humanos;
- Comunicação;
- Serviços Jurídicos;
- Tesouraria;
- Secretariado e Serviços Gerais;
- Sistemas de informação;
- RGPD;
- Cibersegurança;
- Prevenção de Riscos de Corrupção.

[Handwritten signature]



Departamento de Fundos Comunitários Ordenamento do Território e Sustentabilidade

- Planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico e ambiental;
- Gestão de programas comunitários;
- Recursos Hídricos;
- Turismo e cultura;
- Eficiência energética;
- Recursos endógenos;
- Resíduos urbanos;
- Ordenamento do Território;
- Agricultura e alimentação;
- Proteção Civil;
- Cooperação externa.

10



Departamento da Mobilidade, Finanças e Desenvolvimento Social

- Contabilidade e finanças locais;
- Central de Compras;
- Mobilidade e Transportes;
- Formação;
- Equipamentos sociais;
- Rede de Equipamentos de Saúde;
- Rede de oferta de educação e formação.

Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC-AMAL)

O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL), apresentado em 2019, com o apoio do Fundo de Coesão, através do POSEUR (2014), visou sensibilizar e preparar o território e a população do Algarve para os efeitos das alterações climáticas.

Os 5 objetivos do PIAAC-AMAL são:

1. Melhorar o nível de conhecimento sobre o sistema climático do Algarve e as relações diretas e indiretas que o clima e as suas alterações têm nos setores considerados
2. Reduzir a vulnerabilidade do Algarve aos impactes das alterações climáticas
3. Integrar a adaptação às alterações climáticas em políticas setoriais e nos instrumentos de gestão do território
4. Promover o envolvimento e potenciar sinergias entre as várias partes interessadas no processo de adaptação às alterações climáticas
5. Promover a adaptação com base na evidência demonstrada por estudos científicos e boas práticas

Com um horizonte temporal até ao final deste século o Plano está alinhado com as estratégias nacionais e europeias e prevê um conjunto de 100 medidas de adaptação em torno dos seguintes 10 sectores:

- Recursos hídricos
- Agricultura
- Biodiversidade
- Economia
- Energia
- Florestas
- Saúde humana
- Segurança de pessoas e bens
- Transportes e comunicações
- Zonas costeiras

1 - Projeto “AWK – Adaptation with Knowledge, Climate Change”. Projeto aprovado no Mecanismo Financeiro Plurianual EEA Grants, em parceria com a Região de Turismo do Algarve (RTA) e The Norwegian Association of Local and Regional Authorities (KS), da Noruega, para o financiamento de um conjunto de actividades enquadráveis no PIAAC-AMAL, nomeadamente: monitorização do Plano, intercâmbio e consolidação de conhecimentos baseados em casos práticos, capacitação dos técnicos dos municípios e realização ações de comunicação e divulgação: campanha de comunicação, dirigida à população residente; campanha de comunicação dirigida ao trade turístico da região e campanha de comunicação dirigida aos turistas;

2 - Carta “Missão Adaptação às Alterações Climáticas”

A AMAL integra a Rede promovida pela Comissão Europeia, através da qual a região faz parte de uma comunidade de práticas em matéria de adaptação às alterações climáticas e tem a oportunidade de trabalhar em rede e partilhar conhecimento com outras regiões e comunidades na Europa.

3 - Recursos hídricos - PRR - Redução de perdas de água no sector urbano

A principal vulnerabilidade climática identificada no Plano para o Algarve é a diminuição da disponibilidade hídrica.

Em 2020 a AMAL foi uma das entidades que promoveu e participou na elaboração do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREH).

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), foi consignado ao Algarve um valor de 200 milhões de Euros para investimento considerado fundamental para o controlo e gestão integrada dos consumos e das disponibilidades hídricas. Aquele montante está distribuído pelas seguintes medidas:

- SM 1 - Reduzir perdas de água no setor urbano – 35M€ – gerido pela AMAL
- SM 2 - Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola – 17M€
- SM 3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos – 5M€
- SM 4 - Promover a utilização de Água Residual Tratada (ApR) – 23M€
- SM 5 - Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes, reforçar com novas origens de água – 55M€
- SM 6 - Promover a dessalinização de água do mar – 65M€

- **Projeto "Valorização de recursos genéticos tradicionais, novas culturas e gestão de água de rega em contexto de alterações climáticas"**, aprovado no PRR. Tem como principal desígnio melhorar a utilização dos recursos hídricos estudando, por um lado, o recurso a espécies e variedades mais adaptadas a um cenário de escassez de água e, por outro, a melhoria das práticas culturais, com utilização de técnicas de redução do consumo de água, nomeadamente a rega de precisão, a rega deficitária e gestão da cobertura de solo. É um projeto em parceria com a Direção Regional Agricultura e Pescas do Algarve (líder da parceria), Universidade do Algarve e outras entidades.



Relativamente ao município de Loulé as candidaturas aprovadas no contexto do 1º Aviso da SM1 (no valor de 14 milhões €) são:

- Upgrade do centro de comandos e sistema de telegestão para a monitorização e controlo ativo de perdas (105,6 mil euros)
- Estudo de otimização hidráulica do sistema municipal de abastecimento de água a Loulé para redução de perdas – Criação de ZPC's (60 mil euros)
- Criação de ZMC's em captações de água subterrânea e estações elevatórias (99,5 mil euros)
- Controlo e redução de perdas no sistema de abastecimento de água de Salir (502,6 mil euros)

4 - Energia - Comunidades de Energia Renovável

A AMAL procedeu a uma aquisição de serviços de assessoria especializada para a constituição de Comunidades de Energia Renovável com gestão agregada a nível intermunicipal:

A concessão da distribuição da energia elétrica em baixa e as redes de iluminação pública;

A eficiência energética;

A AREAL e o papel relevante que poderá/deverá ter na região;

A Instalação de painéis solares e de energia eólica;

A importância da descarbonização e o valor da paisagem

Decorre entre 02/05/2022 e 31/12/2024



Contratualização de fundos comunitários

[Handwritten signature]

Programa Operacional do Algarve – 2014/2020

Desde 1996 que a AMAL contratualiza com a CCDR Algarve a gestão de componentes dos programas operacionais que são financiados pelos fundos comunitários.

No âmbito do período de programação 2014-2020, a AMAL procede à verificação física e financeira de 118 candidaturas, que totalizam 66,8 milhões de euros, em domínios como a mobilidade, as escolas, os equipamentos sociais, etc.

Os projetos da responsabilidade do município de Loulé, sob acompanhamento (verificação física e financeira) da AMAL são:

- Instalação de polos de apoio às atividades de BTT – Alte e Ameixial (incluído no PADRE)
- Via Algarviana (incluindo percursos complementares) (incluído no PADRE)
- Valorização da Escrita do Sudoeste e Conservação e Valorização das Antas do Ameixial (incluído no PADRE)
- Cozinha Comunitária / Partilhada em Salir (incluído no PADRE)
- Áreas de Serviço para Autocaravanas de Salir e Ameixial (incluído no PADRE)

[Handwritten signature]

- Demonstração, Valorização e Promoção de Produtos Locais, Gastronomia, Tradição e Arte (incluído no PADRE)
- Ecovia / Ciclovia do litoral Sul - Troço LL3 (1ª fase) - Quarteira - Av. Mota Pinto (entre Cruzamento de Vilamoura e a Rotunda do Polvo)
- Requalificação da EB 2, 3 D. Dinis – Quarteira
- EB23 Padre João Coelho Cabanita - Remoção de Fibrocimento – Loulé
- ES Drª. Laura Ayres - Remoção de Fibrocimento
- EB23 Dr. António de Sousa Agostinho - Remoção de Fibrocimento
- EBI Escola Básica Integrada Prof. Aníbal Cavaco Silva - Remoção de Fibrocimento



PADRE – Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos

No contexto da gestão do PADRE a missão da AMAL assume simultaneamente um carácter estratégico e operacional. Por um lado, a AMAL é a entidade promotora do Plano, tendo elaborado o mesmo em articulação com os municípios e com as ADL's e, por outro lado, no contexto do contrato de delegação de competências que celebrou com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Algarve 2014-2014, procede à verificação da execução física e financeira das candidaturas aprovadas, como vimos atrás, exepcto nos projetos que a AMAL é a entidade beneficiária.



- Com uma dotação de 9 milhões de euros FEDER, o Plano permite o financiamento de investimentos de natureza pública.
- Dos projetos intermunicipais, destacamos três que são emblemáticos deste Plano: as intervenções de requalificação num conjunto de mercados locais; a construção de áreas de serviço para apoio ao autocaravanismo, onde não existe oferta privada e, o investimento em percursos pedestres e cicláveis (turismo ativo). Qualquer um destes investimentos é acompanhado de um conjunto de ações de comunicação que visam divulgar e promover as respetivas atividades associadas aos mesmos.
- A construção do Plano obedeceu ainda a uma lógica de intervenção no território em torno da qualificação de três tipologias de recursos / ativos: património cultural, património natural e produtos locais.
- A taxa de execução do Plano situa-se nos 88%.



Programa REGIONAL do Algarve – 2021/2027

No contexto do Programa Regional do Algarve 2021 – 2027, a AMAL tem em elaboração um plano de ação com vista à contratualização de um montante de 149,4 milhões de euros (146,3 FEDER e 3,1 FSE) para 22 áreas de intervenção.

Resíduos sólidos urbanos

[Handwritten signature]

Programa Recolha Bio 2022

Protocolo de colaboração técnica e financeira, assinado em Setembro de 2022, com o Fundo Ambiental no âmbito do “Programa RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de bio resíduos - 2022”.

Cabe à AMAL a análise, avaliação e acompanhamento de candidaturas que visem a redução da deposição de resíduos em aterro e que contribuam para a recolha seletiva de bio resíduos.

A dotação do Programa para o Algarve é de 919 783,20 euros.

A Câmara Municipal de Loulé tem uma candidatura aprovada, no valor de 164 mil euros para equipamentos de recolha seletiva, de compostagem e ações de informação, divulgação e sensibilização.

Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos (PAPERSU dos Municípios do Algarve)

Por deliberação do Conselho Intermunicipal da AMAL, está em curso a elaboração do “Plano Intermunicipal de Gestão de Resíduos” (PAPERSU dos municípios do Algarve). Este plano é realizado no âmbito da publicação do PERSU 2030 (RCM n.º 30/2023, de 24 de Março). O Plano deverá estar concluído até ao final de novembro próximo e é feito em articulação com os municípios (planos municipais de gestão de resíduos) e ALGAR.

Visa apoiar os municípios na sua ação de gestão de resíduos até 2030, onde serão identificados os investimentos a realizar.



Acompanhamento da atividade da ALGAR

Queixas:

- Recolha ineficiente dos ecopontos, deixando-os a transbordar, com resíduos acumulados durante vários dias;
- Recicláveis acumulados na rua, projetando uma imagem de falta de limpeza, com garrafas, plásticos, vidro e papel que ficam espalhados pela via pública, nas áreas circundantes aos ecopontos;
- Situação provoca problemas de insalubridade;
- O problema acontece também noutras épocas do ano, mas durante o Verão é agravada pelas altas temperaturas que se fazem sentir;
- Descontentamento da população é generalizado e é demonstrado, frequentemente, através de críticas publicadas nas redes sociais ou/e de reclamações formais junto de serviços dos municípios;

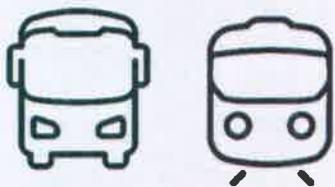


Municípios:

- Situação tem obrigado as autarquias a tentar colmatar o trabalho que seria responsabilidade da Algar; havendo municípios a tentar encontrar soluções internas para o problema;
- Alguns municípios referem que apesar de promessas de que o serviço seria melhorado, a recolha não se alterou para melhor, registando-se, pelo contrário, uma degradação do serviço prestado;
- Várias câmaras municipais do Algarve já se queixaram junto da ERSAR, requerendo um ajustamento urgente do serviço;
- O descontentamento é partilhado pela generalidade dos Municípios algarvios.

[Handwritten signature]

MOBILIDADE e TRANSPORTES



- PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária
- VAMUS - Transportes do Algarve
- VAMUS - dados relativos a Loulé
- Sistema Intermodal do Algarve - “Passe único”
- Transporte de Passageiros Flexível - Transporte a Pedido
- Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (NESO)
- Plano de Mobilidade Turística
- Ecovia do Litoral - Eurovelo 1



PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária

- O Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) **visa** atrair passageiros para o transporte público, através da atribuição de uma verba, anual, às autoridades de transportes para aplicar descontos tarifários.
- A aplicação pela AMAL das verbas do **PART traduz-se na redução do preço dos passes:**
 - 50% - VAMUS - transporte rodoviário interurbano
 - 50% - CP - transporte ferroviário - passe normal
 - 20% - passe jovem CP
 - 20% - transportes urbanos de Faro e Lagos (Portimão).



PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária

- **Cerca de 1,4 milhões de euros** tem sido o valor total deste **Programa** para o Algarve. O Fundo Ambiental contribui com 80% e os Municípios com os restantes 20%.
- Em 2023, estima-se que o total da verba necessária para fazer face aos descontos tarifários praticados pela AMAL seja de cerca de **2,6 milhões de euros**. Ou seja, o Programa carece de um reforço de 1,2 milhões de euros.
- Para cobrir aquele **défice**, vai ser necessário, tal como aconteceu em 2022, garantir o acesso da AMAL aos reforços extraordinários PART previstos em Orçamento do Estado.



PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária

- **Em 2022** o PART no Algarve subsidiou cerca de **100.000 passes** (média mensal - 8 300)
- **49%** dizem respeito à rede VAMUS.
- **38%** corresponde ao transporte urbano:
- **13%** dos passes subsidiados referem-se ao transporte ferroviário.

VAMUS - Transportes do Algarve

5,9 milhões de passageiros transportados e 9,7 milhões de quilómetros realizados

(01/12/21 a 30/09/2023)

- 73 linhas regulares e 28 flexíveis
- 3.200 paragens com nova imagem, numeração e com informação ao público estática e em tempo real
- Mais Informação ao público (multilingue) – Website com 5 idiomas
- Novo sistema de bilhética
- Mais Material circulante – veículos com menos emissões
- Frota mais acessível
- Investimento global 6,8 M€



VAMUS - Transportes do Algarve

Material circulante

- Frota com 18 anos de idade máxima e idade média de 8 anos
- 40 novas viaturas
- WI-FI grátis a bordo

Paragens

- 3.200 paragens, 1.600 postaletes e 1600 abrigos

VAMUS - Transportes do Algarve

AEROBUS

➤ Serviço de ligação direta do Aeroporto a alguns dos principais destinos turísticos:

Faro – Gambelas Universidade – Aeroporto – Albufeira – Lagoa – Portimão – Lagos



VAMUS - Transportes do Algarve

Informação ao Público

- Novo website – www.vamusalgarve.pt
- Linha de apoio ao cliente – 300 074 830 clientes@vamusalgarve.pt
- APP VAMUS Algarve
- Informação em tempo real nas paragens através da leitura de um QRCode – o passageiro sabe quanto tempo falta para o autocarro chegar aquela paragem.
- Mapas de rede com informação turística
- Informação em tempo real no website, Google Maps, EVATV

VAMUS - Transportes do Algarve

Sistema de bilhética

- 8 Quiosques de venda automática: Loulé; Aeroporto; Albufeira; Faro; Portimão; Quarteira; Tavira e Lagos.
- 50 agentes autorizados
- 20 Postos de Turismo (passe turismo)
- Bilhética Móvel - Validação de título digital a bordo

VAMUS - Dados relativos a Loulé

Dados da rede regular VAMUS (01/12/2021 – 30/09/2023)

Total de passageiros transportados nas linhas que servem o concelho de Loulé

Soma de Pax	Dez	Ano	Jan-Set	
Linha VAMUS	2021	2022	2023	Total Geral
10 Albufeira – Faro (por Loulé) (10)	7 531	130 532	104 218	242 281
118 Loulé – Univ. Algarve (Gambelas) (118)	293	7 026	4 262	11 581
2 Quarteira – MarShopping (2)	1 243	33 328	28 534	63 105
23 Quatro Estradas – Fonte de Boliqueime (23)	258	3 487	1 712	5 457
27 Ameixial – Loulé (por Touriz) (27)	232	4 064	3 241	7 537
45 Charneca do Mte. Seco – Loulé (45)	111	3 238	2 087	5 436
55 Vilamoura – Aeroporto (pela Univ. Algarve - Gambelas) (55)		5 469	16 568	22 037
58 Montes Novos – Vaqueiros (por Martinlongo) (58)	89	1 453	1 135	2 677
59 Faro – Loulé (59)	11 175	165 599	136 986	313 760
60 Faro – Loulé (por Sta. Bár. Nexe) (60)	1 527	22 728	17 127	41 382
61 Faro – Montes Novos (61)	950	16 219	11 197	28 366
66 Albufeira - Vila Real de Sto. António (66)	5 665	99 358	76 738	181 761
68 Olhão – Loulé (68)	1 500	47 953	50 516	99 969
72 Freixo Verde – Loulé (72)	1 178	17 907	13 110	32 195
83 Loulé – Sta. Margarida (por Salir) (83)	2 469	37 801	27 229	67 499
84 Loulé – Paderne (por Boliqueime) (84)	828	11 660	7 968	20 456
85 Loulé – Vale do Lobo (por Almancil) (85)	4 042	66 578	49 010	119 630
87 Loulé – Quarteira (87)	6 353	124 748	101 694	232 795
89 Loulé – S. Bart. Messines (89)	256	4 636	3 644	8 536
9 Albufeira – Faro (9)	15 828	331 699	262 894	610 421
90 Loulé – S. Brás de Alportel (90)	441	7 660	7 098	15 199
97 Montenegro – S. João da Venda (97)	93	1 555	1 526	3 174
Total Geral	62 062	1 144 698	928 494	2 135 254

VAMUS - Dados relativos a Loulé

Dados da rede regular VAMUS {01/12/2021 – 30/09/2023}

22

carreiras

As linhas que servem o
concelho de Loulé
representam em média

36-38%

do total de passageiros
transportados
anualmente na rede
VAMUS

2021

A carreira 118 | Loulé – Aeroporto (por Gambelas), proposta do Município com vista a servir os alunos que frequentam a UAlg (pólo Gambelas) foi incluída na rede regular e iniciou a sua operação em 01/12/2021

2022

Face à sua baixa procura, a linha foi alterada para 118 | Loulé – Universidade (Gambelas) funcionando apenas durante o período escolar e sem a ligação ao Aeroporto.
Complementarmente foi criada a linha 55 | Vilamoura – Aeroporto (pela Univ. Gambelas)

NOTA: a linha 55 dá resposta a 51% do total da população residente no concelho entre os 15-24 anos (as freguesias da cidade de Loulé representam apenas 35%)

Sistema Intermodal do Algarve - “PASSE ÚNICO”

- A AMAL está a trabalhar na criação do **passe intermodal do Algarve**, com o objetivo de possibilitar a utilização dos transportes públicos nos 16 municípios e nos diferentes modos de transporte com um **único passe**.
- O passageiro poderá deslocar-se na VAMUS, nos transportes urbanos e no comboio com o **mesmo passe**, fazendo os transbordos que necessitar. Trará maior liberdade de circulação à população e contribuirá para aumentar a atratividade pelos transportes públicos.
- O passe terá uma validade mensal, e um preço em função das zonas e das combinações dos modos de transporte (autocarro, comboio).

[Handwritten signatures]

Sistema Intermodal do Algarve - “PASSE ÚNICO”

- A AMAL decidiu recentemente **aderir à plataforma de bilhética nacional “1Bilhete.pt”**, através da qual será possível carregar e validar bilhetes e passes com os cartões e aplicativos móveis (app) dos diferentes operadores de transporte, aderentes, a nível nacional (no futuro também com cartões bancários).
- Prevê-se que até ao final do primeiro semestre de 2024, **num cartão da VAMUS, da CP ou outro**, seja possível carregar um passe mensal de qualquer transporte público, incluindo o passe intermodal do Algarve.
- Esta plataforma **vem resolver as questões tecnológicas** que têm dificultado a concretização do passe intermodal.

Plataforma de Transporte Flexível - Transporte a Pedido

- **A AMAL disponibilizou aos Municípios** a utilização de uma plataforma de transporte a pedido tendo em vista servir os lugares com um número reduzido de habitantes (menos de 40), não servidos por transporte público regular.
- Com base em circuitos e horários a definir por cada um dos Municípios, **os passageiros podem reservar a sua viagem eletronicamente ou via telefone.**
- Através desta plataforma, as rotas de transporte de **cariz mais social** (serviços públicos, mercado, entre outros) que os Municípios prestam podem ser adaptadas e otimizadas.
- **Em função das reservas** registadas pelos passageiros, a plataforma:
 - Otimiza os percursos, contribuindo para uma redução do número de quilómetros a percorrer.
 - Permite decidir sobre os veículos a utilizar (táxi, carrinha de 9 lugares, mini-autocarro, outros) dependendo do número de pessoas a transportar.

Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (NESO)

Trata-se de uma **plataforma específica para o Algarve**, que tem informação ao público mais completa e mais sistematizada do que o Google Maps, e crê-se mais simples, prática e amigável do utilizador, que é da região e não depende de grandes empresas e ou publicidade não solicitada para o utilizador.

Concentra toda a informação de horários, rotas e operadores dos diversos modos de transportes públicos (TP) disponíveis no Algarve:

- VAMUS, e as sete operações de transporte urbano do Algarve (inclui o Apanha-me!);
- Rede de Expressos e FlixBus;
- CP Regional, Alfa e Intercidades;
- Transporte fluvial para as ilhas barreira (praia de Faro, Deserta, Farol, Culatra, Armona, ilha da Fuseta, Terra Estreita, Ilha de Tavira e ilha de Cabanas) e *ferry* do Guadiana;
- Voos do aeroporto (partidas) e linha inter-regional Portimão-Bragança;
- Postos de carregamento de veículos eléctricos: localização e disponibilidade;
- Bicicletas e trotinetas eléctricas (localização) e ciclovias (traçado).

Plataforma de Informação da Mobilidade do Algarve (NESO)

- A app e website têm um planeador de viagens, que permite ao utilizador programar deslocações multimodais pelo Algarve.
- No futuro prevê-se que o planeador disponibilize o custo aproximado da viagem planeada e que a plataforma evolua e inove continuamente, disponibilizando mais informação de mobilidade regional, nomeadamente, venha a indicar a localização de parques de estacionamento, lojas de aluguer de bicicletas, praças de táxi, pontos de turismo, entre outras facilidades de mobilidade, num processo dinâmico.
- Prevê-se publicar as app desta plataforma, até ao final do ano, na APP Store e na Google Play Store, e disponibilizar o respetivo website na Internet.



Plano de Mobilidade Turística

Objetivo: desenvolvimento de uma estratégia de curto e médio-prazo para o sistema de mobilidade regional, com vista à sua articulação face às necessidades da população em geral com a dos visitantes e trabalhadores do setor.

Dimensões de ação:

- Chegadas/ partidas do Algarve
- Mobilidade na região
- Informação e Marketing
- Cooperação entre os setores do Turismo e da Mobilidade

horizonte (anos)	10
dimensões de ação (nº)	4
objetivos operacionais (nº)	21
Medidas (nº)	64

Foi efetuada a caracterização e diagnóstico e foram definidos objetivos, metas, propostas e medidas de monitorização do plano, com base em trabalho autónomo da equipa, mas também no envolvimento dos técnicos municipais, outras entidades públicas e privadas.



5
workshops



20
entidades











44
participantes

Enquadramento

- EuroVelo 1 no Algarve \approx 300 km (200 km Ecovia do Litoral - infraestrutura regional)
- Projeto de cooperação europeia Atlantic On Bike (2017-2020)
- **MUNICÍPIOS:** Gestão da infraestrutura (candidaturas municipais ao PO CRESC Algarve 2020)
- **AMAL:** gestão da rede de monitorização (contadores)
- **RTA:** promoção turística

Ecovia do Litoral - Eurovelo 1

Estado das intervenções

-  não foi submetida candidatura
-  candidatura aprovada - concluída
-  candidatura aprovada - executada até 31.12.2023
-  candidatura aprovada - transita para 2030
-  candidatura aprovada - empreitada dependente de fatores externos
-  prévio ao PO
-  em curso
-  limite de concelho



Principais constrangimentos

- Ausência de entidade gestora
- Problemas de continuidade
- Ausência de sinalética em grande parte do traçado
- Dificuldade na promoção



Ecovia do Litoral - Eurovelo 1

Potencial regional



POLÍTICAS SOCIAIS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DO ALGARVE

2023/2030

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE

O Plano de Desenvolvimento Social do Algarve (PDSA 2023-2030) é de extrema relevância para o futuro da região e resulta de uma colaboração entre a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, com o envolvimento direto dos 16 municípios que a compõem, e o Centro Distrital de Segurança Social de Faro.

Para além destas entidades que desencadearam o processo, integram também o núcleo central do PDSA diversas outras entidades regionais:

- o IEFP, Delegação Regional do Algarve
- a Administração Regional de Saúde do Algarve
- a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços da Região do Algarve,
- a CCDR Algarve
- a Universidade do Algarve.



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE

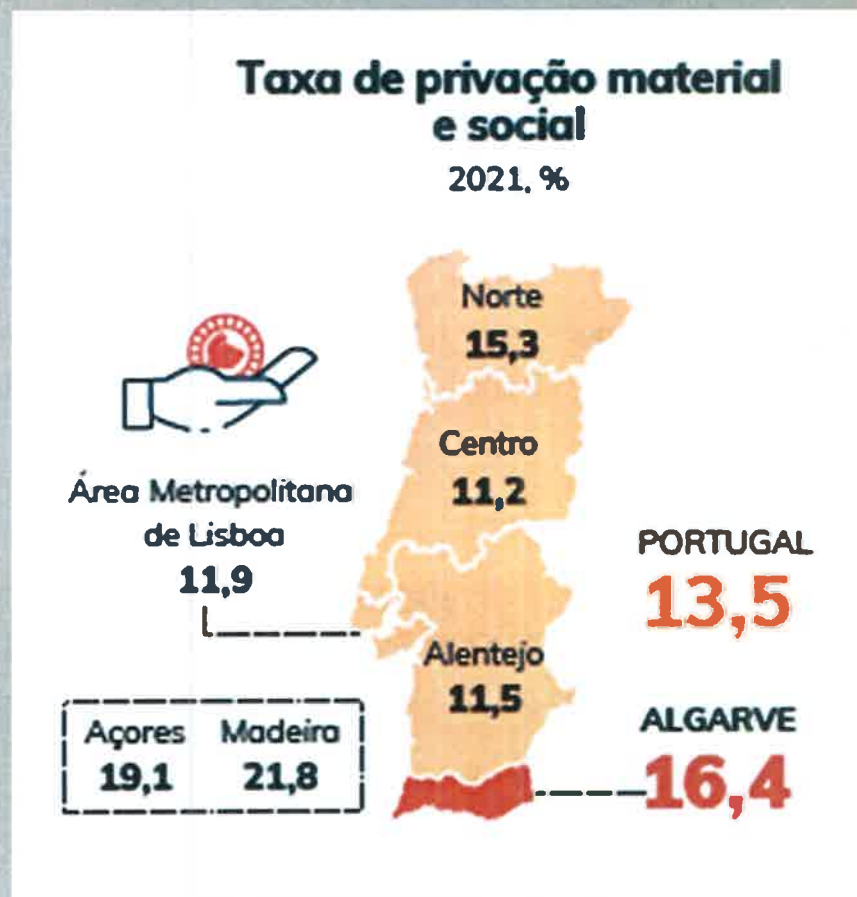
Numa fase inicial foi elaborado o Diagnóstico Social, que toca diversas áreas, como por exemplo:

- Habitação, Educação, Saúde e outras Respostas Sociais;
- Pobreza e Riscos Sociais;
- Emprego e Rendimentos, **entre outras.**

Foi um trabalho que teve por base diversos contributos: o Diagnóstico Social Supraconcelhio, desenvolvido pelo Centro Distrital de Segurança Social de Faro, os Diagnósticos Sociais dos 16 municípios do Algarve (desenvolvidos pelas respetivas câmaras municipais), os contributos dados pelas diversas entidades parceiras nas sessões temáticas que se realizaram e também os contributos que surgiram da discussão pública a que o documento foi submetido, em fevereiro e março do ano passado (2022).



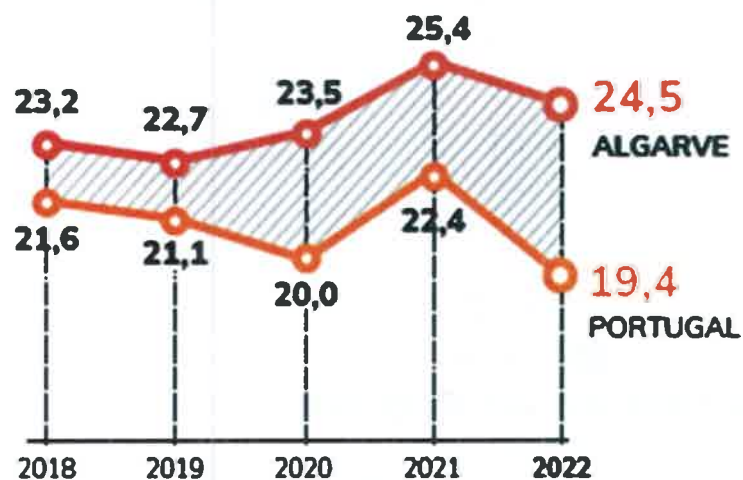
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE

População em risco de pobreza ou exclusão social

%

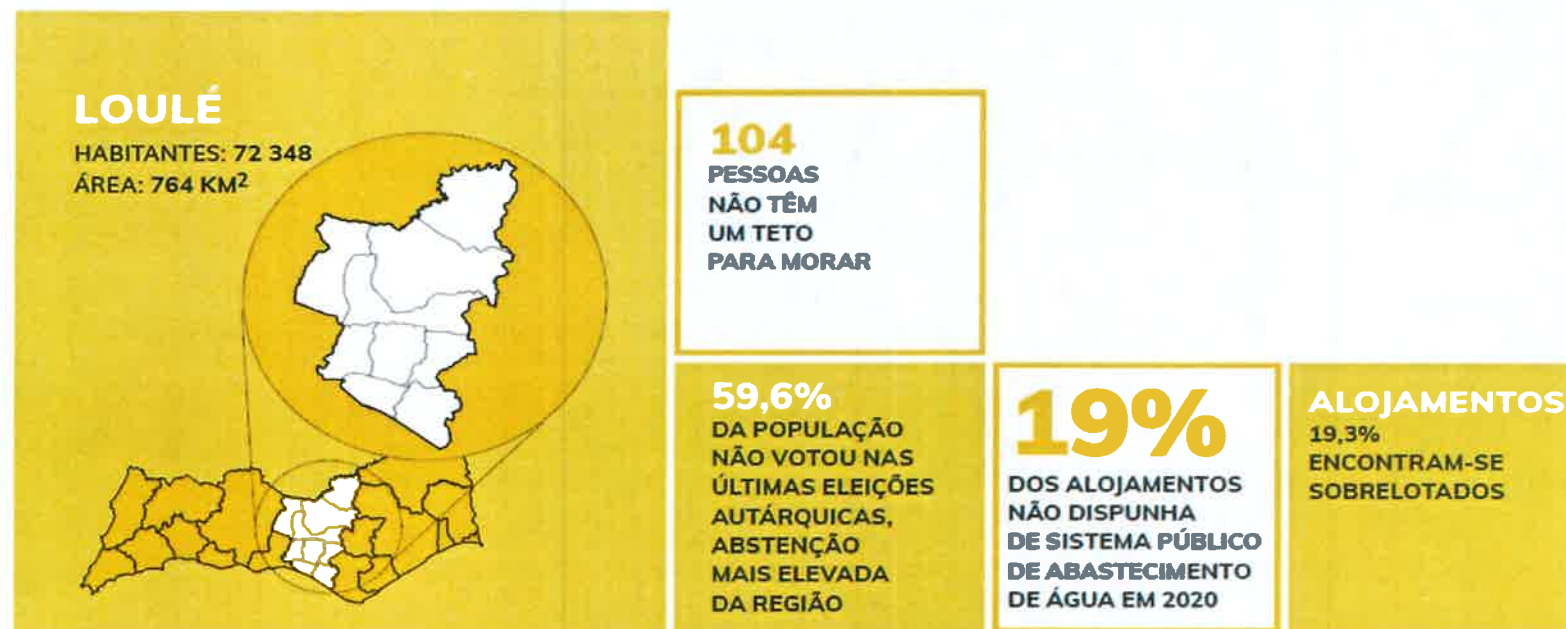


10.973

CRIANÇAS
EM POBREZA
EXTREMA
NA REGIÃO
EM DEZEMBRO
DE 2022



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALGARVE - LOULÉ



Loulé é o maior concelho da região do Algarve, tanto em área como em número de habitantes. De acordo com o Diagnóstico Social 2016-2021, "o envelhecimento demográfico associado à diferenciação da dinâmica económica no espaço urbano litoral/rural interior gerou um concelho social, demográfico e economicamente desigual e assimetricamente polarizado". Na última década, a freguesia de Quarteira registou

um aumento populacional na ordem dos 12,0%, enquanto a freguesia de Ameixial teve um decréscimo de 13,2%.

A atividade económica caracteriza-se pela sazonalidade, com uma época de grande oferta de empregos, especialmente na área da hotelaria e restauração, e uma época com reduzida oferta, o que resulta num aumento exponencial do desemprego.



Obrigado

Joaquim Brandão Pires (1º Secretário, geral@amal.pt)